

INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS E SEGURANÇA INTERNA



Tiago João Morais Varela

Aspirante a Oficial de Polícia

Dissertação de Mestrado Integrado em Ciências Policiais

XXV Curso de Formação de Oficiais de Polícia

A atuação policial em grandes eventos de cariz político:

O que noticia a Agência Lusa

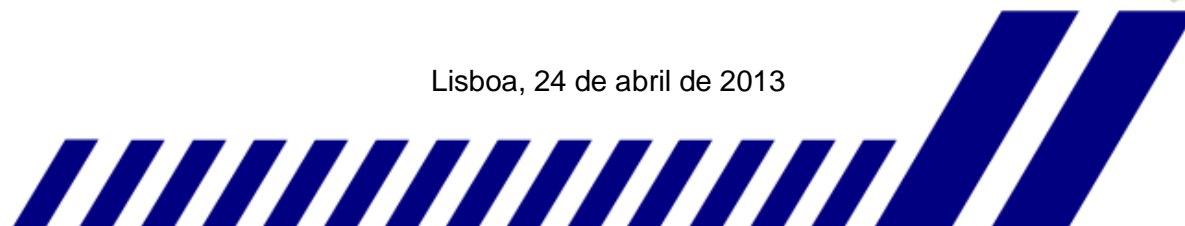
Orientadora:

Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais

Coorientador:

Mestre Sérgio Felgueiras

Lisboa, 24 de abril de 2013



Tiago João Moraes Varela

A atuação policial em grandes eventos de cariz político:

O que noticia a Agência Lusa

Dissertação apresentada ao Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna com vista à obtenção do grau de Mestre em Ciências Policiais, elaborada sob a orientação da Prof.^a Doutora Lúcia G. Pais e coorientação do Mestre Sérgio Felgueiras.

Agradecimentos

Este trabalho representa, sem dúvida, o fim de uma das mais importantes fases da minha vida. Academicamente e pessoalmente sinto-me realizado. Sinto que cumpri o objetivo, contudo, isso só foi possível graças ao forte sustento da minha vida pessoal, através da família, namorada e amigos que sempre me apoiaram em todos os momentos.

Estou certo de que estes cinco anos jamais me sairão da memória. Assim como não esqueço o primeiro dia que entrei nesta casa, jamais esquecerei as vivências, as amizades, as alegrias, as tristezas e o dia em que saio, mas em que deixo parte de mim. Por tudo isto agradeço ao ISCPSI, aos Oficiais, aos Professores, ao Quadro Orgânico e a todos os outros que contribuíram para a minha formação. Há ainda um conjunto de pessoas sem as quais este percurso seria bem mais sinuoso, agora, é tempo de lhes agradecer.

Ao XXV CFOP, este humilde curso de prata com quem partilhei cinco anos da minha vida. Tenho a certeza que marcámos esta escola com todos os momentos que partilhámos.

À minha Mãe, pelo afeto, pelo carinho, pelo sorriso que sempre me transmite, pela preocupação e pela nobre educação. Sem ti tudo seria mais difícil.

Ao meu Pai, pelos valores que sempre me deste a conhecer, pelos conselhos, pela amizade, pelo exemplo, pela coragem e altruísmo que te caracterizam. Ensinaste-me muito, espero poder retribuir.

A ti, Sara, pelo amor, pelo ombro e aconchego que sempre partilhaste. Acima de tudo, pela compreensão nos momentos mais delicados deste longo caminho que percorremos juntos.

Aos meus amigos, porque o foram verdadeiramente em todos os momentos.

À Prof.^a Doutora Lúcia Pais, pelo apoio incessante na última jornada destes cinco anos. O seu apoio como orientadora foi fundamental para levar a bom porto este projeto. A confiança que transmite, a total disponibilidade e a boa disposição caracterizam-na, foi com todo o gosto que trabalhei consigo. Ao Senhor Subintendente Felgueiras, pela orientação, pela transmissão dos conhecimentos que a experiência lhe deu e que se revelaram bastante úteis, não só para a realização deste trabalho, como certamente para a minha vida futura.

Ao Senhor Mário Caetano, pelo apoio e total disponibilidade que sempre demonstrou. Foi fundamental na realização deste trabalho.

À PSP, por me abraçar como membro desta grande família.

Finalmente, a todos, o meu mais que sincero obrigado!

Resumo

Os órgãos de comunicação social transmitem muitos dos assuntos em que pensamos, contribuem para a definição das nossas crenças e ajudam a compreender o mundo que habitamos; são fundamentais na definição da realidade social, transmitindo informação relativamente às instituições do sistema social. A Polícia de Segurança Pública tem como missão garantir a ordem e a tranquilidade públicas e, para parte significativa das pessoas, a única forma de contactar com a realidade das intervenções policiais é através do som, das letras e da cor que os OCS transmitem. Assim, interessa perceber qual a influência que estes exercem na definição da realidade da atuação policial, em contexto grandes eventos de cariz político, recorrendo a uma abordagem qualitativa e analisando o conteúdo das notícias difundidas pela Agência Lusa durante o ano de 2012. Esta é a única agência noticiosa portuguesa que tem um papel preponderante na definição do perfil geral da informação transmitida pelos jornais, rádios e televisões, nacionais e internacionais, sobre os acontecimentos portugueses. Os resultados evidenciam o enfoque nas descrições factuais em detrimento da apresentação das razões que levam à realização do evento e à participação dos manifestantes; a ausência da identificação de parte das fontes policiais que se pronunciam sobre o curso dos eventos; e, ainda, a transmissão de um discurso negativamente conotado no que respeita à atuação policial.

Palavras-chave: *mass media*; comunicação social; polícia; policiamento; grandes eventos

Abstract

The mass media transmit many of the issues that we think about, contributing to the definition of our beliefs and helping to understand the world we inhabit. They are fundamental in defining the social reality, transmitting information about the institutions of the social system. The Polícia de Segurança Pública's mission is to ensure public order and tranquility, and for a significant part of the people, the only way to contact with the reality of police interventions is through the sound, letters and colors that mass media broadcast. Therefore, it matters to better understand the influence they exert in shaping the reality of police activities, in the context of major political events, using a qualitative approach and analyzing the content of the news broadcasted by Lusa Agency during 2012. This is the only news agency in Portugal. It has the role of defining the overall profile of the information conveyed by newspapers, radio stations and television networks, nationally and internationally, about Portuguese events. The results highlight the focus on factual descriptions instead of the presentation of the reasons that lead to the events and the participation of demonstrators; the lack of identification of the police sources that make statements on the course of events; and also, the transmission of a negative discourse regarding the police activities.

Keywords: mass media; social communication; police; policing; major events

Índice

Índice de Anexos	vii
Índice de Figuras	viii
Introdução	1
I. Enquadramento teórico.....	3
1. Comunicação e meios de comunicação	3
1.1. Comunicação	3
1.2. Sociedade de Massas	5
1.3. Comunicação de Massas e Meios de Comunicação de Massas	6
1.4. Teorias da Comunicação de Massas	8
1.4.1. Teoria Hipodérmica	8
1.4.2. A abordagem empírico-experimental ou da persuasão	9
1.4.3. Fluxo de comunicação a dois níveis e em múltiplas etapas.....	14
1.4.4. Teoria do Agendamento e <i>Framing</i>	17
1.4.5. <i>Gatekeeping</i>	20
1.5. A Notícia	21
1.5.1. Fontes de Informação	22
1.5.2. Critérios de noticiabilidade e estrutura da notícia	24
1.6. Agências Noticiosas	25
1.6.1. A Agência Lusa	27
2. Polícia	28
2.1. Definição conceptual	28
2.2. Posicionamento e intervenção policial em grandes eventos de cariz político	31
3. Formulação do Problema de Investigação.....	34
II. Método	36
1. Abordagem Qualitativa	36
2. <i>Corpus</i>	37
3. Instrumento: Análise de Conteúdo	37

4. Procedimento	41
III. Apresentação, análise e discussão dos resultados	44
1. Visão geral	44
2. Origem/fontes de informação	46
3. Os eventos	53
4. Os participantes nos eventos: manifestantes e Polícia	54
IV. Conclusões	57
Referências	62

Índice de Anexos

ANEXO 1. Aparecimento e chegada das agências noticiosas a Portugal	71
ANEXO 2. As agências noticiosas portuguesas.....	73
ANEXO 3. Notícias que constituem o <i>corpus</i>	76
ANEXO 4. Grelha Categorical	86
ANEXO 5. Resultados obtidos na codificação das notícias.....	95

Índice de Figuras

Figura 1. Distribuição em percentagem das notícias por evento.	44
Figura 2. Distribuição em percentagem das u.r. por categoria.....	46
Figura 3. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Direto (C).	47
Figura 4. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Indireto (E).	49
Figura 5. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Instâncias (D).	51
Figura 6. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G).	52
Figura 7. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Enquadramento/Descrição (F).	53
Figura 8. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Manifestantes (A).	54
Figura 9. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria PSP (B).	55

Introdução

A comunicação está presente em todas as ações humanas, desde o gesto ao silêncio. A comunicação funciona como um veículo de ideias, permite transportar e partilhar um objeto mental (Breton & Proulx, 1997). Hodiernamente, graças à multiplicação das tecnologias e à profissionalização de práticas ligadas à comunicação, há uma orquestração de diversos atores que concorrem para uma sociedade onde a circulação da informação é incessante.

Os assuntos em que pensamos, as crenças que temos e o que sabemos sobre o mundo é-nos, grande parte das vezes, transmitido pelos órgãos de comunicação social (OCS). São eles que colaboram para saciar o desejo de informação do público. Poucas foram as pessoas que já viveram um ataque terrorista ou que foram vítimas de crimes violentos, mas graças aos meios de comunicação social a realidade desses eventos é por elas experienciada de forma indireta através da leitura de notícias ou da visualização de vídeos e imagens (Fields, 2006). As notícias assumem um papel fundamental na perceção da realidade que nos envolve, acabando por colaborar na definição do que é ou não real (Cascais, 1998).

A Polícia de Segurança Pública (PSP) é uma instituição entrelaçada no tecido social. As matérias relacionadas com a comunicação e o relacionamento com os OCS não lhe são estranhos, exemplo disso é a existência do Gabinete de Imprensa e Relações Públicas (GIRP) da PSP que visa garantir a criação e a manutenção de uma imagem profissional e cuidada da instituição policial. Assim, será possível legitimar a atuação policial junto da população, através da transmissão de informação que dê a perceber a real missão da Polícia. Esta terá sempre como foco "garantir a legalidade democrática e garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos", segundo o art.º 272.º, n.º 1 da Constituição da República Portuguesa (CRP).

Este trabalho faz parte de uma linha de investigação que tem como objetivo compreender a imagem que os OCS transmitem, através das notícias, da atuação policial em contexto de grandes eventos de cariz político. O que se pretende é, recorrendo a uma abordagem qualitativa, analisar o conteúdo noticioso sobre esses eventos e destacar possíveis esquemas interpretativos existentes. Estamos cientes que os OCS, através da partilha de códigos sobre os temas socialmente relevantes, têm um papel importante na legitimação das instituições do sistema social. Essa partilha revela-se determinante, tendo em conta que é a partir daí que muitas pessoas formam a sua opinião relativamente aos atos dessas instituições.

Neste trabalho analisaremos o conteúdo noticioso transmitido pela Agência Lusa, a única agência de notícias portuguesa. Este OCS assume especial importância por se

constituir como essencial na definição do conteúdo noticioso dos diversos OCS, nacionais e internacionais, no que concerne a acontecimentos portugueses, onde também se encontram os grandes eventos de cariz político e a atuação policial a eles inerente. O trabalho estará dividido em quatro partes.

Na primeira parte é feito o enquadramento teórico, onde discorremos sobre temas que contribuirão para uma melhor perceção do conteúdo noticioso a analisar. Faremos alusão à comunicação, à sociedade de massas, à comunicação de massas e aos seus meios. As teorias da comunicação de massas estão também presentes, sendo essenciais para a compreensão das notícias, uma vez que pretendemos ir além do que está diante dos nossos olhos aquando da leitura das mesmas. Apresentaremos ainda o conceito de notícia, bem como algumas características que possui, também essenciais para a perceção da própria composição deste texto tão específico. As particularidades das agências noticiosas enquanto OCS serão também apresentadas e, mais especificamente, algumas particularidades da Agência Lusa. No final desta parte apresentamos o conceito de Polícia, destacamos o seu posicionamento e intervenção nos grandes eventos de cariz político e formulamos o problema de investigação que é o ponto de partida para as partes subsequentes do nosso estudo.

O método utilizado é apresentado na segunda parte. No estudo realizado optámos por recorrer a uma abordagem qualitativa. Não existem hipóteses de partida, pretendendo-se a realização de inferências a partir da análise efetuada, tendo o estudo carácter exploratório. Uma vez que analisamos documentos, mais concretamente as notícias difundidas pela Agência Lusa durante o ano civil de 2012 que dizem respeito à atuação policial em grandes eventos de cariz político, recorreremos à análise de conteúdo dessas fontes documentais, sendo esse o instrumento utilizado. Para a realização desta análise usámos grelhas de análise com as respetivas categorias e subcategorias, que permitiram fazer o agrupamento das diferentes unidades de registo. Por sua vez, estas tornam possível detetar a presença, ou não, de esquemas interpretativos nas notícias difundidas pela Lusa. Todo o procedimento adotado é minuciosamente apresentado pensando numa possível replicação do estudo, e garantindo a sua validade.

Na terceira parte fazemos a apresentação, análise e discussão dos resultados obtidos, tendo sempre presente os conhecimentos adquiridos ao longo da fundamentação teórica. A partir daí realizamos algumas inferências sobre o discurso noticioso da Lusa relativamente à atuação policial.

Por fim, na última parte, apresentamos as nossas conclusões tendo em vista contribuir, de algum modo, para a linha de investigação onde este trabalho se insere, bem como para um melhoramento do serviço prestado pela PSP.

I. Enquadramento teórico

1. Comunicação e meios de comunicação

1.1. Comunicação

Definir comunicação é complexo e são vários os autores que se propõem fazê-lo. Todos reconhecemos a sua existência, mas explicá-la de forma clara revela-se um desafio hercúleo, desde logo porque a comunicação acompanha todas as atividades humanas e ela própria é uma atividade (Fiske, 1999). Podemos considerar que tudo é comunicação, desde o discurso mais longo ao silêncio mais profundo. A comunicação é um processo onde as interações são constantes e o seu principal instrumento é a linguagem, no entanto, é possível comunicar "a muitos níveis, por muitas razões e de muitas formas (gestos, expressões faciais, olhares, movimentos de braços e de mãos, bater de tambores, sinais de fumo, de luz e de bandeiras, etc.)" (Castro, 1972, pp. 8-9).

Estamos mergulhados num mundo onde a comunicação faz de nós o que somos e é "condição de toda a vida social" (Cazeneuve, 1976, p. 68). O homem é o que consegue comunicar (Monteiro, Caetano, Marques, & Lourenço, 2008), é assim que nos conhecemos, pela transmissão de informação. Segundo Caetano e Raquilha (2004) a persuasão é o objetivo da comunicação, enquanto o entendimento entre os homens é a sua finalidade. O ato de comunicar corresponde ao partilhar do próprio indivíduo, "é a passagem do indivíduo ao coletivo" (Caetano & Raquilha, 2004, p. 22). A comunicação é ainda determinante na avaliação do grau de desenvolvimento de uma sociedade. Castro (1972) entende que o crescimento político e económico será tão mais acentuado quanto maior for a atividade comunicativa dos indivíduos que integram o grupo.

A complexidade que envolve o estudo da comunicação é clara, e encará-la como objeto de estudo é colocado em causa por alguns académicos (Fiske, 1999). A comunicação pode ser vista como área de estudo graças à multidisciplinariedade que lhe é inerente, pois está no cruzamento de "várias disciplinas, como a filosofia, a história, a geografia, a psicologia, a sociologia, a etnologia, a economia, as ciências políticas, a biologia, a cibernética ou as ciências cognitivas" (Mattelart & Mattelart, 1997, p. 7).

Fiske (1999) assume quatro pressupostos para estudar a comunicação. Primeiro, que é possível estudar a comunicação, embora seja necessário fazer "várias abordagens disciplinares para conseguir estudá-la exaustivamente" (Fiske, 1999, p. 13). Segundo, todo o tipo de comunicação recorre a signos e códigos. Terceiro, os signos e os códigos são comunicados a terceiros e transmiti-los ou recebê-los é uma prática existente nas relações sociais. Por fim, a comunicação é um dos pilares fundamentais na nossa cultura, sem comunicação a cultura morreria. Consequentemente, o estudo da comunicação leva-

nos ao estudo da cultura em que esta se insere. Transversal a todos os pressupostos evidenciados, o autor apresenta uma definição geral de comunicação, como sendo a "«interacção social através de mensagens»" (Fiske, 1999, p. 14).

No estudo da comunicação existem duas principais escolas: a processual e a semiótica (Fiske, 1999). No contexto deste trabalho consideramos conveniente apresentar as diferenças entre ambas. A escola processual encara a comunicação como a transmissão de mensagens; por seu lado, a semiótica encara-a como a produção e troca de significados. Enquanto a primeira escola estuda o modo como os transmissores recorrem aos canais e aos meios de comunicação, bem como o modo como a informação é codificada e decodificada pelos transmissores e recetores, a segunda estuda a interação existente entre as mensagens, ou textos, e as pessoas, de modo a criar determinado significado, claro está, ligando a interpretação das mensagens à cultura.

Para a escola processual a comunicação é um processo que afeta o comportamento de um terceiro ou o seu estado de espírito, e quando o resultado deste processo não é o pretendido, então esta escola fala-nos num fracasso de comunicação. Posteriormente, analisa as várias etapas do processo de comunicação para verificar onde ocorreu a falha que levou ao não cumprimento do objetivo. Na escola semiótica não se fala em fracassos de comunicação, aqui os mal-entendidos, que poderiam gerar o fracasso na escola processual, são vistos como resultado de uma relação emissor/recetor onde existem diferenças culturais. A escola processual debruça-se particularmente sobre os atos de comunicação, enquanto a semiótica se aproxima da linguística.

As duas escolas entendem a mensagem, um dos elementos da comunicação, de forma diferente, mais concretamente no que concerne ao seu conteúdo. Para a escola processual a mensagem corresponde ao que é transmitido durante o processo de comunicação e a intenção é um fator determinante para definir o que constitui ou não uma mensagem. Uma ação sem intenção não é uma mensagem. Tal como afirma Fiske (1999, p. 15), "puxar o meu lóbulo da orelha não seria uma mensagem a não ser que eu o fizesse deliberadamente, como sinal previamente combinado com um leiloeiro". Para a escola semiótica "a mensagem é uma construção de signos que, pela interacção com os recetores, produzem significados" (Fiske, 1999, p. 16). O emissor perde importância nesta escola, é dado maior relevo ao texto e à forma como ele é lido. Para a semiótica, ler é um processo que compreende a descoberta de significados, dando-se quando o leitor estabelece uma relação com o texto. Assim, explica-nos como leitores de culturas diferentes, que lêem o mesmo texto, encontram nele diferentes significados. Isto não representa um fracasso de comunicação, é sim o resultado da negociação que ocorre entre texto e leitor, quando este imprime na leitura aspetos da sua vivência cultural, atitudes e emoções, relacionando-os com os códigos e signos presentes no texto.

1.2. Sociedade de Massas

A passagem da sociedade tradicional para a sociedade de massas é estudada por diversos autores. As correntes que apresentaremos relativamente à sociedade hodierna são as que consideramos mais valiosas para a elaboração deste trabalho.

Segundo Wolf (2009), e para o pensamento político oitocentista conservador, a sociedade de massas é resultado da industrialização progressiva, também da revolução dos transportes e do comércio, e ainda da disseminação de valores como a igualdade e a liberdade. Estas mutações sociais provocaram alterações na exclusividade das elites, que agora se encontram visíveis para as massas. O enfraquecimento dos laços tradicionais das famílias, da comunidade, das associações de ofício e da religião, colaborou para a diminuição das ligações existentes na sociedade e preparou as condições que conduziram ao "isolamento e à alienação das massas" (Wolf, 2009, p. 24).

Um sistema social é considerado uma sociedade de massas não apenas pela sua dimensão, isto porque poderão existir países com grande densidade populacional que não o sejam. Segundo Breton e Proulx (1997) a conceção de sociedade de massas estará ligada a outros fatores como a ordem social existente e a forma como os indivíduos definem as suas relações sociais. Neste tipo de sociedade o indivíduo perde os seus traços mais pessoais assemelhando-se aos outros, quanto ao controlo social é praticamente inexistente, conduzindo a uma situação de anomia (Breton & Proulx, 1997).

Ortega y Gasset (1930) defende que o homem-massa não atribui valor a si mesmo, mas isso não é problema porque é esta a sua forma de estar em sociedade, sente-se bem ao ser igual aos outros. O homem-massa estabelece mecanismos que impedem o crescimento do próprio, por exemplo a padronização de comportamentos. Segundo este autor a massa destrói tudo o que é diferente e individual, tudo é modificado para ser transversal a todos os homens-massa. Este homem é apenas uma carcaça, um corpo vazio sem qualidades e sem intimidade, está sempre predisposto para ser qualquer coisa, uma vez que sozinho nada é (Ortega y Gasset, 1930).

Houve um conjunto de tendências sociais que levaram ao surgimento da sociedade de massas, o "crescimento de relações sociais segmentárias e contratuais, e um grande agravamento do isolamento psicológico do ser humano" (DeFleur & Ball-Rokeach, 1993, p. 177). A sociedade de massas é, para estes autores, relativa à relação existente entre os indivíduos e a ordem social que os envolve. Nesta sociedade os indivíduos estão isolados psicologicamente uns dos outros e reina a impessoalidade nas relações entre eles (DeFleur & Ball-Rokeach, 1993). A sociedade de massas caracteriza-se pela existência de um conjunto de indivíduos que se encontram apartados graças ao rompimento dos laços tradicionais.

Wright Mills (1981) apresenta-nos a sociedade de massas como o oposto de público. No público a discussão é o meio utilizado para a comunicação e os meios de comunicação de massas servem apenas para ampliar e animar a discussão já existente. Nesta sociedade a comunicação dominante é o veículo formal, fazendo com que o público se torne o mercado das comunicações, permanentemente exposto às que são provenientes dos meios de comunicação de massa. Enquanto no público o número de pessoas que emitia opinião era praticamente igual ao número que a recebia, na massa poucos emitem opinião e praticamente todos recebem opiniões formadas por terceiros. O público transforma-se, assim, "numa coleção abstrata de indivíduos que recebem impressões através de veículos de comunicação de massas" (Mills, 1981, p. 356).

Assim sendo, a massa é composta por um conjunto homogêneo de indivíduos, indiferenciáveis entre si, mesmo que tenham a sua origem em lugares opostos ou provenham de grupos sociais distintos (Wolf, 2009). As pessoas que constituem a massa não se conhecem, mas basta-nos conhecer uma para perceber todas.

1.3. Comunicação de Massas e Meios de Comunicação de Massas

A comunicação de massas é um conceito que se desdobra noutros. A palavra "massas" aponta para o conjunto, ou corpo, de pessoas que são alvo de uma comunicação (McQuail, 2003). A expressão "comunicação" presente neste conceito remete-nos para a interação constante entre emissor e recetor.

Os conceitos de "comunicação de massas" e "meios de comunicação de massas" não são sinónimos, no entanto, existe uma interdependência entre ambos. Enquanto que a comunicação de massas é um processo onde a informação é difundida para um grande número de pessoas (Berger, 1995), os meios de comunicação de massas funcionam como veículos que transportam essa informação até às massas.

Hardt (2004) considera que os veículos de comunicação de massas são canais que definem o discurso cultural, político e económico da sociedade. Estes veículos colaboram na definição da imagem das diversas instituições sociais. Para este autor, tal é o envolvimento destes veículos na vida social que tornar-se-ia impossível a existência da sociedade da forma que a conhecemos se eles não estivessem presentes. Importa esclarecer que nem todos os meios de comunicação são meios de comunicação de massas, só o serão se tiverem como fim a transmissão de mensagens para uma pluralidade de indivíduos (Cazeneuve, 1976). Assim sendo, podemos enquadrar o cinema, os jornais ou a televisão neste tipo de meios.

Segundo Perles (2007), a comunicação de massas teve origem com o aparecimento dos caracteres móveis de Gutenberg. Foi a partir deste momento que se tornou possível difundir exatamente a mesma informação para uma grande quantidade

de pessoas, iniciando-se o fim do monopólio do conhecimento que, até ao século XV, se mantinha principalmente no interior dos claustros (Perles, 2007). A partir deste momento, e graças ao livro, surgiu um público que até aí tomava como certa a interpretação feita pelos que tinham acesso privilegiado à informação. Contudo, este público era ainda bastante limitado, nomeadamente pelo seu nível literário e ainda pela sua localização relativamente aos lugares de publicação (McQuail, 2003). Para DeFleur e Ball-Rokeach (1993) a comunicação de massas iniciou-se no século XIX com o aparecimento dos jornais de forma massiva. No entanto, a disseminação dos jornais é vista como consequência das impressões tornadas possíveis por Gutenberg. Para estes autores o apogeu da comunicação de massas deu-se verdadeiramente no século XX com a entrada do filme, da rádio e da televisão na vida cultural.

Com o passar do tempo e com a evolução tecnológica o fenómeno da comunicação de massas subsiste enquadrado nos OCS hodiernos (McQuail, 2003). Os OCS são divisíveis de acordo com o tipo de tecnologias a que recorrem para a difusão da informação (rádio, televisão, jornais, etc.), mas constatamos que a internet é utilizada por todos eles, provavelmente pela facilidade de acesso à informação em qualquer local.

McQuail (2003) identifica algumas características associadas aos OCS que consideramos relevantes apresentar. Desde logo o contacto permanente entre os OCS e o público, estando o conteúdo por aqueles difundido acessível a qualquer indivíduo. Os veículos de comunicação de massas lidam com assuntos públicos de onde é expectável que se forme opinião pública. O poder dos OCS manifesta-se na influência que poderão exercer sobre os recetores das mensagens que difundem. Por fim, os OCS têm grande liberdade, fundamental para o exercício da sua atividade de forma independente. Esta liberdade é partilhada com o público, que apenas se torna participante se assim o entender, não havendo qualquer obrigação.

O aparecimento das novas tecnologias colocou a comunicação humana a um ritmo inigualável. O aparecimento da maioria dos meios de comunicação de massas aconteceu, ainda, durante o período de vida de parte significativa da nossa população (DeFleur & Ball-Rokeach 1993). No entanto, muitos de nós sempre viveram com estes veículos desde jovens, alguns até desde sempre, sem ter oportunidade de conhecer a sociedade sem rádio, sem televisão ou sem internet. Os veículos de comunicação de massas colocaram à disposição de todos e a qualquer momento um conjunto de informação que até há bem pouco tempo não era acessível. DeFleur e Ball-Rokeach (1993, p. 42) consideram que o impacto de todas estas alterações ainda está por medir, no entanto, para estes autores a entrada de som, imagem e cor na casa de cada um de nós "representa uma mudança tecnológica que tem maior significado para as pessoas comuns do que [os] nossos maiores feitos nas fronteiras da ciências".

1.4. Teorias da Comunicação de Massas

Nesta secção propomo-nos apresentar as teorias da comunicação de massas. Porém, estas teorias são um universo a explorar e são vários os autores a considerar insensata qualquer tentativa de realizar uma síntese de todas elas (McQuail, 2003; Serra, 2007; Wolf, 2009). Assim sendo, pretendemos apresentar algumas das teorias, utilizando como critério de seleção a sua relevância no contexto deste trabalho. Seleccionámos as seguintes teorias da comunicação para integrarem este trabalho: teoria hipodérmica, abordagem empírico-experimental ou da persuasão, fluxo de comunicação a dois níveis e em múltiplas etapas, agendamento, *framing* e *gatekeeping*.

O desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação de massas, que teve início no final do século XIX, alertou para a necessidade da realização de estudos que contribuíssem para a compreensão do novo mundo da comunicação (Breton & Proulx, 1997; Serra, 2007). O conjunto dos estudos sobre comunicação denomina-se *communication research* (pesquisa em comunicação) (Wolf, 2009). Esta longa tradição de estudos acompanhou as diversas problemáticas que foram surgindo, levantando-se novas hipóteses e encontrando-se novas respostas, na tentativa de que estas fossem cada vez mais satisfatórias. Contudo, o mundo dos meios de comunicação de massas está em constante mudança, sendo um objeto multifacetado que pode ser visto por inúmeros prismas. Como afirma Wolf (2009), os OCS são um sector industrial extremamente importante, representam um grande investimento tanto privado como público, são a arena das discussões de qualquer temática e a companhia de muitos.

1.4.1. Teoria Hipodérmica

A teoria hipodérmica é o primeiro modelo das teorias da comunicação e preocupa-se, fundamentalmente, com o estudo da propaganda difundida pelos meios de comunicação de massas (Serra, 2007). Esta teoria surgiu numa época conturbada da história mundial, entre a Primeira e a Segunda Grande Guerra, e, de certa forma, foi a primeira reação dos estudiosos da época à difusão de informação de forma massificada (Wolf, 2009). Pretendia-se uma resposta à questão "que efeito têm os *mass media* numa sociedade de massa?" (Wolf, 2009, p. 23). Além de se ter acabado de viver uma Grande Guerra com resultados avassaladores para grande parte do mundo e de haver a iminência de outra, existem mais fatores que tornam único o momento em que esta teoria surgiu. Referimo-nos ao aparecimento da comunicação em massa. Tudo isto estava enquadrado numa sociedade gerida por regimes totalitários (Wolf, 2009).

Segundo Mattelart e Mattelart (1997) o primeiro contributo para esta teoria foi o livro *Propaganda techniques in the World War* de Harold Lasswell. Para Lasswell (in Mattelart & Mattelart, 1997) a propaganda era a única estratégia capaz de captar a

atenção das massas e podia ser utilizada para fins positivos ou negativos. A propaganda foi utilizada durante a Primeira Guerra Mundial o que garantiu, segundo Lasswell, que os aliados saíssem vitoriosos. De certa forma o autor transmite a noção de que os meios de comunicação são onnipotentes, que têm como alvo uma audiência amorfa "que obedece cegamente ao esquema estímulo/resposta" (cit in Mattelart & Mattelart, 1997, p. 31).

Esta teoria assenta numa conceção behaviorista do comportamento humano, ou seja, o indivíduo dará uma determinada resposta perante certo estímulo que lhe é fornecido. Os meios de comunicação de massas são comparados a agulhas que injetam no público os seus conteúdos. Esta teoria é ainda conhecida como teoria das balas mágicas, uma vez que, segundo esta, os estímulos fornecidos pelos meios de comunicação funcionavam como balas que ao atingir o alvo perfuravam-no de imediato (Wolf, 2009). A relação que se estabeleceu entre estímulo e resposta era tão próxima que se acreditava que "quem lesse ou escutasse, mesmo que distraidamente, uma mensagem, passaria a actuar como um *zombie* em telecomando" (Santos, 1992, p. 18).

O conceito de sociedade de massas, já por nós apresentado, reforça a ideia defendida pela teoria hipodérmica no que se refere ao "facto dos indivíduos estarem isolados, serem anónimos, estarem separados, atomizados" (Wolf, 2009, p. 25). A forma de ser do homem-massa colabora para o êxito da teoria hipodérmica, ele encontra-se isolado física e normativamente, daí o enfoque dado pela teoria das balas mágicas ao poder de manipulação dos meios de comunicação de massa naquela época (Wolf, 2009).

No entanto, embora na primeira metade do século XX se tenha convencido que os OCS tinham um efeito persuasivo forte, praticamente imaculado, esta teoria não perdurou, tendo sido facilmente refutada quando foi testada (Miller, 2007). À medida que esta teoria foi sendo abandonada os estudiosos afirmavam que a mesma chegava a ser ingénua (Serra, 2007). No entanto, "é importante entender o alcance total dessas suposições implícitas porque *foi graças à sua sistemática substituição ou modificação* que foram criadas teorias mais modernas do processo da comunicação de massa" (DeFleur & Ball-Rokeach, 1993, p. 181, *italico do autor*).

1.4.2.A abordagem empírico-experimental ou da persuasão

A abordagem empírico-experimental e a abordagem empírica de campo, esta que abordaremos mais tarde, particularmente os fluxos de comunicação, levaram ao abandono da teoria hipodérmica. Ambas as abordagens estão relacionadas, sendo difícil fazer uma distinção totalmente clara entre elas. Desenvolveram-se após os anos quarenta do século passado e esta proximidade temporal, e consequentemente ideológica, é um dos fatores que torna difícil a sua divisão, estando as conclusões de uma muito relacionadas com as da outra (Wolf, 2009).

Os estudos relativos à abordagem empírico-experimental aparecem muito fragmentados e dispersos, tornando-se difícil, como afirma Wolf (2009), descrever na sua totalidade todos os contributos que foram dados. Assim sendo, quanto a esta teoria iremos fazer uma abordagem àquelas características sobre que mais se tem escrito.

A abordagem da persuasão levou a uma retificação do processo comunicativo que, até ao momento, e segundo a teoria das balas mágicas, era entendido como uma relação direta entre o estímulo dado e a resposta obtida. É a partir deste momento que se estudam e tornam evidentes, pela primeira vez desde o início dos estudos sobre os meios de comunicação de massas, os elementos altamente complexos que entram no meio onde se encontra o emissor, a mensagem e o destinatário (Wolf, 2009). Desta forma, "a abordagem deixa de ser global" (Wolf, 2009, p. 34), já não incide sobre todos os elementos dos meios de comunicação e, a partir de agora, foca-se no estudo da sua eficácia persuasiva e na explicação do insucesso das tentativas de persuasão.

Segundo Wolf (2009) existem dois vetores que orientam esta teoria: os estudos que recaem sobre as características do próprio destinatário que interferem na obtenção do efeito persuasivo; e, a organização ideal que as mensagens persuasivas deverão possuir. De certa forma, o modelo da teoria hipodérmica subsiste nesta teoria, mas são acrescentadas variáveis que destroem a relação direta defendida por aquela teoria.

De seguida fazemos uma abordagem aos fatores atinentes à audiência. Uma vez que é neste ponto que a abordagem da persuasão é profícua na imensidão de variáveis, torna-se impossível apresentá-las exaustivamente. Assim, optámos por fazer uma seleção de alguns dos fatores, e propomo-nos a apresentar os seguintes: interesse em obter informação, exposição seletiva, perceção seletiva e memorização seletiva.

No que concerne ao interesse em obter informação, é importante considerar-se que parte do público não tem conhecimento sobre todos os assuntos que são apresentados pelos OCS, o que influenciará a sua motivação para se informarem. Desta forma, a dificuldade de acesso à informação, a falta de interesse e de motivação sobre determinadas temáticas e até a apatia social contribuem para a falta de interesse em obter informação (Wolf, 2009). Existem pessoas que se sentem mais interessadas por certos temas do que outras, isto porque umas já estiveram expostas a determinado assunto e outras não. Assim sendo, quanto mais as pessoas se expõem aos assuntos, mais aumenta o seu interesse e, conseqüentemente, ocorre um acréscimo na motivação para obter mais informação sobre o mesmo assunto (Wolf, 2009).

Relativamente à exposição seletiva, verificou-se empiricamente em diversas pesquisas que a audiência terá tendência a expor-se a comunicações que estão de acordo com as suas crenças, evitando outros conteúdos (Wolf, 2009). Assim sendo, as tentativas de persuasão terão maior sucesso quando tiverem como alvo indivíduos que

concordam previamente com as opiniões apresentadas ou que foram sensibilizados para os temas apresentados. Segundo Lazarsfeld (in Wolf, 2009), grande parte do efeito que podemos esperar como resultado de uma tentativa de persuasão será previamente condicionado pela própria estrutura da audiência. A seletividade da exposição não é explicável olhando apenas para a harmonia entre as atitudes do indivíduo e o conteúdo das comunicações, há um conjunto de diversas variáveis, como o nível de instrução, a profissão, o grau de consumo de OCS, a utilidade da comunicação, entre outras, que também têm influência. Assim, as atitudes do indivíduo são apenas mais uma das variáveis, e não a única variável ou a variável principal (Wolf, 2009).

No que é relativo à percepção seletiva, parte-se do pressuposto que o público não se expõe às mais diversas comunicações despojado de ideias previamente definidas (Klapper, in Wolf, 2009). Através da interpretação, tendo como base os valores e atitudes do recetor da mensagem, é possível transformar a mensagem de tal forma que o seu sentido pode sofrer alterações. De certa forma, trata-se de um enviesamento da informação de forma a coincidir com o que o recetor deseja receber. Foi isso que um estudo realizado por Turner (2007) evidenciou, tendo demonstrado que os cidadãos identificam uma tendência ideológica no noticiário televisivo, particularmente no caso da CNN (*Cable News Network*) e da FNC (*Fox News Channel*) que, alegadamente, representam o ponto de vista liberal e conservador, respetivamente. Estudos anteriores ao de Turner comprovaram que os noticiários emitidos por ambos os OCS em estudo não eram ideologicamente tendenciosos.

Segundo o estudo de Turner (2007) os telespetadores parecem utilizar duas heurísticas ao interpretarem um sinal que atribuem à CNN ou à FNC. A primeira é uma heurística ideológica que se refere ao conteúdo das notícias, a segunda heurística está relacionada com as pistas que são dadas relativamente às fontes que emanam a notícia. Os resultados encontrados pelo autor confirmam as suas hipóteses. Histórias apresentadas aos inquiridos em que não é identificada a CNN ou a FNC são percecionadas como ideologicamente neutras. Se as mesmas notícias forem identificadas como sendo da CNN ou da FNC os inquiridos vêem-nas como tendo uma tendência liberal e conservadora, respetivamente. Assim, associar a CNN ou a FNC a uma história envia um sinal ideológico ao telespectador, isto pode fazer com que ele percecione a existência de um enviesamento ideológico, impedindo a aquisição e processamento da informação devido à criação de barreiras cognitivas (Turner, 2007). O autor afirma que os seus resultados demonstram que os efeitos das comunicações variam entre os indivíduos, dependendo também da tendência ideológica.

O último fator que apresentamos relativo à audiência é a memorização seletiva. Os estudos realizados têm comprovado que a memorização do conteúdo das mensagens

está relacionada com critérios de seletividade semelhantes aos que temos vindo a explicar (Wolf, 2009). No momento de uma comunicação há aspetos que são facilmente memorizados pelo recetor. Se esses aspetos coincidirem com as atitudes e opiniões do destinatário da mensagem, a probabilidade de serem memorizados é muito maior quando comparados com os outros. Esta tendência para memorizar determinados aspetos aumenta com o decorrer do "tempo de exposição à mensagem" (Wolf, 2009, p. 41).

Bartlett (in Wolf, 2009) verificou a existência de um mecanismo de memorização das mensagens com conteúdos persuasivos, o chamado "efeito Bartlett". Comprovou que, com o passar do tempo, o recetor memoriza os elementos que considera mais significativos, colocando de parte os que colidem com as suas crenças ou que estão culturalmente mais distantes. Um mecanismo de memorização das mensagens persuasivas idêntico ao "efeito Bartlett" é o "efeito latente". Este efeito é identificado por diversos autores como um fenómeno onde o impacto de uma mensagem persuasiva aumenta com o decorrer do tempo (Gillig & Greenwald, 1974; Gruder, Cook, Hennigan, Flay, Alessis, & Halamaj, 1978; Hannah & Sternthal, 1984; Pratkanis, Greenwald, Leippe, & Baumgardner, 1988). De certa forma, este efeito diz-nos que o impacto de uma comunicação persuasiva será maior algum tempo depois da comunicação quando comparado com o efeito da mesma no momento da comunicação. O "efeito latente" sempre gerou alguma polémica entre os investigadores (Hannah & Sternthal, 1984), tendo até sido posta em causa a sua existência, no entanto, alguns investigadores ao longo dos seus estudos conseguiram identificar a sua presença (Gruder et al., 1978).

A organização das mensagens é também determinante quando se pretende persuadir. Faremos então referências a quatro dos fatores relativos à mensagem: credibilidade do comunicador; ordem da argumentação; integralidade das argumentações; e, explicitação das conclusões.

Relativamente à credibilidade do comunicador, a questão que se coloca é se a reputação da fonte é um fator influenciador do sucesso persuasivo da mensagem. Caso este fator releve para o sucesso da comunicação persuasiva, ao colocarmos o mesmo indivíduo perante duas mensagens idênticas, onde uma é associada a uma fonte credível e outra não, aquela que é emitida por uma fonte com elevada reputação terá maior sucesso persuasivo. Um estudo realizado por Hovland e Weiss (1951) estudou este fator com o objetivo de esclarecer qual a influência da credibilidade da fonte no efeito da persuasão. Os autores verificaram que após uma comunicação, as mensagens associadas a fontes credíveis tinham maior poder persuasivo do que aquelas que eram associadas a fontes de menor credibilidade. Contudo, verificaram que o destinatário da mensagem vai esquecendo a credibilidade da fonte ao longo do tempo, acabando por absorver o conteúdo da mensagem independentemente da reputação da fonte.

No que concerne à ordem da argumentação, os estudos realizados no âmbito deste fator pretendem aferir que tipo de argumentos são mais eficazes na transmissão de uma mensagem que apresenta os argumentos a favor e contra determinada posição. Se, por um lado, é mais eficaz apresentar argumentos a favor da posição no início da mensagem ou se, por outro lado, é mais favorável apresentar argumentos a favor da posição contrária no final. Caso se verifique que a apresentação inicial dos argumentos é mais favorável, estamos perante o "efeito *primacy*", se for mais conveniente a apresentação no final, fala-se em "efeito *recency*" (Wolf, 2009).

Ao longo das várias experiências realizadas tem-se verificado a obtenção de resultados opostos. Wolf (2009) considera que os resultados díspares ocorrem devido ao número elevado de fatores que condicionam os resultados das experiências. No entanto, este autor aponta algumas relações que os estudos indicam serem mais estáveis, é o caso do "conhecimento e a familiaridade com o tema e o efeito *recency*" (Wolf, 2009, p. 44), já quando os destinatários das mensagens não têm conhecimentos sobre o tema, verifica-se o "efeito *primacy*". De qualquer forma, e embora os estudos apresentem resultados que sustentam ambos os efeitos apresentados, não há dúvidas quanto ao facto de existir uma influência "associada à ordem de apresentação dos argumentos a favor ou contra um determinada conclusão" (Wolf, 2009, p. 44).

A integralidade das argumentações é o fator ligado à mensagem que, segundo Wolf (2009), mais atenção tem merecido. Os estudos deste tipo pretendem verificar se apresentar um único aspeto ou ambos os aspetos de determinado tema, interfere no grau com que se modifica a opinião. Hovland, Lumsdaine e Sheffield (in Wolf, 2009) realizaram um estudo que pretendeu verificar isso mesmo, aplicando-o aos soldados americanos. Foram-lhes transmitidas duas mensagens com vista a convencê-los de que a guerra iria ser prolongada na frente do Pacífico, uma delas que apresentava apenas a explicação para o continuação da guerra (um só aspeto), a outra, apresentava ainda argumentos respeitantes à superioridade do exército americano sobre o japonês (ambos os aspetos). Os resultados a que Hovland et al. (in Wolf, 2009) chegaram foram deveras interessantes. Apresentar ambos os aspetos mostrou-se mais eficaz para as pessoas que tinham opinião contrária inicialmente, que já estavam convencidas do que estava a ser transmitido e possuíam grau de instrução mais elevado. As pessoas com grau de instrução mais baixo foram mais facilmente influenciadas pela comunicação que apresentou apenas um dos aspetos. De entre todos os grupos estudados, a combinação de pessoas com grau de instrução mais baixo e já convencidos do conteúdo da mensagem foi aquela cuja apresentação de ambos os aspetos se mostrou menos eficaz.

Outro estudo realizado por Bishop, Oldendick e Tuchfarer (1982) verificou também que os resultados dos inquéritos sobre assuntos públicos podem ser influenciados pela

formulação das questões, bem como pelo facto de apresentarem apenas um lado do assunto ou ambos.

A explicitação das conclusões é o último fator relativo à mensagem que apresentamos. Pretende-se averiguar se a mensagem que faculta ao destinatário as conclusões de forma explícita é mais ou menos persuasiva do que a aquela que as apresenta implicitamente (Wolf, 2009). Segundo Wolf (2009), a apresentação das conclusões de forma implícita mostrou-se mais eficaz na persuasão de indivíduos com maior envolvimento no assunto tratado. Também se tem verificado que quanto maior o conhecimento do público sobre o tema ou quanto maiores forem as suas capacidades intelectuais, menos necessária será a apresentação das conclusões. No entanto, a sua apresentação explícita colabora para o sucesso da persuasão caso se tratem de assuntos mais complexos e de públicos com poucos conhecimentos sobre os mesmos.

Relativamente à abordagem empírico-experimental, verifica-se que direcionou o esforço dos seus estudos para melhor compreender a comunicação que mais se aproxima do sucesso persuasivo. Assim, esta abordagem não deixou de acreditar que é possível persuadir, mas compreendeu que a persuasão não é uma constante.

1.4.3. Fluxo de comunicação a dois níveis e em múltiplas etapas

O fluxo de comunicação a dois níveis (*two step flow of communication*) insere-se nos estudos realizados no âmbito da abordagem empírica de campo ou dos efeitos limitados. O problema fundamental na abordagem empírica de campo, tal como na abordagem da persuasão, são os efeitos dos meios de comunicação. No entanto, e tal como o próprio nome indica (efeitos limitados), nesta abordagem não estamos apenas perante uma análise da quantidade de efeitos, mas diante de uma configuração qualitativamente distinta (Wolf, 2009). Aqui já não se fala em propaganda ou persuasão, mas sim em influência. A influência a que esta teoria se refere é geral, não é apenas a que resulta dos meios de comunicação, pois esta é só uma das partes, a outra são as relações comunitárias. Segundo Wolf (2009, p. 47), o cerne da abordagem empírica de campo "consiste, de facto, em associar os processos de comunicação de massa às características do contexto social em que esses processos se realizam".

Na abordagem da persuasão é possível fazer a destrição entre duas correntes. Uma delas refere-se à composição diferenciada dos públicos e aos seus modelos de consumo de comunicações de massas, a outra é alusiva às pesquisas sobre a mediação social que caracteriza o consumo. Segundo Wolf (2009), a última corrente é a mais importante e é nesta que surge o fluxo de comunicação a dois níveis, onde focamos a nossa atenção. De acordo esta segunda corrente, só é possível avaliar a eficácia dos meios de comunicação de massa tendo em conta o próprio contexto social em que estão

inseridos. Wolf (2009) considera que a influência depende mais desse contexto do que do próprio conteúdo difundido pelos meios de comunicação. É-nos possível, desde já, criar um ponto de separação com a teoria hipodérmica onde se defendia a presença de um efeito manipulativo que tinha uma relação direta entre emissor e recetor da mensagem.

A principal obra no que concerne a estes estudos é *The people's choice: How the voter makes up his mind in a presidential campaign*, de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet (in Mattelart & Mattelart, 1997). O objetivo desta pesquisa foi perceber as razões e as circunstâncias que conduziram à formação das atitudes políticas durante a campanha presidencial norte-americana de 1940, mais precisamente na comunidade de *Erie County* no Estado de *Ohio*. A descoberta dos líderes de opinião e do fluxo de comunicação a dois níveis fez com que o trabalho de Lazarsfeld, Berelson e Gaudet ficasse para sempre na história da *communication research*. Os resultados identificaram os líderes de opinião como indivíduos interessados e imbuídos do tema que influenciavam os restantes eleitores no sentido de voto pretendido (Wolf, 2009). Os líderes de opinião funcionam como conselheiros para os indivíduos que pertencem ao seu grupo e que recorrem a eles quando pretendem obter mais informação. Contudo, Black (1982) acredita que os líderes de opinião são mais do que meros conselheiros, podendo chegar a assumir a responsabilidade de um terceiro na tomada de decisões. Aqueles indivíduos têm a experiência e o conhecimento necessários sobre determinados assuntos e, graças a isso, fornecem conselhos e informações que os seus seguidores consideram importantes, o que os leva a segui-los (Weimann, Tustin, Vuuren, & Joubert, 2007).

No decorrer do estudo de Lazarsfeld et al. (in Mattelart & Mattelart, 1997), os autores estabeleceram uma relação entre as intenções de voto dos indivíduos e as suas redes de relações sociais. É no interior de cada grupo que existe propensão para a partilha de atitudes, reforçando a ideia dos líderes de opinião e do seu papel fundamental de mediadores entre os meios de comunicação e os indivíduos que pertencem ao seu grupo, estes menos interessados na campanha presidencial (Wolf, 2009).

O fluxo de comunicação a dois níveis diz-nos que a informação proveniente dos meios de comunicação assume duas etapas no seu percurso até ao recetor. A primeira tem início no meio de comunicação e vai até ao líder de opinião, a segunda inicia-se no líder e termina quando alcança os seus seguidores (Mattelart & Mattelart, 1997; Troidahl, 1966; Weimann et al., 2007). De certa forma, os líderes de opinião são mensageiros que orientam a atenção do grupo para o que eles próprios consideram relevante. No entanto, este processo não é tão simples como aparenta. Os líderes de opinião são, concomitantemente, líderes e seguidores. Isto é, emitem opinião mas também a recebem dos outros. O papel de líder ou de seguidor será assumido conforme o domínio da temática em discussão. O que é visto como mais habilitado assumirá o papel de líder, os

restantes serão seguidores. Por estas razões surgiu um novo modelo denominado fluxo de comunicação em múltiplas etapas (*multi step flow of communication*), representando a complexidade das relações existentes que condicionam os efeitos dos meios de comunicação de massas (Sousa, 2006).

Através do entendimento da função dos líderes de opinião nos fluxos de comunicação, percebemos que a formação da opinião pública não pode ser atribuída exclusivamente aos OCS. Os efeitos dos meios de comunicação têm de ser entendidos através do estudo das relações que são estabelecidas pelos indivíduos de um grupo. Assim, os meios de comunicação passam a fazer parte de um processo complexo, o da influência pessoal (Wolf, 2009).

Se fizermos uma comparação entre a teoria hipodérmica e a teoria dos efeitos limitados, verificamos que há uma oposição lógica dos efeitos (Wolf, 2009). Enquanto na teoria das balas mágicas a lógica dos efeitos se cingia a um ambiente fechado que apenas compreendia estímulo e resposta, na abordagem empírica de campo existe uma lógica assente num ambiente social rico em relações entre pares e marcado pelos processos de influência. O indivíduo não é indiferente a tudo o que o rodeia, não está sozinho no mundo nem despido de conhecimento. Assim sendo, "a personalidade do indivíduo se configura também a partir dos seus grupos de referência" (Wolf, 2009, p. 54).

É necessário termos em conta o contexto social em que esta teoria surgiu. Na década de 1940 a presença dos OCS era reduzida, o que criava condições propícias às comunicações interpessoais (Wolf, 2009). Atualmente a sociedade é afogada pela transmissão de informação, fazendo com que, provavelmente, haja uma alteração da função dos antigos líderes de opinião. Mais do que um mensageiro, o líder de opinião poderá ter-se transformado num indivíduo que possui igualmente elevado conhecimento sobre determinadas temáticas, mas funciona "como instrumento da passagem da influência da comunicação de massa para os destinatários" (Wolf, 2009, p. 58).

Através dos relacionamentos interpessoais é possível atingir uma maior eficácia de influência do que recorrendo aos meios de comunicação. Esta superioridade da eficácia da influência interpessoal está relacionada com a vida do grupo social do indivíduo, isto porque os obstáculos encontrados pelas comunicações dos OCS são facilmente ultrapassados pelas comunicações interpessoais, permitindo estas uma melhor adaptação às resistências que o mensageiro deteta no destinatário (Wolf, 2009).

Se refletirmos sobre a credibilidade da fonte e a sua interferência no processo de influência, constatamos que uma fonte impessoal, muito provavelmente, está em inferioridade relativamente a uma fonte pessoal, como os indivíduos que fazem parte do grupo do destinatário. Segundo Lazarsfeld et al. (in Mattelart & Mattelart, 1997) são estas características únicas que colocam a eficácia da influência pessoal em superioridade.

1.4.4. Teoria do Agendamento e *Framing*

Antes de iniciarmos propriamente a explanação da teoria do agendamento, consideramos relevante, para uma melhor compreensão da mesma, apresentar as mudanças no tipo de estudo que estão por detrás do seu aparecimento.

Durante bastante tempo, os estudos relativos aos efeitos no âmbito da *communication research* partiram de um conjunto de pressupostos que hoje estão postos de lado (Schulz, in Wolf, 2009). Considerava-se que existia um sujeito ativo e um passivo, o primeiro emitia o estímulo, o segundo reagia e encontrava-se predisposto para isso. A comunicação era vista de forma individualizada, isto é, os efeitos tinham de ser estudados em cada recetor. A comunicação era ainda realizada visando determinado objetivo. Por fim, da mesma forma que as comunicações são limitadas no tempo, também os seus efeitos poderiam ser estudados isoladamente e de forma independente.

Os pressupostos supramencionados foram sendo abandonados ou modificados ao longo dos estudos realizados, acabando por se passar "dos efeitos entendidos como *mudanças a curto prazo* para os efeitos entendidos como *consequências de longo prazo*" (Wolf, 2009, p. 140, *itálico do autor*). O novo tipo de efeitos em estudo já não está relacionado com a influência sobre as atitudes dos indivíduos ou os seus comportamentos, este novo efeito é cognitivo, ou seja, entende-se que existe influência sobre a forma como os indivíduos adquirem o conhecimento quando em contacto com as comunicações de massas. Ganhou-se a percepção de que as comunicações não têm um efeito direto no comportamento dos destinatários, o que acontece é uma influência sobre o modo como os indivíduos percebem o ambiente que os rodeia (Robert, 1971).

Paralelamente ao surgimento do novo tipo de efeitos encontramos uma alteração no quadro temporal dos mesmos. Os efeitos já não se encontram restritos a um momento, ao espaço temporal em que decorre a transmissão da mensagem. Estes efeitos perduram no tempo muito além dos limites do processo comunicativo em análise, extravasam-no de tal forma que estabelecem relações com efeitos anteriores e posteriores. Por estas razões, Wolf (2009) considera que existe um relacionamento constante entre os diversos fatores que colaboram no processo de influência.

No que concerne à teoria do agendamento, segundo Saperas (2000), o artigo *The agenda-setting function of mass media* de McCombs e Shaw (1972) foi o seu principal ponto de partida. Esta teoria assume a possibilidade de existir um impacto sobre o público graças às emissões dos OCS, no entanto, essa influência não é direta, nem sequer obrigatória. Além disso, como já referimos, o impacto esperado não é sobre as atitudes dos indivíduos, mas sobre a forma como adquirirão conhecimento (Shaw, 1979).

Esta teoria considera que os efeitos das comunicações sobre o público não são mais do que o resultado do trabalho quotidiano produzido pelos meios de comunicação

(Shaw, 1979). Estes veículos de informação apresentam informação ao público, mostrando o mundo, o ambiente que envolve as pessoas e os riscos que com elas coabitam. Segundo McCombs e Shaw (1993), os estudos mais recentes não só evidenciam que os OCS nos dizem sobre o que pensar, mas também sobre como pensar sobre os assuntos. Consequentemente dir-nos-ão o que pensar.

A teoria do agendamento defende que é graças aos meios de comunicação que o público presta mais ou menos atenção a determinados assuntos (Shaw, 1979). Além disso, McCombs e Shaw (1972) afirmaram que a importância dada pelo público a determinado assunto varia de acordo com a quantidade de informação difundida pelos meios de comunicação sobre o mesmo. À luz da teoria do agendamento, se não fossem os OCS muitos dos assuntos discutidos diariamente não ganhariam a mesma projeção social. A atenção dada a um assunto também pode conduzir a outro resultado, ou seja, acaba por fazer esquecer certos assuntos, logo, como não surgem na praça pública, não são debatidos pelo público. Aqui reside o poder dos OCS.

Dearing e Rogers (1996) consideram que a teoria do agendamento consegue explicar porque é que certos assuntos são colocados à disposição do público pelos meios de comunicação, enquanto outros passam para segundo plano. Para estes autores, o agendamento é um processo contínuo de competição entre diversos problemas onde o objetivo é chamar a atenção do público, dos jornalistas e dos políticos. Desta forma, indicam que a teoria do agendamento esclarece como é alterada a opinião pública e por que razão alguns assuntos são abordados nas ações políticas e outros não.

As agendas são constituídas por um conjunto de assuntos que, de acordo com a sua importância, serão hierarquizados (Dearing & Rogers, 1996). Consideramos que as agendas flutuam ao longo do tempo de acordo com a noticiabilidade dos assuntos. O facto de um assunto ser mais noticiável do que os restantes é extremamente importante no momento em que alguém decide dar-lhe ou não a oportunidade de entrar no palco dos OCS. Segundo Dearing e Rogers (1996) o processo de agendamento é composto por três tipos de agendas: agenda mediática, agenda pública e agenda política.

A agenda mediática é constituída pelos temas incluídos no discurso dos meios de comunicação de massas, enquanto a agenda pública diz respeito aos temas que cativam a atenção das massas durante determinado período de tempo (Saperas, 2000).

De acordo com Saperas (2000), os estudos no âmbito desta teoria deverão orientar-se no sentido da relação existente entre a agenda mediática e a agenda pública. DeGeorge (in Saperas, 2000) considerou que a relação que existe entre estes dois tipos de agendas pode ser apresentada segundo três modelos distintos: modelo de conhecimentos, de prioridades e dos itens de atualidade. O primeiro, modelo de conhecimentos, considera que o público tem conhecimento dos temas que chegam até si

através dos OCS. Assim sendo, seriam os OCS a condicionar os temas em discussão pública em cada momento. Caso os OCS não relatem um acontecimento, segundo este modelo, ele nunca existirá para o público, exceto para aqueles que tenham conhecimento dele de forma direta. Outro modelo também apresentado por DeGeorge é o de prioridades. Aqui considera-se que "a ordem de prioridades estabelecida pelos meios de comunicação determina a capacidade de discriminação temática do público, na medida em que este responde aos mesmos critérios de prioridade presentes nos meios de comunicação de massas" DeGeorge (cit in Saperas, 2000, p. 67). O modelo dos itens de atualidade é o último apresentado pelo autor. Neste a atenção por parte do público sobre os temas da atualidade dependerá da presença de parte dessa realidade nos OCS.

Verificamos então que a agenda mediática condiciona a agenda pública. No entanto, Uscinski (2009) defende que o contrário também pode ocorrer, isto é, os assuntos discutidos pelo público poderão influenciar os assuntos que são tratados pelos OCS. Segundo Uscinski (2009), se o público se começar a preocupar, por exemplo, com o ambiente, então os *media* seguirão essa tendência e irão apresentar mais notícias sobre esse tema. Independentemente da direção de influência das agendas que estamos a discutir, percebemos que o público tem sempre alguma relevância na formação da agenda dos *media*. Afinal, aos eventos preferencialmente cobertos pelos jornalistas são aqueles que garantem maior audiência Uscinski (2009). De acordo com o estudo realizado por este autor, os assuntos que normalmente não são tratados pelos meios de comunicação de massas recebem mais atenção quando o público se preocupa com eles. Assuntos que tenham pouco interesse para o público e que gerem pouca preocupação, receberão pouca atenção por parte dos OCS. Este modelo, onde as audiências influenciam a agenda mediática, denomina-se *audience-driven*.

No que concerne à agenda política, é lógico considerar-se que esta agenda é condicionada pela agenda mediática, isto porque os OCS condicionam a agenda pública, logo condicionam também a agenda dos políticos (McCombs, in Tidmarch, Hyman, & Sorkin, 1984). No entanto, a agenda política também tem influência sobre a agenda dos OCS, uma vez que os debates políticos e determinadas ações dos governantes merecem a atenção dos jornalistas, ganhando importância na sua agenda porque se refletem como importantes para a vida quotidiana dos cidadãos (Tidmarch et al., 1984).

Segundo Wolf (2009), a teoria do agendamento é onde se reúne um conjunto de estudos e conhecimentos parcelares, passíveis de serem aglomerados de forma a demonstrarem os reais efeitos produzidos pelos meios de comunicação de massas.

Como o agendamento está relacionado com os conhecimentos que as pessoas absorvem ao estarem em contacto com os conteúdos emitidos pelos meios de

comunicação de massas, os elementos que concorrem para o enviesamento da informação difundida assumem um papel importante no âmbito desta teoria.

Os destinatários dos meios de comunicação de massas recebem informação desligada do contexto real. Os indivíduos não conseguem ter conhecimento do envolvimento das situações apresentadas pelos OCS, simplesmente porque é impossível que aqueles apresentem pormenorizadamente todos os detalhes das situações que relatam. O que ocorre nestes casos é um "enquadramento" (ou *framing*) da situação. O enquadramento acontece quando, ao descrever uma situação, o emissor da mensagem se foca num determinado aspeto que, conseqüentemente, chamará a atenção do recetor e faz com que seja a partir dessa ideia central que cria a sua opinião (Druckman, 2001).

Consideramos possível fazer uma analogia entre o enquadramento e uma fotografia. Na fotografia o autor não consegue apresentar de forma real tudo aquilo que extravasa os limites da objetiva da sua máquina fotográfica e, além disso, o que ele realmente pretende tornar claro para quem vislumbra o resultado do seu trabalho está contido na imagem. Quando um jornalista relata um evento acontece algo semelhante, ele terá de escolher a informação a focar, abdicando de apresentar a restante. É assim que se dá o enquadramento.

1.4.5. Gatekeeping

A informação que chega até nós diariamente tendo como origem os OCS é apenas uma porção de toda aquela com que os OCS têm contacto. Existe necessidade de seleccionar a informação a que o público terá acesso ou, pelo menos, poderá ter.

O conceito de *gatekeeper* foi utilizado por Kurt Lewin (White, 1950). No seu trabalho Lewin verificou que o percurso da informação dependia de certos locais que funcionavam como portões. Nestes locais estarão os *gatekeepers* (ou guardas do portão) que poderão representar-se por uma só pessoa ou por um grupo que terá o poder de decidir a que informação é que os restantes terão ou não acesso (Lewin, in White, 1950).

Nos canais de comunicação existem vários *gatekeepers* (White, 1950). Tomemos como exemplo uma hipotética história que ocorre em qualquer lugar no mundo. O jornalista que tem contacto com esse acontecimento é o primeiro a decidir sobre a sua comunicação à redação. De seguida, existem diversos indivíduos nas agências noticiosas com o poder de aceitar ou não a notícia, até que esta chega à redação de um jornal onde poderá ser utilizada e aparecer numa das páginas ou simplesmente esquecida.

A função dos *gatekeepers* assume uma grande importância na forma como organizamos a realidade, uma vez que esta pode ser facilmente distorcida devido à informação que recebemos de forma incompleta (Roberts, 1971). No entanto, como vimos, não há tempo nem espaço para apresentar todos os acontecimentos.

Roberts (1971) aponta alguns fatores que contribuem para a seleção, ou não, da informação. Desde logo o facto de todos termos as nossas crenças, os nossos valores e percepções da realidade, tal como os repórteres ou os editores, faz com que o que selecionam para nos apresentar esteja de acordo com aquilo que consideram um reflexo da realidade aos seus olhos. Além disso, quem seleciona as notícias é pressionado pelos editores para que haja uma correspondência entre o que escolhe e as vontades de quem manda. Por fim, a luta pelas audiências faz com que sejam escolhidas histórias que as massas queiram conhecer, e não histórias demasiadamente longas, pouco fascinantes ou que sejam direccionadas para uma pequena porção do público.

Mais tarde, percebe-se que as decisões do *gatekeeper* não são tomadas por uma só pessoa. Neste processo intervêm um conjunto de pessoas e de critérios organizacionais e burocráticos que influenciam o trabalho dos *gatekeepers* (Wolf, 2009).

Um estudo realizado por Breed (1955) revelou como é que os profissionais de uma redação tomam conhecimento das políticas dos jornais. "Quando perguntados, disseram que aprendiam «por osmose»" (Breed, 1955, p. 328). A aprendizagem das políticas das redações colaboram para que os jornalistas conheçam os direitos e obrigações de forma a contribuírem para o cumprimento das normas instituídas.

O *gatekeeper* representa o poder jornalístico em decidir não apenas aquilo a que podemos ter acesso, mas principalmente aquilo que nos é desconhecido.

1.5. A Notícia

Hodiernamente os meios de comunicação estão constantemente presentes no nosso dia-a-dia, proporcionando-nos avalanches informativas através das notícias. No entanto, e embora o contacto com as notícias seja permanente, defini-las torna-se difícil. De qualquer forma, parece-nos consensual que todos consideram que o dia-a-dia sem notícias seria complicado, talvez equiparável a um afastamento do mundo pela falta de informação com que teríamos de lidar (Cascais, 1999). Não restam dúvidas quanto ao facto de que "a notícia é hoje um bem de primeira necessidade" (Cascais, 1999, p. 7).

O conceito de notícia é aberto o que dificulta a sua definição e, consequentemente, faz com que existam inúmeras tentativas de o fazer (Cascais, 2001). Para Sousa (2004, p. 4), "uma notícia é um artefacto linguístico que representa determinados aspectos da realidade, resulta de um processo de construção onde interagem factores de natureza pessoal, social, ideológica, histórica e do meio físico e tecnológico". A informação presente numa notícia tem um determinado sentido em certo momento histórico e de acordo com o meio sociocultural onde se insere, mas o seu verdadeiro sentido é-lhe atribuído pelos consumidores que dela têm conhecimento através dos meios jornalísticos.

Cummings (cit in Lage, 1979, p. 35) apresenta o conceito de notícia de forma diferente. Para este autor "se um cachorro morde um homem, não é notícia; mas se um homem morde um cachorro, aí, então, a notícia é sensacional". O autor quer com isto dizer que um acontecimento para ser notícia tem de fugir ao normal, indo além do quotidiano. Cascais (2001) afirma que se um cão morder um homem pode ser notícia, tudo dependerá de quem é a perna. Já para Park (1940), a notícia não é uma história ou uma anedota, é algo pragmático para a pessoa que ouve ou lê e, por regra, limitado a eventos relacionados com mudanças súbitas ou determinantes.

Não é possível encontrarmos notícias em bruto na natureza, elas são resultado do trabalho do homem sobre os acontecimentos ou sobre os não-acontecimentos e resultado do processo de manipulação dos acontecimentos, obedecendo a um conjunto de técnicas e de éticas (Cascais, 1999; Tuchman, 2002). A notícia é um produto que resulta de um processo de produção. Por essa razão os seus autores não querem lançar no mercado o que não é popular, isto é, o que não está de acordo com as regras vigentes no contexto cultural onde é apresentado (Colombo, 1998; Traquina, 1993).

Cascais (1999, pp. 8-9) reflete sobre o que aparecerá primeiro, "o acontecimento ou a notícia? A notícia reflecte a realidade ou a realidade é o que forem as notícias?". Consideramos que faz sentido que o acontecimento nasça primeiro, visto ser ele a matéria-prima da notícia. É ainda verdade que sem acontecimentos não haveria notícias, contudo, sem notícias a realidade era desconhecida. Além disso, é possível a criação de notícias a partir de não-acontecimentos, isto é, a partir de acontecimentos não ocorridos.

Como afirma Cascais (1999, p. 9) "a notícia não é apenas a técnica mais eficaz e rápida de contar factos ao público; é decidir a realidade a que o público tem direito". Desta forma, é a notícia que define o que é ou não real, independentemente de ser, ou não, um acontecimento. Segundo este autor o poder do jornalismo reside no momento inicial do processo noticioso, onde alguém decide o que é ou não notícia, consequentemente escolhendo o que a sociedade deverá ou não saber e o que fará, ou não, parte da realidade.

1.5.1. Fontes de Informação

A fonte de informação é qualquer entidade detentora de dados relevantes e suscetíveis de originar uma notícia (Gradim, 2000). Se refletirmos sobre possíveis fontes de informação, rapidamente verificamos que a lista é interminável, podemos pensar em instituições ou simplesmente em transeuntes que passavam num local onde ocorreu um facto de interesse jornalístico.

Fontcuberta (1999, p. 46) define fontes de informação como sendo as "pessoas, instituições e organismos de todo o tipo que facilitam a informação de que os meios de

comunicação necessitam para elaborar notícias". Para Cardet (1980, p. 32) as fontes são lugares "onde habitualmente se produzem ou concentram informações de interesse geral". Cascais (2001, p. 93) diz-nos que a fonte de informação corresponde à proveniência da informação jornalística, isto é, tudo o que é suficientemente relevante para ser "tratado e difundido junto do público".

As fontes são determinantes para a produção das notícias. A apresentação do testemunho de uma fonte credível dará sempre mais valor à notícia, apresentando-se com maior qualidade aos olhos do leitor (Fontcuberta, 1999). Contudo, os OCS colocam um pouco de lado o contributo das fontes de informação preferindo evidenciar o papel ativo do jornalista pela procura de factos com valor noticioso (Wolf, 2009).

É incomportável para qualquer jornalista criar as suas notícias de forma totalmente autónoma, isto porque é praticamente impossível ser testemunha presencial de tudo aquilo que relata (Correia, 2011). Desta forma, não restam dúvidas quanto à necessidade que estes profissionais têm de se inteirar dos factos ocorridos antes do momento da redação das notícias, e para isso socorrem-se das fontes de informação.

As fontes podem ser classificadas de diversas formas, dependendo do parâmetro a que nos referimos. Segundo Wolf (2009), é possível distinguir fontes institucionais das oficiosas ou as estáveis das provisórias. Outra caracterização demarca as fontes ativas das passivas, tendo em conta a medida em que são utilizadas e o tipo de relações que se estabelecem entre a própria fonte e órgão que necessita da informação. "Fontes centrais, territoriais e fontes de base são categorias individualizadas não só pela localização espacial, mas também pelo tipo de utilização que delas se faz relativamente ao relevo e à noticiabilidade dos acontecimentos" (Wolf, 2009, p. 223).

Fontcuberta (1999) faz a distinção entre fontes de informação exclusivas e partilhadas. As primeiras são mais difíceis de obter, mas trazem o monopólio de determinada informação para a notícia desse meio de comunicação, daí serem as mais valorizadas. As segundas garantem que todos os OCS têm uma quantidade de informação constante, fazendo com que a atividade permanente seja possível, permitindo fornecer aos consumidores a informação indispensável. Um dos exemplos de fontes de informação partilhadas são as agências de notícias.

Cesareo (in Wolf, 2009) considera que as agências noticiosas se diferenciam das fontes de informação propriamente ditas. É possível distingui-las claramente pelo facto de estarem integradas no sistema da informação e por se tratarem de empresas verdadeiramente especializadas na produção e difusão de informação, sendo estas as suas principais funções. Já as restantes fontes não se dedicam exclusivamente à difusão de informação e aquela que fornecem não estará praticamente pronta para ser difundida, como a das agências.

Como já verificámos a apresentação da fonte da informação por parte do jornalista é importante, revelando profissionalismo e à-vontade no trabalho produzido. Já o público interpreta a identificação da fonte como prova de autenticidade dos factos apresentados (Fontcuberta, 1999). Contudo, e embora o jornalista deva citar sempre as suas fontes, há situações em que tal não é exigível, isto quando a revelação da identidade do informador não é da sua vontade ou possa colocar em causa a sua integridade física. Nestas situações recorre-se ao sigilo profissional, ocultando-se a identificação da fonte (Cascais, 2001; Código deontológico do jornalista, 1993; Traquina, 1993).

1.5.2. Critérios de noticiabilidade e estrutura da notícia

O processo que envolve a criação de uma notícia é muito complexo e, além disso, os jornalistas trabalham permanentemente contra o tempo, com prazos mínimos para cumprir, de forma a garantirem a primeira mão das notícias. Se estas dificuldades não bastassem, os jornalistas deparam-se com mais uma, a imensidão de acontecimentos provenientes da sua principal fonte de informações – o mundo. Para ser possível agilizar este processo foram criados os critérios de noticiabilidade.

Os critérios de noticiabilidade definem o conjunto de características que os acontecimentos devem possuir de tal forma que, caso não detenham essas qualidades, não serão transformados em notícia (Wolf, 2009). Se um acontecimento não atingir o estatuto de notícia não passará de matéria-prima jornalística que não foi utilizada e, por conseguinte, não chegará ao conhecimento do público através dos meios de comunicação de massa. Sem os critérios de noticiabilidade "para fazer frente aos factos imprevistos, as organizações jornalísticas, como empresas racionais, falhariam" (Tuchman, cit in Wolf, 2009, p. 190).

Estes critérios não são fixos, isto é, não se mantêm imutáveis ao longo do tempo (Traquina, 2002). Eles variam de época para época, dependem diretamente da sensibilidade da cultura onde as notícias serão apresentadas e dependem, ainda, da própria empresa jornalística. Por estas razões, é possível fazer uma lista imensurável de critérios de noticiabilidade, no entanto, basta a presença de um dos elementos para que um acontecimento possa ser transformado em notícia. Cascais (2001, pp.140-141) apresenta-nos alguns desses critérios: a "actualidade, proximidade, novidade, raridade (...), importância (...), actores sociais envolvidos (...), duração no tempo (...) conflituosidade (...) [e] concorrência".

No que concerne à estrutura das notícias, o seu objetivo é transmitir a máxima informação possível no menor espaço físico e temporal. Assim sendo, a estrutura interna da notícia tem dois elementos principais, o *lead* e o corpo (Fontcuberta, 1999). O *lead* é o primeiro parágrafo com que o leitor se depara na notícia, dando-lhe a conhecer o que é

mais importante, tudo o resto aparecerá no corpo. O *lead* deve explicar o acontecimento de forma simples, evidenciando a sua essência, ao mesmo tempo que capta a atenção do leitor para que continue a sua leitura. Apresentado o primeiro parágrafo surge o corpo onde são desenvolvidos todos os elementos do acontecimento noticiado. Aqui o jornalista deverá responder às cinco perguntas clássicas do mundo do jornalismo: "o que (*what*) sucedeu; quem (*who*) são os protagonistas; onde (*where*) sucedeu; quando (*when*) sucedeu, e porque (*why*) sucedeu" (Fontcuberta, 1999, p. 60). A presença das respostas a todas estas questões num texto elaborado com o intuito de ser difundido pelos OCS transforma um acontecimento em notícia.

A apresentação do conteúdo das notícias é feita recorrendo a técnicas de redação, sendo a pirâmide invertida considerada uma técnica fundamental no jornalismo. Quando se recorre a esta técnica a apresentação da notícia deverá fazer-se inicialmente pelo que é mais importante, seguindo-se as informações complementares, ou seja, à medida que se vai avançando no corpo da notícia os factos relatados vão sendo cada vez menos essenciais (Fontcuberta, 1999; Gradim, 2000). Para Cascais (2001, p.150), esta técnica "baseia-se numa hierarquia decrescente dos elementos seleccionados como os mais importantes e significativos sobre o acontecimento que a notícia relata". Ao respeitar-se esta regra é possível cortar um ou mais dos parágrafos finais da notícia sem que com isso se perca o seu sentido. Teoricamente, se restar apenas o *lead* a notícia deverá continuar a fazer sentido, permanecendo totalmente perceptível.

1.6. Agências Noticiosas

O dinamismo é uma das características dos nossos tempos, a ciência avança a uma velocidade impressionante, a vida política mundial faz parte do nosso quotidiano e a economia movimenta-se à velocidade da luz. Tudo isto cria uma necessidade insaciável no homem de estar informado acerca de todos os acontecimentos nacionais e internacionais. O mundo de hoje é, sem dúvida, uma aldeia global (McLuhan, 1994).

Os OCS, com o objetivo de saciar o desejo do homem por informação, pretendem fornecer ao público notícias de qualidade e o mais completas possível (Araújo, 1988). Cazeneuve (1976) e Haškovec (1983) apontam razões económicas como principal fator para o aparecimento das agências noticiosas. Embora fosse ideal que os OCS conseguissem facultar ao seu público informação recolhida apenas pelos seus funcionários, tornar-se-ia incomportável manter uma cadeia de subscritores com uma dimensão equiparada às agências noticiosas, isto é, ter correspondentes num elevado número de cidades do mundo. Não subsistem dúvidas de que as despesas que daí surgissem levariam à falência de qualquer empresa de imprensa (Erbolato, 1979; Rodrigues, Dionísio, & Neves, 1981).

Uma vez que nenhum OCS consegue manter e financiar uma rede da dimensão que desejariam, optam por recorrer aos serviços das agências noticiosas, os verdadeiros fornecedores da matéria-prima jornalística. "Esta divisão dos encargos financeiros permite diminuir consideravelmente o custo da informação para cada um dos órgãos da imprensa" (Cazeneuve, 1976, p. 11). Desta forma, as agências noticiosas tornaram-se nos principais intermediários entre as fontes de informação e os OCS (Montalbán, 1979).

Assim sendo, proporcionar ao público um serviço noticioso de qualidade é impensável sem a presença das agências noticiosas no sistema dos meios de comunicação de massa. O papel das agências neste sistema está perfeitamente definido e, segundo Haškovec (1983), aquelas não fornecem as notícias diretamente ao público, o seu impacto tem como mediadores os subscritores que requisitam os seus serviços noticiosos. Assim como Haškovec (1983), Cascais (2001, p. 22) define as agências noticiosas como "órgãos de comunicação social que recolhem, tratam e distribuem informação aos restantes meios de comunicação a partir de uma rede de delegações e correspondentes que cobre um vasto espaço territorial e usando complexos meios de telecomunicações". O serviço fornecido pelas "agências de notícias funciona principalmente como «notícias para o homem das notícias»" (Haškovec, 1983, p. 9).

Embora possamos classificar as agências como meios indiretos de informação, pelo facto de as notícias não irem diretamente para o leitor, elas também podem ser consideradas meios diretos, se o serviço for requerido por instituições que utilizam essa informação em primeira mão, como acontece nas empresas privadas (Erbolato, 1979).

O serviço fornecido pelas agências obedece a um conjunto de características importantes, deverá ser "rápido, objectivo, completo, exacto, rigoroso e actual" (Araújo, 1988, p. 213). Todos os OCS devem subservir ao rigor, como afirma Cascais (1996), assumindo que essa é a essência da profissão jornalística. Contudo, uns devem mais do que outros, tendo em conta as repercussões que poderão advir da sua ausência, é o caso das agências noticiosas. "A agência amplia e multiplica (...) qualquer falta de rigor" (Cascais, 1996, p. 126), isto porque a informação por ela fornecida é considerada como verificada por parte dos outros meios de comunicação social (Haškovec, 1983). O rigor opõe-se à rapidez e urgência com que circula a informação, a necessidade de jornalismo a alta velocidade põe a descoberto um dos medos do jornalista, o erro (Cascais, 1996).

No que concerne à classificação das agências de notícias, estas podem ser consideradas mundiais ou nacionais (Cazeneuve, 1976). As primeiras devem possuir uma rede de correspondentes instalada em pontos estratégicos mundiais para que consigam obter informação de interesse e em tempo útil. Deverão também deter na sua estrutura uma redação central, a qual receberá as notícias enviadas pelos diversos transmitindo-as aos subscritores. Terá ainda de possuir meios financeiros, técnicos e

administrativos capazes de recolher e difundir informações para todo o mundo (Cazeneuve, 1976; Erbolato, 1979). Relativamente às agências nacionais, estas centram-se essencialmente na recolha e difusão de informações no respetivo país onde estão sedeadas, fazendo, por vezes, o papel de correspondentes das agências mundiais, subscrevendo ainda os seus serviços (Cazeneuve, 1976).

O papel das agências de notícias na definição daquilo em que se pensa é enorme. Elas são OCS que trabalham para outros OCS. Assim, difundirão a mesma informação para todos os seus subscritores que, por sua vez, a apresentarão de forma semelhante, mas não exatamente igual, ao seu público. Desta forma, aquilo que a agência de notícias considerou relevante inicialmente será o que todos os seus subscritores irão apresentar ao seu público, conseguindo, de algum modo, moldar o "perfil geral da informação nos jornais e nos noticiários das estações de rádio e televisão" (Haškovec, 1983, p. 10).

Para uma síntese histórica das agências noticiosas e sua chegada a Portugal, encaminhamos o leitor para os Anexos 1 e 2.

1.6.1.A Agência Lusa

Diariamente consumimos uma grande quantidade de informação. Lemos, vimos e ouvimos porque desejamos saber mais. Como afirmava Aristóteles (1979, p. 11) "todos os homens têm, por natureza, desejo de conhecer". No entanto, no momento em que consumimos informação não pensamos no caminho que ela percorreu até estar diante de nós. Parte significativa dessa informação tem como origem a Lusa, a Agência de Notícias de Portugal (Livro de estilo da Lusa, 2011, p. 2).

A Agência Lusa iniciou atividade a 1 de janeiro de 1987, sendo a única agência de notícias portuguesa de âmbito nacional, no entanto, com alguma representação internacional (Cascais, 2001). Esta agência conta com 184 jornalistas a trabalhar na recolha, tratamento e difusão da informação sobre factos de relevo nacional e internacional. Estes jornalistas "importam" informação dos quatro cantos do mundo, permitindo que todos conheçamos os factos de maior relevo nacional e internacional.

Para o Estado português a Lusa funciona como uma arma estratégica, pelo simples facto de "exportar" informação de acontecimentos nacionais, dando conhecimento a países terceiros do que ocorre no nosso país (Marinho, 1993). É por esta razão que, segundo Veiga (1992), dificilmente encontramos agências noticiosas totalmente independentes do Estado em que estão sedeadas.

A Lusa estabeleceu um contrato de serviço noticioso e informativo de interesse público com o Estado Português (2012), havendo um conjunto de obrigações que lhe são impostas, entre as quais destacamos o dever de produzir um serviço de notícias global, sobre os factos nacionais e internacionais, designadamente nas áreas política,

diplomática, social, económica, do desenvolvimento regional e local, cultural e desportiva, passível de contribuir com informação para os cidadãos e para o exercício da cidadania, para a promoção da coesão nacional e ainda para a projeção dos interesses nacionais no exterior. No que concerne ao trabalho produzido diariamente pela Lusa o contrato de serviço público também define os parâmetros que devem ser respeitados no que diz respeito a texto (300 a 400 notícias), fotografia (30 a 50 imagens), áudio (10 a 20 registos) e vídeo (5 a 10 registos). O contrato supramencionado define ainda a obrigação que esta Agência tem em manter delegações, delegados, ou correspondentes em todos os distritos de Portugal, bem como nas regiões autónomas, e ainda em todos os países onde residam comunidades portuguesas numerosas, onde a língua portuguesa seja a língua oficial e também nos países em que exista algum relacionamento histórico, cultural, diplomático ou comercial com Portugal.

Consideramos que manter Portugal coberto de norte a sul é um fator de extrema relevância para o sucesso desta agência de notícias, não se limitando a recolher e difundir informação que esteja relacionada com as grandes metrópoles. Só desta forma poderá realizar um serviço público verdadeiro e de qualidade (Marinho, 1993).

2. Polícia

2.1. Definição conceptual

Viver em sociedade de forma agradável só é possível graças à existência de organizações que contribuem para uma correta aplicação das regras existentes. Não é possível alguém viver totalmente isolado, tendo-se apenas a si como companhia e garante de segurança. Assim sendo, o indivíduo como membro da sociedade reconhece que a existência de regras é condição necessária para que exista harmonia (Barreto, 1979). A polícia colabora para a prossecução desse fim.

A República Portuguesa é um Estado de direito democrático, quer isto dizer que o poder se encontra limitado pelas leis, porque é nelas que se reflete o poder emanado pelo povo (Dias, 2012). Por tradição os fins do Estado são divisíveis em três grupos distintos: "a segurança, a justiça e o bem-estar" (Dias, 2012, p. 24). A segurança referida diz respeito à segurança externa e à segurança interna. A primeira corresponde à salvaguarda das ameaças ao nível de três planos: território, pessoas e poder. A segunda diz respeito à "manutenção da ordem pública, da segurança de pessoas e bens, na prevenção e interrupção de atividades perigosas ou danosas para bens sociais juridicamente protegidos e na aplicação geral do direito" (Dias, 2012, p. 24).

A Polícia tem uma relação direta com a segurança interna, uma vez que garanti-la é uma das suas funções como verificamos através da CRP, no art.º 272.º, n.º 1: "a polícia tem por funções defender a legalidade democrática e garantir a segurança interna

e os direitos dos cidadãos". No entanto, é necessário conjugarmos o art.º 272.º da CRP com o art.º 273.º, já que é neste último que se atribui a competência de garantir a segurança externa às forças armadas (Canotilho & Moreira, 1985). Assim sendo, atribuir à Polícia funções de segurança interna é colocar as forças armadas distantes dessa função, pelo menos de forma direta.

A definição do conceito de Polícia torna-se difícil de encontrar, desde logo devido à polissemia do próprio vocábulo (Raposo, 2006). Polícia é uma expressão que, efetivamente, é utilizada em diversos sentidos. Hodiernamente, Polícia tem uma significação diferente da que lhe era dada no século XIX, onde aparecia como "toda a acção do Príncipe dirigida a promover o bem-estar e comodidade dos vassalos" (Caetano, 1990, p. 1145). Para os nossos dias, Caetano (1990, p. 1150, *itálico do autor*) define polícia como o "*modo de actuar da autoridade administrativa que consiste em intervir no exercício das actividades individuais susceptíveis de fazer perigar interesses gerais, tendo por objecto evitar que se produzam, ampliem ou generalizem os danos sociais que as leis procuram prevenir*".

Segundo Dias (2012) e Caetano (1990), e embora a polícia seja uma atividade administrativa, é habitual fazer-se uma distinção entre dois ramos da atividade de polícia, denominando-se uma polícia administrativa e a outra polícia judiciária. Importa destacar que em ambas está incluída a noção de prevenção ou eliminação dos perigos sociais.

Segundo Caetano (1990, p. 1153), cabe à polícia judiciária "efectuar a investigação dos crimes e descobrir os seus agentes, proceder à instrução preparatória dos respectivos processos, e organizar a prevenção da criminalidade, especialmente da habitual". Quanto à polícia administrativa, inserem-se nela todas as restantes atividades que estão fora do âmbito da polícia judiciária (Caetano, 1990), competindo-lhe assim garantir a ordem pública "em toda a parte e em todos os sectores da administração geral" (Correia, cit. in Dias, 2012, p.70).

No que concerne ao conceito de polícia administrativa, este desdobra-se ainda em polícia administrativa geral e especial. A primeira relaciona-se com fins ligados à "segurança pública de carácter geral, como a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas" (Dias, 2012, p. 70). A segunda diz respeito a atividades policiais cujo objeto é específico, isto é, onde está em causa a defesa de uma atividade singular, como a economia, o ambiente ou o trabalho (Correia, 1990; Dias, 2012).

Em sentido funcional cada corpo de polícia desenvolve a sua atividade em determinada modalidade. No entanto, isto não significa que cada corpo de polícia não disponha de competência para exercer atividade noutras modalidades de polícia senão apenas numa. Como afirma Dias (2012, p. 71), "os serviços policiais dispõem, em regra, de competências correspondentes a diversas modalidades de polícia". A PSP, em sentido

funcional, é uma polícia administrativa geral que desenvolve ainda atividades de polícia judiciária e de polícia administrativa especial.

Quando nos referimos aos corpos integrados na administração pública que têm como principal objetivo prevenir danos sociais ou impedir a sua continuação, se necessário for, através da força, estamos a falar da polícia em sentido orgânico (Raposo, 2006). A CRP, no art.º 272.º, n.º 4, refere que "a lei fixa o regime das forças de segurança, sendo a organização de cada uma delas única para todo o território nacional". No âmbito concreto deste trabalho, a força de segurança que exploraremos é a PSP.

A Lei de Segurança Interna (LSI, Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto) define, no art.º 25.º, a PSP como força de segurança, referindo que está ao serviço do povo português e que colabora na garantia da segurança interna. Paralelamente à PSP existem outras forças e serviços de segurança que concorrem também para a garantia da segurança interna, que vêm enunciados no mesmo artigo da LSI.

Segundo o art.º 25.º, n.º 4, da LSI, "a organização, as atribuições e as competências das forças e dos serviços de segurança constam das respectivas leis orgânicas e demais legislação complementar". Desta forma, interessa-nos perceber qual a missão da PSP e quais as suas atribuições, estando estas explanadas na sua Lei Orgânica (LOPSP, Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto), no art.º 1.º, n.º 1, estando definido que "a PSP tem por missão assegurar a legalidade democrática, garantir a segurança interna e os direitos dos cidadãos, nos termos da Constituição e da lei". Aqui é apresentado um decalque das funções da polícia plasmadas no 272.º, n.º 1, da CRP.

As atribuições da PSP estão explanadas na sua Lei Orgânica no art.º 3.º. Percebemos rapidamente que a sua atuação é de largo espectro, isto é, são vários os setores abrangidos pelas funções desta força de segurança. A PSP garante a ordem e a tranquilidade públicas, bem como a segurança e proteção de pessoas e bens, previne os crimes e, caso ocorram, investiga os que caem no âmbito das suas competências de acordo com a lei, controla a entrada e saída de pessoas no território nacional, intervém em situações de tráfico e consumo de estupefacientes, controla as atividades de segurança privada, entre outras atribuições enunciadas no mesmo artigo da LOPSP.

"A PSP é uma verdadeira e própria força de segurança, (...) trata-se de um serviço policial essencialmente destinado a garantir a segurança pública, (...) encontrando-se especialmente habilitada para o uso colectivo da força" (Raposo, 2006, p.64). O uso coletivo da força, recorrendo ao uso de meios coercivos, é uma das características da atividade de polícia face às restantes atividades administrativas (Dias, 2012). No entanto, esta característica aumenta a probabilidade de colisão com os direitos fundamentais dos cidadãos. A Polícia que desenvolve as suas ações num Estado de direitos fundamentais não terá a sua tarefa facilitada, à sua espera está um caminho difícil que "exige uma

Polícia com uma consciência jus constitucional de que a sua ação incide sobre seres humanos e não sobre entes abstratos invisíveis" (Valente, 2012, p. 6).

A liberdade dos cidadãos está também condicionada pela manutenção da ordem pública, esta que é garantida pela Polícia. Clemente (2000) considera que é mais fácil sentir a ordem pública do que defini-la; já Berlioz (cit. in Oliveira, 2000, p. 37) afirma que "a ordem pública é o ponto de equilíbrio entre a desordem suportável e a ordem indispensável". No entanto, para que a Polícia mantenha esta ordem pública tão importante para o normal funcionamento da sociedade, terá de ter em conta limites existentes. Para Oliveira (2000), é a própria liberdade que impõe limites à ordem pública, nomeadamente no que concerne ao modo como esta é efetivada. Mas a própria "liberdade não pode sobreviver sem a ordem pública" (Oliveira, 2000, p. 24).

Desta forma, e no âmbito deste trabalho, pretendemos perceber qual é a posição da PSP no contexto de grandes eventos de cariz político onde, certamente, ocorrem alterações da ordem pública que exigem uma intervenção policial. Temos consciência de que "a População Portuguesa exige e tem direito de exigir, da sua PSP, Ordem e Tranquilidade" (Coimbra, cit. in Barreto, 1979, p. 253), mas queremos perceber de que forma é que, no contexto que iremos estudar, poderá cumprir-se esta missão.

2.2. Posicionamento e intervenção policial em grandes eventos de cariz político

A especificidade das Polícias decorre, em parte, do seu posicionamento na sociedade. Waddington (2012) considera que a política poderá influenciar a estratégia e a tática policial, contudo a Polícia trabalha junto da população e existe para a servir. Isto é, por um lado, a Polícia trabalha junto da população, percebe os seus problemas, partilha esses mesmos problemas e pretende fazer o que esteja ao seu alcance para os solucionar. Por outro lado, e com as funções de garantir a ordem pública e a paz social tão específicas, as Polícias não se podem olvidar do seu dever de cumprir e fazer cumprir as normas vigentes (Guinote, 2009). A Polícia de Segurança Pública é um exemplo deste posicionamento social tão peculiar de uma instituição. Muito provavelmente grande parte dos elementos desta instituição perceberão os problemas sociais que existem em Portugal, e é plausível que alguns desses elementos vivam esses problemas de forma pessoal. No entanto, em contextos de grandes eventos de cariz político, incumbe à PSP e, portanto, aos seus elementos, garantir a segurança dos cidadãos, proteger o exercício dos seus direitos, independentemente de concordarem, ou não, com os motivos de qualquer tipo de evento.

Waddington (2012) considera que existe um consentimento geral entre europeus e americanos relativamente à alteração do modo de atuar das forças de segurança em

situações de manutenção da ordem pública. Atualmente estamos perante Polícias que respeitam os direitos daqueles que se manifestam, preocupando-se em contribuir para um relacionamento mais próximo, que permita compreender os manifestantes e dar-se a compreender simultaneamente. Este autor considera que quanto mais a Polícia se esforçar em negociar e comunicar com a multidão, menores serão as hipóteses de surgir uma escalada da violência. Hylander e Guvå (2010) têm a mesma opinião: a falta de informação cria um clima pesado entre manifestantes e polícias, podendo contribuir para uma situação mais grave. Vejamos, se nada for dito aos manifestantes, estes podem levantar qualquer hipótese sobre a ação policial seguinte. Da mesma forma pensarão as forças policiais; caso os manifestantes não informem o que pretendem fazer, a Polícia poderá interpretar determinada ação erradamente, podendo gerar-se conflito.

Em situações de grandes eventos de cariz político, o contacto com os organizadores dos eventos é determinante (desde que existam e se conheçam), criando canais de comunicação mais simples e diretos, tendo como objetivo recolher informação de valor que possa ser usada para garantir que o evento decorre dentro da normalidade (Waddington, 2012). Se assim acontecer, a probabilidade de existir uma escalada da violência é menor, acautelando-se a segurança de todos os intervenientes nos eventos, bem como a segurança de pessoas e bens com os quais aqueles se cruzam.

Num trabalho realizado por Hylander e Guvå (2010), os autores estudaram a interpretação que é feita por polícias e manifestantes em contexto de eventos onde é possível existir uma escalada da violência. Importa referir que este estudo recaiu sobre um conjunto de grandes eventos que decorreram no ano de 2001, em Gothenburg, durante uma reunião do Conselho Europeu. Não podendo os seus resultados ser extrapolados, não significa que as conclusões a que os autores chegaram não possam ser consideradas relevantes, uma vez que se referem à realidade europeia. O que pretenderam verificar foi a capacidade de discernimento que um grupo possui relativamente às intenções e comportamentos do grupo oposto. Quando um grupo interage com membros de outro grupo, a forma como os membros do grupo de comportam pode alterar-se à medida que decorre essa interação (Hylander & Guvå, 2010; Reicher, in Waddington, 2012).

Segundo Le Bon (in Hylander & Guvå, 2010), quando as pessoas se inserem num grande grupo tendem a perder a sua identidade, tornando-se destrutivas e desinibidas. No entanto, esta não é a opinião defendida pelos investigadores do *Elaborated Social Identity Model* (ESIM) (in Hylander & Guvå, 2010). Para estes, as pessoas não perdem a sua identidade num evento, em vez disso acreditam que elas passam de uma identidade pessoal para uma identidade social. Assim sendo, não serão vítimas da própria multidão, mas serão indivíduos que de livre vontade optaram por integrar o grupo e assumir

determinada identidade social, em vez de uma identidade individual, comportando-se de acordo com as normas da identidade desse grupo (ESIM, in Hylander & Guvå, 2010).

Os membros do grupo reagem, assim, perante as ações que são tomadas, ou que aparentemente estão a ser tomadas, pelo grupo oposto. No caso das manifestações os membros das forças policiais sentem que estão a ser provocados pelos membros do grupo oposto (a multidão), vendo a provocação como se partisse de todos os indivíduos (Hylander & Guvå, 2010). Waddington (2012) considera que os polícias que estão diante dos manifestantes os vêem de forma indiferenciada. A partir daqui reagem de forma hostil e os manifestantes defendem-se de forma violenta, fazendo com que se inicie a escalada da violência (Hylander & Guvå, 2010). Após analisarem vários eventos, os autores verificaram a existência de diferenças quanto à descrição dos factos. A polícia caracteriza os manifestantes como violentos e os manifestantes caracterizaram a polícia da mesma forma. Contudo, é curioso constatar que tanto a polícia como os manifestantes se autocaracterizaram como pacíficos (Hylander & Guvå, 2010).

Existem fatores que podem interferir na forma de atuação policial, a organização dos manifestantes é um deles (Hylander & Guvå, 2010). Quando uma manifestação é organizada merece um maior reconhecimento por parte da Polícia, isto porque a própria Polícia é organizada e, de certa forma, cria-se uma maior proximidade entre os dois lados. No entanto, nos eventos em que a Polícia não foi avisada previamente da sua existência, determinadas ações que poderiam ser consideradas pacíficas (como gritar palavras de ordem, dançar ou cantar), podem, nestas circunstâncias, ser interpretadas como caóticas e resultar num agravamento da situação (Hylander & Guvå, 2010).

Waddington (2012) considera que a atuação policial no âmbito de uma manifestação pode criar um afastamento entre os cidadãos e as forças de segurança. No entanto, o oposto também é possível se os cidadãos reconhecerem legitimidade no modo de atuar das forças. Caso a manutenção da ordem pública seja eficaz poderá criar-se uma relação positiva entre as partes. O autor considera que um bom serviço de manutenção da ordem pública pode ter um impacto muito além da própria multidão que se encontra naquele local, isto é, espalhando-se os efeitos para os demais.

Assim sendo, é necessário que as Polícias mantenham uma imagem institucional cuidada e, para isso, que assegurem as relações públicas e o fornecimento de informações que considerem relevantes para o público. Para este efeito a PSP tem o GIRP que assegura a circulação de informação entre os OCS e a instituição, sendo este um canal privilegiado. No contexto dos grandes eventos de cariz político, é frequente o GIRP fornecer informações úteis aos cidadãos através dos OCS, nomeadamente no que diz respeito às alterações de trânsito que irão ocorrer, permitindo assim que evitem constrangimentos a este nível.

3. Formulação do Problema de Investigação

A sociedade contemporânea dá origem a expectativas ambiciosas nos diversos domínios de atividades. O crescimento não mensurável de veículos de informação, como é o caso ainda recente da internet, criam uma expectativa de difusão do conhecimento, mais rápida e intensa, em todo o espectro da sociedade.

O Estado está mais aberto e transparente aos cidadãos, em resultado das novas tecnologias da informação, que permitem uma maior divulgação do conhecimento, tendo como consequência a redução da distância entre a administração central e aqueles que usufruem dos seus serviços. Deparamo-nos com um mundo onde a informação não pertence às elites, mas sim a todos aqueles que a queiram encontrar. No centro das trocas de informação encontramos os órgãos de comunicação social a desempenhar um papel fundamental de mediadores, entre o que se passa no mundo e aquilo que merece a atenção de cada um de nós.

Os estudos sobre os OCS e os seus efeitos começaram por considerar que existia uma relação direta entre o que os *media* diziam e o que as pessoas pensavam, mas o mundo não é ocupado por "cãezinhos de Pavlov" (Cabral, 2005). Hoje compreende-se que há um conjunto de fatores que interferem no impacto dos OCS, e também que estes têm um papel fundamental na definição da realidade social (Brandão, 2008), contribuindo para o agendamento dos temas em discussão e, ao mesmo tempo, fornecendo as bases da informação para alimentar essa mesma discussão (Andringa, 2005).

Os temas discutidos na praça pública têm então como principal propulsor os OCS. As agências noticiosas, também elas OCS, estão na génese de grande parte da informação que circula perante nós diariamente, desempenhando um papel preponderante quanto à escolha dos conteúdos que farão parte das notícias. No caso de Portugal, a Agência Lusa é a única agência de notícias existente, difundindo informação para um sem número de outros OCS e, de certa forma, colabora para o estabelecimento de um padrão informativo entre os diversos veículos de comunicação portugueses.

As notícias são o produto final do trabalho jornalístico. Por trás de cada uma delas estão reflexões e escolhas que interferem na forma como a realidade é percebida pelos demais. É através dos OCS, e particularmente das notícias, que o público toma consciência da realidade, ou pelo menos daquilo que as notícias transmitem como real. No entanto, aquilo que é transmitido pelos OCS resulta da soma entre o que realmente sucedeu e a forma como o jornalista encarou esse acontecimento (Andringa, 2005).

A passagem de um acontecimento a notícia está diretamente dependente da presença de critérios de noticiabilidade (Cascais, 2001; Traquina, 2002) e, um deles, é o "mostrar primeiro" (Andringa, 2005, p. 116). A velocidade atual da informação exige um

exercício do jornalismo mais rápido e distante de uma interpretação dos factos (Andringa, 2005; Cascais, 1999).

A Polícia está frequentemente no centro da arena mediática (Reiner, 2007), provavelmente por interferir diariamente com uma das principais necessidades humanas, a segurança. Além disso, a sua atuação interfere com os direitos individuais, de grande importância e sensibilidade. Os grandes eventos de cariz político reúnem um conjunto de características que impõem à Polícia o dever de estar presente e, simultaneamente, atrai a atenção dos meios de comunicação de massas.

Ao nível europeu um grande evento de cariz político pode ser definido como uma evento que, previsivelmente, terá uma ou mais das seguintes características: elevada presença de VIPs (sejam eles políticos, atletas ou artistas); elevada cobertura mediática; elevado número de pessoas; importância histórica, política ou grande popularidade; risco de presença de manifestantes ou apoiantes; elevado número de polícias envolvidos; e a possibilidade de dispersão/concentração de outros eventos no decorrer do grande evento (International Permanent Observatory on Security during Major Events, 2007).

Perante as características de um grande evento de cariz político, podemos concluir que no seu decorrer a Polícia se depara com situações deveras complexas, estando simultaneamente sob o olhar atento dos OCS que, por sua vez, representam os olhos da opinião pública aquando da leitura do sucedido nestes eventos.

Desta forma, recorrendo às notícias difundidas no decorrer do ano civil de 2012 pela Agência Lusa, ano este profícuo em eventos de cariz político graças ao clima de instabilidade social que Portugal atravessa, pretendemos analisar o discurso deste OCS. Os conteúdos difundidos pela Lusa constituem uma fonte fundamental para as notícias difundidas pelos restantes OCS portugueses, assim, naturalmente, o discurso desta agência atinge grande parte da sociedade portuguesa de forma indireta.

Assim sendo, pretendemos caracterizar o discurso noticioso que se refere à atuação policial em contexto de grandes eventos de cariz político veiculado pela Agência Lusa durante o ano de 2012. Verificaremos também a que atores sociais é dada voz por esta agência de notícias e indicaremos se esse discurso é primordialmente negativo, positivo, ou neutro no que concerne à atuação policial. Este fator revela-se importante, porque os OCS selecionam que informação fará parte do corpo de cada uma das notícias, contribuindo deste modo para a formação da opinião pública (*framing*) em Portugal, e até internacional, fornecendo notícias para um grande número de OCS. Certamente que nos surgirão novas questões ao longo do nosso estudo, no entanto, existe uma que se nos levanta desde já: as fontes noticiosas apresentadas são sempre identificadas quando se referem à atuação policial?

II. Método

1. Abordagem Qualitativa

O campo de ação da abordagem quantitativa e da abordagem qualitativa são distintos (Bardin, 1995). A primeira, recorre a métodos estatísticos e a partir daí obtém um conjunto de dados descritivos. A segunda é mais intuitiva, permitindo que se adapte a diversos estudos. Bardin (1995) considera que a abordagem quantitativa é mais rígida e mais objetiva, contudo, essa rigidez não é aplicável a todos os estudos, onde o olhar crítico do investigador sobre os dados em análise é fundamental (Flick, 2005).

Na abordagem qualitativa, o analista pode deixar-se imbuir pelo material com que contacta, permitindo a realização de inferências que poderão representar um contributo positivo para os resultados da investigação (Bardin, 1995). Quando se realizam inferências, estas são fundadas "«na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual» (Bardin, 1995, p. 115-116), como acontece na abordagem quantitativa. Deste modo, percebe-se que a principal característica e também vantagem da abordagem qualitativa é a possibilidade de realizar inferências que, além de enriquecerem o estudo onde se inserem, poderão permitir o desbloqueamento de novas ideias que funcionarão como diretrizes para novas investigações.

A rapidez com que a sociedade se modifica e adapta exige que os investigadores se adaptem também. Consequentemente, exige-se que recorram a métodos de investigação que possibilitem conhecer, ler e compreender os novos contextos e perspectivas que envolvem a vida social. Flick (2009, p. 21) considera que em vez de se partir de "teorias e testá-las, são necessários «conceitos sensibilizantes» para a abordagem dos contextos sociais a serem estudados". Podemos considerar que o quotidiano é o laboratório do investigador qualitativo, assim sendo, "não pode ser metido num tubo de ensaio, ligado, parado, manipulado ou enviado pelo esgoto" (Morse, 2007, p. 12).

Segundo Deslauriers (in Guerra, 2006), a própria expressão "métodos qualitativos" não tem um sentido totalmente preciso no campo das ciências sociais. O autor considera que estes métodos se focam no significado, em vez da frequência, de determinados acontecimentos sociais, e dizem respeito a um conjunto de técnicas interpretativas cujo objetivo é tornar explícitos esses mesmos acontecimentos.

Para Bardin (1995), é possível realizar uma abordagem qualitativa sobre *corpus* de reduzidas dimensões. Contudo, esta questão não se levanta no nosso estudo, além do nosso *corpus* não ser de reduzidas dimensões, ele compreende o universo de todos os elementos sobre os quais recai a nossa análise, optando nós por não recorrer a uma

amostra. Desta forma, através de uma estudo qualitativo e recorrendo ao instrumento de análise de conteúdo, visamos analisar e decifrar o conteúdo noticioso difundido no nosso *corpus*, que apresentaremos de seguida.

2. Corpus

O *corpus* é o "conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos" (Bardin, 1995, p. 96). Para proceder à sua constituição é necessário socorreremo-nos das quatro regras que Bardin (1995) apresenta, que foram respeitadas na íntegra. A primeira é a regra da exaustividade, que aponta para a importância de não excluir elementos se não houver uma razão plausível. A segunda regra é a da representatividade, que nos diz que a análise pode incidir numa amostra e, caso seja rigorosa, os resultados poderão ser extrapolados. No caso presente foi analisado o universo das fontes documentais selecionadas. O universo de um estudo é constituído pela totalidade dos objetos que existem e sobre os quais é suscetível recair uma análise (Bardin, 1995). Neste trabalho, foi, precisamente, analisado o universo das notícias (não uma amostra) difundidas pela Agência Lusa no decorrer do ano civil de 2012, relativas à atuação policial em grandes eventos de índole política, apresentados a seguir. A terceira regra que Bardin apresenta é a da homogeneidade, devendo todos os documentos dizer respeito ao mesmo tema não assumindo características demasiadamente singulares. Por fim, a última regra que a autora apresenta é a da pertinência, que aponta para a necessidade de os elementos selecionados para integrar o *corpus* serem ajustados aos objetivos do estudo.

O *corpus* do estudo que aqui é apresentado é constituído por 221 notícias difundidas pela Agência Lusa, no decorrer do ano civil de 2012, todas elas relativas à atuação policial em grandes eventos de cariz político. Os grandes eventos selecionados para análise e pesquisa de notícias foram os seguintes: "Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)", "Greve Geral (22 de março)", "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas! (15 de setembro)", "Terreiro do Povo (29 de setembro)", "Greve Geral Europeia (14 de novembro)" e "Manifestação CGTP (27 de novembro)".

3. Instrumento: Análise de Conteúdo

Hodiernamente, as diferentes ciências sociais e humanas socorrem-se da análise de conteúdo para a realização das suas investigações empíricas (Vala, 1986). Na psicologia, por exemplo, é comum a utilização de materiais biográficos para estudar "a personalidade, motivações e atitudes dos indivíduos" (Vala, 1986, p. 101).

São vários os autores que apresentam definições de análise de conteúdo. Berelson (cit. in Ghiglione & Matalon, 1997, p. 177) afirma que "a análise de conteúdo é

uma técnica de investigação para a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do conteúdo manifesto da comunicação". Krippendorff (2004, p.18) considera que esta é "uma técnica de investigação que permite a produção de inferências, replicáveis e válidas, dos textos (ou de outros materiais relevantes) para o seu contexto". Verificamos que Krippendorff (2004) não faz referência, na sua definição, à quantificação, contrariamente a Berelson (in Ghiglione & Matalon, 1997), o que, tal como afirma Vala (1986, p. 103), não restringe "as direcções que pode tomar a análise de conteúdo".

O campo das comunicações é bastante vasto e é sobre elas que pode recair a análise de conteúdo. Como já tivemos oportunidade de referir no decorrer do nosso trabalho, a comunicação é praticada por todos e praticamente em qualquer momento, talvez por isto gere tanta curiosidade compreender o significado das palavras além da leitura que se faz num primeiro contacto (Bardin, 1995). A utilização da análise de conteúdo torna-se útil neste sentido.

Bardin (1995) considera que há dois grandes objetivos na análise de conteúdo. Um deles é verificar se a leitura que está a ser feita da mensagem é válida e partilhada pelos demais. Isto é, pretende-se constatar se aquilo que se está a ler é o que está no conteúdo da mensagem e se essa interpretação coincide com a dos restantes. O outro objetivo está relacionado com o enriquecimento da própria leitura. Se com uma leitura rápida absorvemos informação, com um olhar atento e predisposto ao conteúdo da mensagem, muito provavelmente, haverá um aumento de expressividade. Isto é possível através da exploração do conteúdo da mensagem, dissecando-o.

Assim sendo, a necessidade de conhecer mais e ir além do que está diante do nosso olhar motivou a discussão, o desenvolvimento e o aperfeiçoamento da análise de conteúdo (Bardin, 1995). Graças a essa evolução esta técnica pode ser aplicada a qualquer forma de comunicação, possuindo uma função heurística que acrescenta valor ao esforço exploratório, aumentando as hipóteses de descobrir algo novo (Bardin, 1995). De certa forma, é partir à descoberta. A análise de conteúdo possui ainda uma função de administração da prova. Assim, "hipóteses sob a forma de questões ou de afirmações provisórias servindo de directrizes, apelarão para o método de análise sistemática para serem verificadas no sentido de uma confirmação ou de uma infirmação" (Bardin, 1995, p. 30). De certa forma, esta função indica que a informação obtida servirá como prova (Bardin, 1995).

A análise de conteúdo tem de ser reinventada dependendo do objeto visado. Não existe *uma* análise de conteúdo, talvez o correto seja falar-se em análises de conteúdo. As técnicas de que a análise de conteúdo se socorre adaptam-se aos diversos tipos de comunicações, sendo tanto mais elaboradas quanto maior for a complexidade dos códigos utilizados (Bardin, 1995).

O que se pretende através da "análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente, de recepção), inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)" (Bardin, 1995, p. 38). Assim sendo, a inferência é determinante para alcançar conclusões através do tratamento da matéria-prima do analista, os documentos. Segundo Bardin (1995) a inferência colabora na passagem da enumeração das características da mensagem para a interpretação do seu conteúdo.

É agora perceptível que aquilo que se pretende alcançar quando se recorre à análise de conteúdo é uma relação entre o que encontramos à primeira vista estando diante de um texto (ou uma mensagem), e as causas que condicionaram esses conteúdos a surgir construídos de determinada forma (Bardin, 1995).

Para passar à prática da análise de conteúdo, o investigador terá de respeitar um conjunto de etapas (Vala, 1986). Desde logo, exige-se que identifique os objetivos que se propõe a alcançar com este instrumento, bem como o quadro de referência (Vala, 1986); aliado à definição dos objetivos está a seleção dos documentos a utilizar, uma vez que só com a sua presença é que se torna possível cumprir os objetivos (Bardin, 1995); segue-se a "leitura flutuante", onde o investigador estabelece contacto com os documentos e deixa-se imbuir pelos seus conteúdos (Bardin, 1995); de seguida chega-se à codificação, aqui ocorre uma transformação dos dados presentes no texto, agregando-os e enumerando-os, possibilitando que o investigador tenha diante si os dados que lhe permitirão inferir sobre as características da comunicação em análise (Bardin, 1995).

Vala (1986) considera que a codificação (ou categorização) é feita por nós na nossa vida diária. Através dela simplificamos o mundo que nos rodeia, reduzimos a sua complexidade e atribuímos-lhe sentido. É com base neste princípio que se realizam análises de conteúdo, tendo em vista uma simplificação de algo supostamente tão complexo como a comunicação, potenciando-se desta forma a perceção dos conteúdos transmitidos.

Para Vala (1986, pp. 110-111) "uma categoria é habitualmente composta por um termo chave que indica a significação central do conceito que se quer apreender, e de outros indicadores que descrevem o campo semântico do conceito". Assim sendo, a associação de parte do texto analisado a determinada categoria pressupõe que nesse segmento estão presentes os indicadores que se referem a essa categoria (Vala, 1986). Este segmento de texto a que nos referimos denomina-se unidade de registo. De acordo com Vala (1986, p. 114), "uma unidade de registo é o segmento determinado de conteúdo que se caracteriza colocando-o numa dada categoria". Bardin (1995) considera que a unidade de registo "é a unidade de significação a codificar e corresponde ao

segmento de conteúdo a considerar como unidade de base, visando a categorização e a contagem frequencial".

As unidades de registo integrarão assim uma das várias categorias definidas, no entanto, uma porção do texto só assume o papel de unidade de registo porque existe uma categoria onde pode ser inserida. As unidades de registo podem ser formais (como parágrafos, frases, palavras) ou semânticas (tema) (Vala, 1986).

A fidelidade e a validade são critérios de credibilidade que devem estar associados a todas as etapas da análise de conteúdo (Ghiglione & Matalon, 1997). A fidelidade está relacionada com o processo de codificação e, consequentemente, com o próprio codificador e com o instrumento de codificação de que este se socorre (Ghiglione & Matalon, 1997). Consideram assim Ghiglione e Matalon (1997, p. 195) que "os testes de fidelidade assentarão essencialmente sobre dois pólos: a fidelidade do codificador e a das categorias de análise".

De forma a garantir a presença da fidelidade, deverá verificar-se que diferentes codificadores, perante o mesmo texto, alcançam os mesmos resultados. Isto é, as unidades de registo seleccionadas pelos diversos codificadores deverão coincidir, bem como as categorias em que são inseridas. Isto serve para verificar a fidelidade no plano intercodificador (Ghiglione & Matalon, 1997; Krippendorff, 2004; Vala, 1986). Para Weber (in Pais, 2004) este é o critério de reprodutividade. Um outro plano sobre o qual se deve verificar a fidelidade é intracodificador. Neste caso, o mesmo codificador deverá obter os mesmos resultados quando analisa um texto em dois momentos distintos.

Ainda no que concerne à fidelidade, o codificador deverá garantir que as categorias utilizadas não são ambíguas garantindo o critério da estabilidade (Ghiglione & Matalon, 1997; Krippendorff, 2004; Vala, 1986). A classificação de uma unidade de registo e a sua associação a determinada categoria não deve gerar dúvidas nos codificadores. Se as categorias definidas não gerarem qualquer tipo de ambiguidade, então o trabalho do codificador limitar-se-á à aprendizagem de como fazer a codificação, garantindo a presença de um processo credível no que toca a este aspeto (Ghiglione & Matalon, 1997; Vala, 1986). A fidelidade não olha ao que é externo à análise de conteúdo, foca-se antes em garantir que os procedimentos utilizáveis são confiáveis (Krippendorff, 2004).

É necessário falarmos também da validade. Vala (1986) considera que esta deve estar presente em todas as fases da análise de conteúdo. A sua presença deve, desde logo, verificar-se no momento em que se estabelece o *corpus*, passando pela definição das categorias até chegar ao momento de analisar a informação recolhida (Vala, 1986). Ghiglione e Matalon (1997, p. 196) definem validade como "a definição entre os objectivos e os fins sem distorção dos factos". Para Pais (2004, p. 251) "um instrumento é

válido se medir aquilo para que foi desenhado". Para que o instrumento seja válido é ainda necessário que respeite os critérios de exaustividade e de exclusividade. O primeiro diz que todas as unidades de registo têm, obrigatoriamente, de ser colocadas numa das categorias definidas, não podendo nenhuma ser excluída; o segundo diz que uma unidade de registo não pode ser inserida em mais do que uma categoria (Bardin, 1995). Assim sendo, a validação do instrumento e o facto de o mesmo ser considerado válido significa que os resultados a que o investigador chega deverão ser aceites como credíveis (Krippendorff, 2004).

4. Procedimento

A chegada ao procedimento adotado para a pesquisa documental não deverá ser vista como uma barreira que separa por completo o enquadramento teórico do nosso trabalho e a sua parte empírica, onde agora entramos. O enquadramento teórico irá acompanhar-nos durante todo o trabalho, sendo esse o propósito da sua construção, preparar-nos para a interpretação dos dados recolhidos.

Como já referimos quando discorremos sobre o *corpus* do nosso trabalho, o mesmo é constituído pelas notícias difundidas pela Agência Lusa no decorrer do ano civil de 2012, relativamente à atuação policial nos grandes eventos de cariz político selecionados e já antes referidos. Importa agora discorrer sobre o modo como se procedeu à pesquisa, recolha e à seleção das notícias que integram o nosso *corpus*.

Primeiramente acedemos ao sítio da Internet da Lusa, sendo que a partir daqui é possível aceder e consultar a base de dados desta agência mediante a realização de *login* na "área de cliente". Assim, acedemos à base de dados da mesma forma que qualquer subscritor dos serviços da Lusa. Os dados de *login* utilizados para aceder à bases de dados foram-nos gentilmente cedidos pelo Jornalista Mário Caetano, da Agência Lusa.

Uma vez que o foco deste trabalho está na análise de documentos, isto é, nas notícias, a pesquisa realizada na base de dados da Lusa centrou-se no "Arquivo Texto". De seguida foram preenchidos os campos que considerámos importantes para uma correta seleção das notícias. Preenchemos os seguintes campos: "Data de"; "Data até"; "Palavras no Conteúdo"; "País" e "Idioma". Nos campos relativos às datas foi inserido o período temporal de 01/01/2012 até 31/12/2012, no campo das palavras no conteúdo utilizámos nove descritores, sendo eles: "greve geral", "indignados", "manifestação", "polícia", "policiamento", "protesto", "PSP", "rasca", e "troika". No país inserimos Portugal e selecionámos o português como idioma.

Foi realizada uma pesquisa para cada descritor, alterando-se apenas o nome do descritor nos campos de preenchimento. Para o descritor "greve geral" obtivemos 1229

notícias, em "indignados" 266, em "manifestação" 2868, em "polícia" 6388, em "policimento" 284, em "protesto" 3815, em "PSP" 4766, em "rasca" 50, e em "troika" 5752. Desta forma ficámos com 25418 notícias inicialmente. No entanto, nem todas elas faziam parte do nosso *corpus*, sendo necessário continuar com a seleção.

Após a seleção inicial atentámos aos grandes eventos por nós selecionados, sendo eles: "Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)", "Greve Geral (22 de março)", "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas! (15 de setembro)", "Terreiro do Povo (29 de setembro)", "Greve Geral Europeia (14 de novembro)" e "Manifestação CGTP (27 de novembro)". Selecionámos então apenas as notícias que dissessem respeito a estes eventos e que, simultaneamente, tivessem alguma referência à atuação policial, ficando com 629 notícias.

O passo seguinte consistiu em colocar de parte todas as notícias que tivessem o mesmo número de identificação. Aconteceu, inicialmente, possuímos notícias com o mesmo número de identificação porque é possível encontrarmos a mesma notícia realizando pesquisas com descritores diferentes. Por exemplo, ao realizarmos uma pesquisa com o descritor "PSP" e outra com o descritor "policimento" poderíamos obter notícias iguais em ambas as pesquisas, mas uma vez que cada notícia possuiu este número único, torna-se possível verificar estas repetições e eliminá-las. Finalizado este passo obtivemos 221 notícias que constituem o nosso *corpus* (vd. Anexo 3), todas elas difundidas pela Agência Lusa no ano civil de 2012 e todas elas também com referências à atuação policial no contexto dos grandes eventos por nós selecionados.

Após o *corpus* estar definido avançou-se para a análise de conteúdo. Importa referir que a análise de conteúdo pode ser feita recorrendo-se a dois tipos de procedimentos: fechado ou aberto (Ghiglione & Matalon, 1997; Pais, 2004). O primeiro tem como base de sustentação um quadro teórico ou investigação realizada anteriormente, a partir da qual é possível definir o conjunto das categorias. O segundo tipo de procedimento, também conhecido como exploratório, não se baseia em qualquer grelha categorial, surgindo as categorias da análise que o investigador faz ao *corpus*, momento em que se depara com determinadas características que se evidenciam. Uma vez que o nosso trabalho se insere numa linha de investigação, a grelha utilizada foi a utilizada nas investigações já realizadas (Machado, 2012; Pereira, 2012; Serra, 2012) (vd. Anexo 4). A sua base partiu das investigações de Fernandes (1997) e de Mealha (2009), sendo-lhes aplicadas as alterações necessárias em virtude de se estar perante um objeto de estudo diferente. Desta forma, adotámos um procedimento misto (Pais, 2004), uma vez que continuámos atentos para a possível identificação de novas características nos documentos analisados que pudessem tornar necessária a criação de novas categorias ou subcategorias.

No final procedeu-se à codificação de todas as unidades de registo de cada uma das notícias seleccionadas para constituir o *corpus* (Bardin, 1995).

Relativamente às regras de fidelidade e validade, elas foram seguidas com a máxima atenção durante a análise do *corpus*. A fidelidade foi garantida intercodificadores, socorrendo-nos de diversos juízes que procederam à análise em momentos diferentes do nosso, e garantida também intracodificador, realizando nós diversas análises das mesmas porções de texto em momentos distintos.

O detalhe da apresentação do procedimento adotado serve para reforçar a validade do nosso estudo, mostrando claramente todos os passos do processo de seleção e análise de conteúdo (Pais, 2004). Assim sendo, será possível replicar esta investigação, se assim for desejável, bem como perceber todos os detalhes que estão por trás da apresentação de dados que poderão parecer simples, mas que são o culminar da maturação de um trabalho de pesquisa complexo.

Finalizada a codificação de todo o conteúdo noticioso nas respetivas categorias e subcategorias, procedeu-se à contagem das unidades de registo e desenvolveu-se uma análise estatística descritiva de maneira a, da análise dos seus resultados, se poderem realizar inferências.

III. Apresentação, análise e discussão dos resultados

1. Visão geral

O nosso estudo incidiu sobre todas as notícias difundidas pela Agência Lusa, durante o ano civil de 2012, que fizessem referência à atuação policial em contexto dos seis grandes eventos de cariz político selecionados. Como já vimos, o *corpus* deste trabalho é constituído por 221 notícias.

Consideramos relevante evidenciar graficamente a distribuição das notícias por cada evento, de forma a podermos apresentar algumas ilações. Os dados são expostos em formato percentual para facilitar a leitura e para que se torne mais fácil ao leitor tirar as suas próprias conclusões.

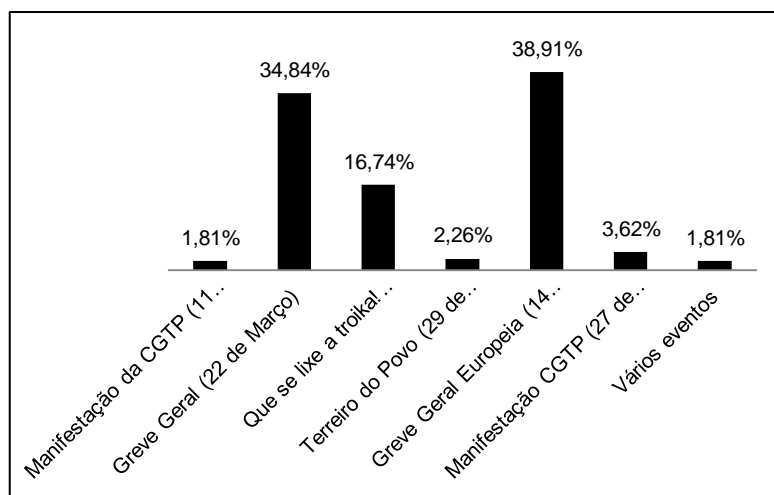


Figura 1. Distribuição em percentagem das notícias por evento.

Observando o gráfico da figura 1 que apresenta dados relativos aos seis grandes eventos sobre os quais recaiu o nosso estudo, verifica-se que foi necessário criar um conjunto que designámos "vários eventos" onde inserimos as notícias que fazem menção a vários eventos em simultâneo, é o caso das notícias que fazem um resumo anual dos grandes eventos que decorreram ao longo do ano 2012 (por exemplo a notícia 217).

Atentando aos dados apresentados graficamente, verificamos que existem três eventos sobre os quais há uma maior atenção por parte da Agência Lusa relativamente à atuação policial, representando 90,49% do nosso *corpus*. Referimo-nos aos eventos: "Greve Geral (22 de março)"; "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas! (15 de setembro)"; e, Greve Geral Europeia (14 de novembro)". Dos seis grandes eventos, estes três foram os únicos onde houve confrontos entre Polícia e manifestantes. Uma vez que selecionámos notícias que referem a atuação policial, poderia ser compreensível que nos

eventos onde há confrontos fosse dada mais atenção à atuação da PSP, já que haverá mais factos a relatar. No entanto, isto leva-nos a perguntar o porquê desta discrepância tão substancial comparativamente aos restantes eventos. Consideramos que a resposta para esta questão se encontra nos critérios de noticiabilidade já apresentados neste trabalho. Se estes critérios definem o que passa de acontecimento a notícia (Wolf, 2009), então explicar-nos-ão por que razão a Polícia merece mais atenção por parte da Lusa quando há confrontos. Cascais (2001) apresenta-nos a conflituosidade e a raridade como valores-notícia, parecendo-nos que estes estarão presentes aquando dos confrontos entre Polícia e manifestantes. Por um lado, existiram confrontos, o que indica conflituosidade, por outro não é frequente, no nosso País, presenciarmos este tipo de eventos a resultar em violência, o que aponta para a raridade.

É ainda possível notar uma diferença no número de notícias entre aqueles três eventos. Constatamos que o evento "Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas! (15 de setembro)" possui quase 17% da totalidade das notícias contra mais de 30% em cada um dos outros dois grandes eventos. O evento de 15 de setembro decorreu "em mais de 20 cidades portuguesas" (notícia 82), atingindo grandes dimensões e embora se tenham registado confrontos entre Polícia e manifestantes, nomeadamente uma intervenção que resultou numa detenção "em frente aos escritórios do Fundo Monetário Internacional (FMI) em Lisboa" (notícia 90), os confrontos aqui existentes não são comparáveis aos dos outros dois grandes eventos. Consideramos que no dia 22 de março o que chamou a atenção da Lusa para a atuação policial foram os confrontos no Chiado com elementos da Plataforma 15 de outubro onde, no decorrer de uma ação policial, foram intervenientes fotojornalistas da Lusa e da *France Presse*. Já a 14 de novembro não existem grandes dúvidas que a vaga de dispersão e toda a ação dos manifestantes que a antecedeu foi alvo de grande atenção por parte da Agência Lusa. Desta forma, talvez seja possível fazer uma analogia entre o grau de conflituosidade e de negatividade e a frequência com que surgem notícias relativas à atuação policial nestes eventos. Provavelmente, quanto maior for o grau de conflito e de negatividade num evento em que a Polícia é interveniente, maior será a atenção dada pela Agência Lusa à intervenção policial.

Importa agora apresentar e discutir os resultados da análise de conteúdo relativa a todas as notícias. Como resultado da aplicação deste instrumento obtivemos 6293 unidades de registo (u.r.), distribuídas pelas diversas categorias (vd. Anexo 5) que fazem parte da grelha categorial definida.

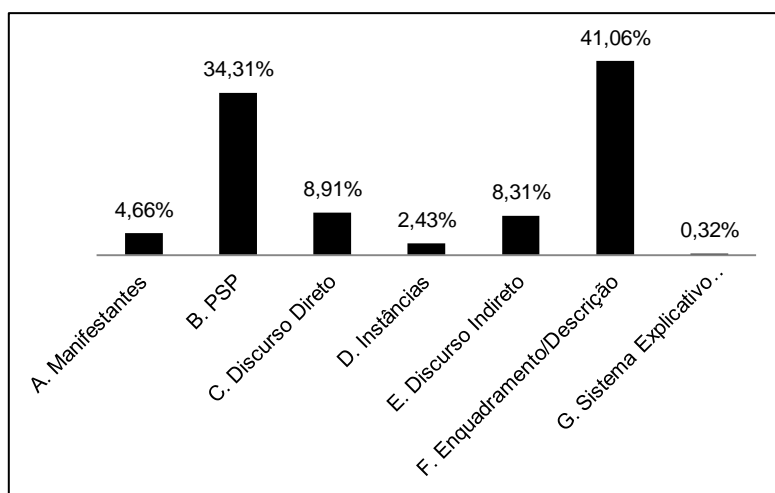


Figura 2. Distribuição em percentagem das u.r. por categoria.

No gráfico da figura 2 pode ver-se a distribuição das u.r. por categoria. A categoria relativa ao enquadramento e à descrição dos eventos (F) foi aquela na qual se registaram mais ocorrências (F=41,06%), sendo muito provavelmente este facto justificável por analisarmos um tipo de documentos específico, a notícia, cuja principal função é apresentar factos que ocorrem na realidade (Sousa, 2004). Assim sendo, descrever os acontecimentos e enquadrá-los em determinado contexto faz parte de todos os documentos que analisámos. Em segundo lugar, como categoria mais representada temos a PSP (B=34,31%), facto que não estranhámos por estarmos a analisar apenas notícias que referem a atuação policial. De seguida, encontramos as duas categorias relativas aos discursos, quer direto (C=8,91%) quer indireto (E=8,31%), bastante próximas em termos de frequência, indicando alguma preocupação por parte da Lusa em dar voz a diversos atores no contexto dos grandes eventos, no entanto, veremos mais adiante que atores intervêm e de que forma.

A categoria A (manifestantes) é a terceira com menos ocorrências (4,66%), o que se estranha por a nossa análise ter recaído sobre grandes eventos de cariz político, os quais têm como uma das características a presença de um número elevado de pessoas. As categorias instâncias (D=2,43%) e sistema explicativo espontâneo (G=0,32%) são as menos frequentes.

Debruçar-nos-emos sobre cada uma das categorias ao longo dos pontos seguintes da discussão fazendo uma análise mais detalhada.

2. Origem/fontes de informação

A criação de notícias de forma totalmente independente é praticamente impossível para qualquer jornalista, daí a necessidade constante de recorrerem a fontes de informação como auxílio à construção dos textos (Gradim, 2000). Nas notícias analisadas

verificámos que a troca de discursos entre jornalista e determinadas fontes é constante, contribuindo para que a notícia ganhe mais valor aos olhos do leitor (Fontcuberta, 1999).

Em virtude de nos referirmos à origem da informação presente nas notícias analisadas, analisemos quatro das categorias que integraram a nossa grelha categorial: discurso direto (C); discurso indireto (E); instâncias (D); e, sistema explicativo espontâneo (G).

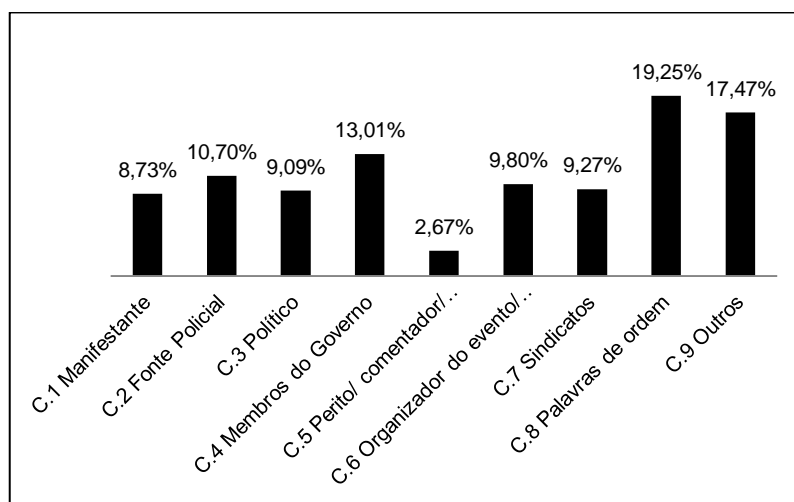


Figura 3. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Direto (C).

Como constatámos antes, a categoria relativa ao discurso direto (C) é a terceira mais frequente, porém, o discurso indireto (E) detém um registo de ocorrências bastante próximo (C=8,91% e E=8,31%). Nas notícias da Lusa verificamos que poucos são os intervenientes que se destacam em discurso direto. Isto poderá indicar uma atribuição de importância semelhante para os diversos intervenientes, o que se relaciona com a factualidade e imparcialidade que os jornalistas pretendem transmitir (Fontcuberta, 1999).

Contudo, alguns intervenientes no discurso noticioso merecem atenção. As palavras de ordem proferidas pelos manifestantes (C.8=19,25%) são bastante mencionadas (e.g., "é preciso, é urgente, correr com esta gente" – notícia 137; "os ladrões estão lá dentro, a polícia está cá fora" – notícia 141). Por outro lado, o discurso dos manifestantes (C.1=8,73%) é menos frequente, o que poderá evidenciar menos preocupação dos jornalistas em transmitir as considerações dos atores através de uma identidade individual, preferindo apresentar o pensamento de uma identidade social (Hylander & Guvã, 2010), esta que surge quando as pessoas se reúnem num evento de massa. Embora as notícias selecionadas digam respeito à atuação policial, constatámos que os manifestantes raramente se referem à atuação policial, preferindo relatar factos sobre o próprio evento ou a sua participação nos mesmos (e.g., "um dos manifestantes disse à agência Lusa que o protesto surgiu de forma espontânea" – notícia 121). Das

poucas vezes que os manifestantes abordam a atuação policial, 78,26% das u.r. transmitem um discurso negativo (e.g., "Carla Silva garante que até à intervenção do polícia à paisana estava tudo pacífico" – notícia 17). Parece, pois, que o valor-notícia negatividade tem interferência na escolha dos conteúdos a integrar as notícias.

Verificamos que há um grande número de atores que poderão intervir no âmbito dos grandes eventos (C.9=17,47%). O texto noticioso enriquecido pelo vaivém de atores contribui para uma imagem de imparcialidade e de capacidade jornalística no acesso às fontes necessárias para reforçar os acontecimentos relatados. Damos como exemplo os advogados dos detidos nas manifestações, a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI), a Amnistia Internacional (AI) e o Observatório de Segurança, Criminalidade Organizada e Terrorismo (OSCOT).

Os membros do Governo são muito citados pela Lusa (C.4=13,01%). Isto será, na nossa opinião, consequência da necessidade dos Governantes justificarem as ações tomadas pela Polícia, principalmente através do Ministro da Administração Interna (MAI) (e.g., "Só depois de estar instalada uma situação de desordem pública e dos manifestantes terem provocado e praticado agressões aos agentes de autoridade é que a polícia interveio" – notícia 72; "Quando [a polícia] foi forçada a intervir fê-lo de forma legítima em reação às agressões e para repor a ordem pública" – notícia 77). Verificámos que existem 15 referências positivas por parte dos membros do Governo à atuação policial, contra zero negativas, sendo clara a validação das intervenções. Nesta procura pelas justificações da atuação policial está presente o valor-notícia continuidade (Correia, 2011): tendo inicialmente um acontecimento sido transformado em notícia, assim se manteve durante um período de tempo, enquanto continuou a ser alimentado por novas informações relacionadas, como sucedeu, por exemplo, com as notícias sobre a instauração de processos disciplinares a agentes da PSP. Quando surgem referências a políticos (C.3), a atuação da Polícia é criticada em 37,25% das intervenções. Assim sendo, por um lado, temos os membros do Governo a defender a atuação policial, por outro, a oposição a questioná-la.

As fontes policiais (C.2) constituem 10,70% das citações em discurso direto. Estranhámos este facto porque só analisámos notícias referentes à atuação policial e consideraríamos expectável que os resultados indicassem estas fontes com algum destaque relativamente às demais. Verificámos que 55,00% das referências a fontes policiais não são identificadas (e.g., "a PSP diz ainda que" – notícia 40; "disse uma fonte da polícia de Lisboa contactada telefonicamente pela Lusa" – notícia 113). Quando surgem fontes policiais identificadas, a instituição faz-se representar pelo porta-voz (e.g., "A porta-voz do comando metropolitano da PSP de Lisboa (COMETLIS), subcomissária Carla Duarte, disse aos jornalistas que" – notícia 19). A ausência de identificação das

fontes pode resultar de um erro comunicacional do GIRP. Isto levará os jornalistas a procurar informação fora das fontes formais que não se identificam devido à sensibilidade das informações que transmitem. Seria importante que o GIRP limasse estas arestas, mostrando-se disponível para elucidar os OCS, e consequentemente as pessoas, quanto à atuação policial nos grandes eventos. Seja ainda vantajoso que as fontes do GIRP se identifiquem expressamente, caso contrário, acabarão também por ser vistas como não identificadas.

Os organizadores dos eventos (C.6=9,80%) e os representantes dos sindicatos (C.7=9,27%) assumem praticamente tanta relevância no discurso da Lusa como as fontes policiais, indicando proximidade na importância das declarações. Estes discursos são essencialmente negativos quanto à atuação da Polícia. Porém, existem exceções, como refere a notícia 5 com o título "Sindicatos de Coimbra e PSP colaboram para evitar anomalias na cidade", que se dedica totalmente a demonstrar o relacionamento positivo existente entre ambas as partes: "O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra (USC), António Moreira, disse hoje que a PSP e os piquetes de greve «irão colaborar» para que a greve geral de quinta-feira decorra «sem anomalias» na cidade” – notícia 5.

As declarações de peritos (C.5) são as menos prevalentes nesta categoria, muito provavelmente por tratarmos notícias, documentos que têm como característica apresentar aspetos da realidade (Sousa, 2004). Ou seja, as intervenções dos peritos estão associadas à emissão de considerações sobre determinados factos o que não se incorpora frequentemente no corpo das notícias, mas em artigos de opinião onde os assuntos são abordados a partir de um ponto de vista mais pessoal (Crato, 1992).

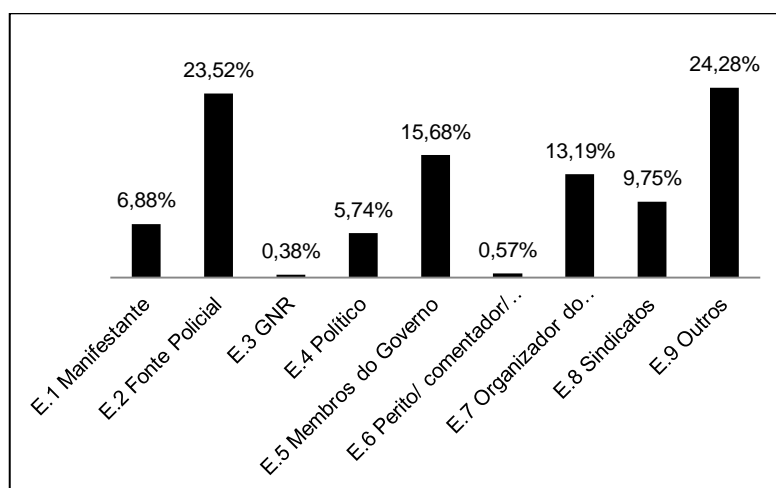


Figura 4. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Discurso Indireto (E).

Relativamente à categoria do discurso indireto (E), verificamos através do gráfico da figura 4 que os intervenientes no evento que não estão especificados em nenhuma

outra subcategoria preenchem de forma bastante frequente a subcategoria outros (E.9=24,28%), tal como constatámos no discurso direto. Já no que concerne ao recurso a fontes policiais de forma indireta (E.2), há mais ocorrências registadas no discurso indireto, o que aponta para uma preferência dos jornalistas em referir o discurso policial de forma indireta, verificando-se igualmente a ausência de identificação das fontes policiais, surgindo apenas em 39,84% a sua identificação.

Se não olharmos para as palavras de ordem dos manifestantes que apenas surgem em discurso direto, o discurso indireto mantém as três subcategorias com maior frequência que verificámos em discurso direto. Isto indica, muito provavelmente, que a Lusa dá uma prevalência semelhante aos diversos atores, independentemente do tipo de discurso de que se socorre para apresentar os acontecimentos. Contudo, essas subcategorias apresentam-se de forma mais expressiva, o que poderá ainda indicar que os atores que assumem um papel mais importante na composição do discurso deste OCS são utilizadas com maior facilidade em discurso indireto.

Os membros do Governo (E.5=15,68%) continuam a aparecer com frequência em discurso indireto para justificar a atuação policial. A Lusa parece sentir necessidade de fazer referência a atores que se expressem sobre as possíveis justificações da atuação policial porque, provavelmente, será esse conhecimento que o público procura, será essa a vontade da audiência, saber porque é que a Polícia atuou de determinada forma. Assim, os jornalistas procuram as palavras dos atores que vão ao encontro dessas necessidades. De certa forma poderemos estar perante o *audience-driven* que referimos antes (Uscinski, 2009). Além disso, o "mostrar primeiro" pode estar aqui presente como valor-notícia (Andringa, 2005). A Lusa, como agência noticiosa, necessita de satisfazer as necessidades informativas dos seus subscritores, para isso, adiciona novas informações às notícias já difundidas. O valor-notícia continuidade está presente, porque a partir do momento que determinada ação policial mereceu ser notícia, a Lusa continuou a apresentar informações relacionadas com a notícia original. Por este motivo são apresentadas declarações dos Governantes que, após a conclusão do evento e depois de alguns processos de averiguações instaurados, pronunciam-se quanto às ações tomadas.

Os organizadores dos eventos são referidos com alguma frequência em discurso indireto (E.7=13,19). O organizador que mais destaque possui é a CGTP, isto porque analisámos dois eventos que são greves gerais convocadas por esta intersindical e que, como vimos, deram origem a grande parte das notícias que constituíram o nosso *corpus*, estando estas relacionadas com confrontos entre Polícia e manifestantes.

No que é referente a ambos os discursos, direto e indireto, verificámos que 61,18% do discurso dos manifestantes se situa antes das situações de confronto entre

manifestantes e Polícia. A partir do momento em que se gera o conflito, os manifestantes perdem importância, passando os restantes atores a assumir o papel de principais fontes de informação para preencher o corpo das notícias. Talvez o valor-notícia importância esteja presente nesta alteração do foco dos discursos, passando o jornalista a considerar mais importante os atores que poderão justificar a ação policial, como é o caso dos membros do Governo, onde 93,55% do seu discurso surge após os confrontos.

É de todo relevante mencionarmos ainda as instâncias (D) às quais a Lusa faz alusão aquando do discurso sobre a atuação policial em grandes eventos de cariz político. Importa relembrar que esta é a segunda categoria menos frequente na análise.

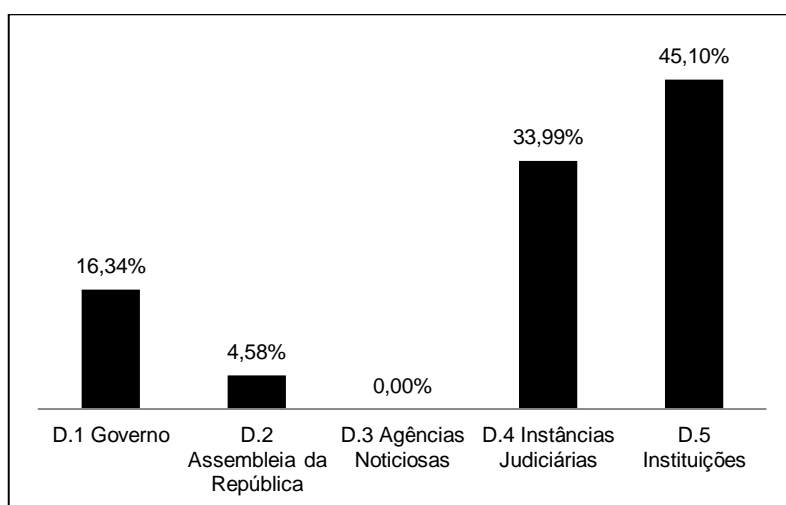


Figura 5. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Instâncias (D).

As diversas instituições (D.5) e as instâncias judiciais (D.4) possuem grande parte das ocorrências registadas (79,09%). Quanto às instituições, não há dúvidas que a IGAI é a mais referida em consequência dos confrontos entre Polícia e manifestantes. As primeiras referências que surgem relatam a instauração de diversos processos disciplinares a elementos da PSP (e.g., "a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) instaurou dois processos disciplinares a polícias na sequência dos incidentes ocorridos em março com manifestantes no Chiado" – notícia 80). Após os processos estarem concluídos, as referências à IGAI são feitas para informar das suas conclusões (e.g., "a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI) considerou adequada e proporcionada a reação do dispositivo policial na manifestação de 22 de março" – notícia 68). Quanto às instâncias judiciais, o elevado número de ocorrências registado deve-se aos diversos detidos que resultaram da atuação policial, sendo comum a referência ao Ministério Público (MP) relativamente às acusações feitas a alguns dos manifestantes e também ao Tribunal competente para julgar (e.g., "As acusações do Ministério Público contra as nove pessoas detidas na manifestação de quarta-feira, junto do parlamento,

chegaram ao Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa" – notícia 188. O valor-notícia continuidade aplica-se mais uma vez, continuando a Lusa a fazer referência a estas instâncias para atualizar acontecimentos que foram anteriormente transformados em notícia e que ganharam grande destaque.

Por fim, neste ponto, apresentamos a categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G) que, como vimos na figura 2, apresenta 0,32% do total das u.r. codificadas.

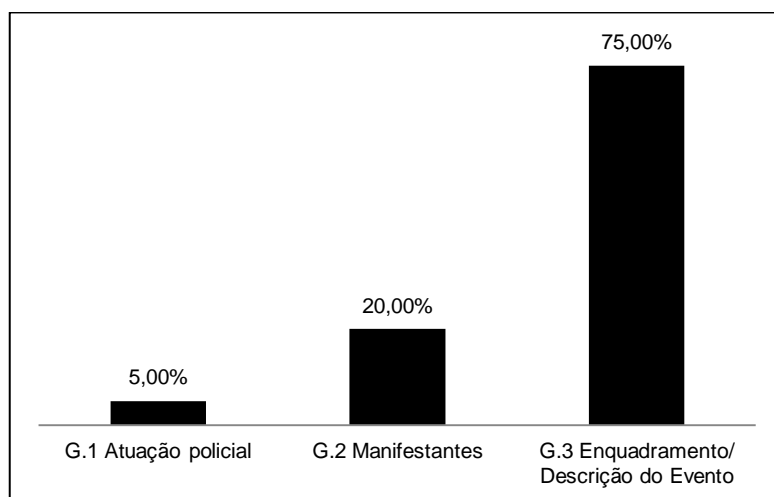


Figura 6. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Sistema Explicativo Espontâneo (G).

Nesta categoria são registadas todas as referências feitas pela Lusa, de forma subjetiva, sobre atos ou atores que integram os eventos. Embora a sua representatividade seja bastante reduzida, a apresentação da categoria (G) revela-se importante para perceber se a objetividade jornalística é respeitada. A produção de notícias exige a presença de um conjunto de técnicas e de ética (Cascais, 1998; Tuchman, 2002). Uma das normas da Lusa é a isenção (Livro de estilo da Lusa, 2011), no entanto, essa isenção não é total como verificamos nos dados apresentados.

É na descrição e enquadramento do evento que os jornalistas fazem mais referências subjetivas (75%) (e.g., "o agravamento das medidas de austeridade ao longo do ano fez com que 2012 fosse marcado por forte contestação social" – notícia 211), seguido dos manifestantes (20%) (e.g., "um grupo de manifestantes (...) mais adepto de protestos pacíficos" – notícia 109) e da atuação policial (5%) (e.g., "levando tudo à frente" [a polícia] – notícia 217).

As crenças e convicções pessoais estão presentes em todos os homens, não sendo os jornalistas exceção, podendo essas convicções transmitir-se no material noticioso que produzem (Gradim, 2000). Os jornalistas não podem ser vistos como "meros mediadores entre os acontecimentos e os seus receptores, porque eles conferem sentido aos próprios acontecimentos" (Brandão, 2009, p.33). É por estas razões que as

notícias não são um espelho fiel da realidade, mas uma aproximação daquilo que realmente aconteceu, uma vez que os acontecimentos passaram por vários filtros, desde a fonte até aos editores (Gradim, 2000). As notícias não são fotografias da realidade, talvez possamos dizer que são pinturas com algumas imperfeições. Isto manifesta-se na categoria que acabámos de analisar. Porém, o rigor nas agências é fundamental, podendo a sua ausência ampliar e multiplicar os erros (Cascais, 1996). A falta de objetividade nas notícias poderá contribuir para a constituição de *frames* que condicionam a perceção do contexto dos eventos e auxiliar à transmissão de esquemas interpretativos.

3. Os eventos

Neste ponto pretendemos verificar como é que a Agência Lusa caracteriza os grandes eventos de cariz político, percebendo que aspetos ganham mais prevalência e quais são mais descurados no seu discurso. Observe-se o gráfico da figura 7, referente à categoria enquadramento/descrição (F).

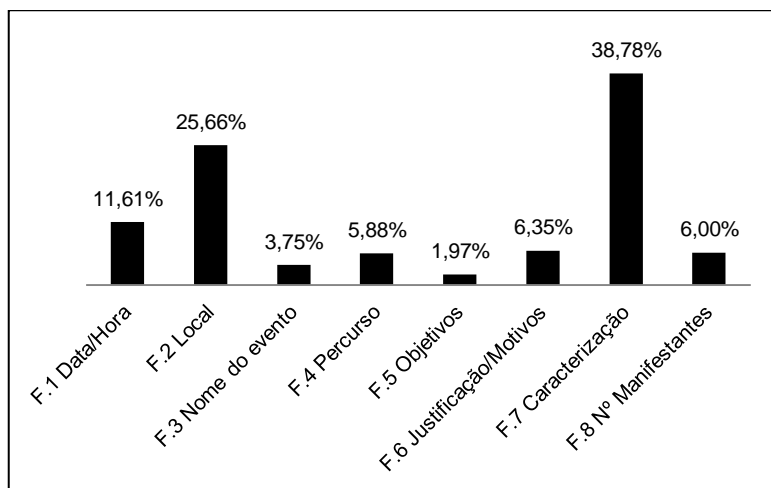


Figura 7. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Enquadramento/Descrição (F).

A categoria (F) foi a mais frequente nas notícias analisadas. A caracterização do evento (F.7) obteve um elevado número de ocorrências, inserindo-se nesta subcategoria as u.r. relativas à descrição do próprio evento ou à organização do mesmo (e.g., "A greve geral (...) é a oitava convocada pela CGTP" – notícia 7; "Os ânimos exaltaram-se" – notícia 15). Este tipo de descrição é essencial, contribuindo para que o recetor da notícia consiga perceber o grande evento e toda a sua envolvência. Contudo, não é o único elemento que contribui para esse fim. Os objetivos da realização do evento (F.5) e as justificações ou motivos que levaram à sua convocação (F.6) são também importantes, permitindo conhecer as causas dos acontecimentos. Contudo, a sua frequência é

reduzida. Assim, o leitor depara-se mais com uma descrição factual do que com a apresentação das motivações e justificações para a realização do evento. É naquelas subcategorias que se encontra a resposta ao "porquê?" (Fontcuberta, 1999; Livro de estilo da Lusa, 2011), que permite fazer uma contextualização mais aproximada da realidade. A Lusa descreve e caracteriza os grandes eventos, preferindo chamar a atenção do público, acabando por não transmitir informação totalmente completa. As notícias direccionadas para a descrição fazem-nos crer que os jornalistas orientam o seu esforço para apresentar e descrever os factos que são mais noticiáveis, surgindo o valor-notícia concorrência onde, o que se pretende não é uma representação da realidade, mas vender o que tem mais procura. Desta forma, expõem apenas um *frame* da realidade.

A data/hora e o local do evento surgem com bastante frequência. Fazem parte dos *leads* constituindo-se como elementos obrigatório dos mesmos segundo o Livro de estilo da Lusa (2011). Servem para situar o público no espaço e no tempo em que decorreram os eventos.

4. Os participantes nos eventos: manifestantes e Polícia

Para analisarmos o discurso da Lusa sobre os manifestantes e a Polícia, passamos agora à análise das categorias A (manifestantes) e B (Polícia).

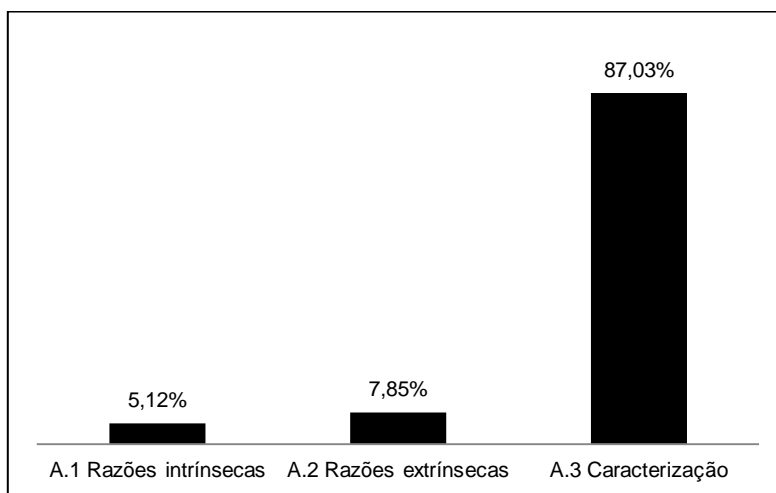


Figura 8. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria Manifestantes (A).

Relativamente aos manifestantes, através do gráfico da figura 8 verificamos que a atenção jornalística se centrou na sua caracterização (A.3=87,03%). A apresentação da profissão e da situação profissional dos manifestantes é comum, assim como a idade ou a sua forma de estar no evento (pacíficos ou não) (e.g., "muitos deles [manifestantes] professores" – notícia 92; "Pedro, de 37 anos, economista atualmente com trabalho" –

notícia 110). É ainda usual a alusão às ações levadas a cabo pelos manifestantes (e.g., "muitos gritavam palavras de ordem" – notícia 88; "empunhando cartazes contra o Governo" – notícia 92; "muitos dos quais munidos simbolicamente com vassouras, cortaram hoje o trânsito na principal avenida da cidade" – notícia 101). Mais uma vez as causas que os levam aos eventos são descuidadas, optando-se por uma descrição exaustiva, tal como aconteceu com a justificação, motivos e objetivos no enquadramento e descrição dos eventos (F).

As razões intrínsecas ou extrínsecas que levaram à participação dos manifestantes nos eventos são colocadas de parte pelos jornalistas. Provavelmente não selecionam esta informação para integrar as notícias que constroem, acabando por funcionar como *gatekeepers* (White, 1950).

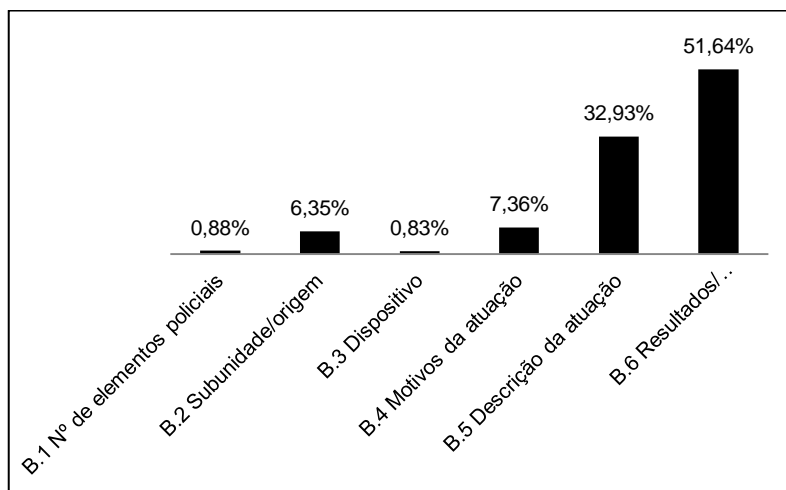


Figura 9. Distribuição em percentagem das u.r. na categoria PSP (B).

Na categoria B (PSP), o gráfico da figura 9 mostra-nos que os resultados/consequências da atuação policial são a informação mais referida. Esta subcategoria possui 1115 (17,72%) do total das u.r. codificadas. Isto poderá apontar, mais uma vez, para a presença do valor-notícia negatividade na definição do que é ou não notícia. O que aqui é descrito tem, normalmente, a ver com a apresentação de uma imagem negativa da atividade policial, como a referência a detenções (e.g., "sete pessoas detidas pelo crime de desobediência" – notícia 166), a feridos (e.g., "dos confrontos resultaram várias dezenas de feridos, entre manifestantes e polícias" – notícia 169), a danos (e.g., "dos confrontos resultaram ainda danos nos escudos de proteção da polícia, fardamento, outro equipamento de proteção e viaturas policiais" – notícia 187) e a identificações (e.g., "21 pessoas identificadas é o resultado dos confrontos ocorridos" – notícia 183).

Relativamente à descrição da atuação, de novo verificamos que lhe é dada grande importância. São diversas as fontes que contribuem para esta subcategoria. Verificamos que 21,66% das u.r. desta subcategoria dizem respeito a declarações policiais pré-evento, contudo, essa descrição prende-se principalmente com as alterações de trânsito a que a PSP vai proceder (e.g., "As perturbações na circulação automóvel seguem, depois, às 16:30, na Avenida da República, desde Entrecampos, com corte do trânsito no túnel até ao Saldanha" – notícia 85). As informações pré-evento seriam, eventualmente, mais úteis se fossem além de conselhos de trânsito. A PSP poderia referir-se aos comportamentos que não seriam tolerados, para que o público percebesse o posicionamento da Polícia nos grandes eventos, dando legitimidade à sua intervenção.

A descrição da atuação policial é primordialmente negativa, contando com 76 u.r. negativas (e.g., "O repórter fotográfico foi atirado ao chão" – notícia 26) e com 40 positivas (e.g., "Quando foi forçada a intervir fê-lo de forma legítima em reação às agressões e para repor a ordem pública" – notícia 73). Os manifestantes, a AI, o advogado Garcia Pereira, Arménio Carlos (Secretário-Geral da CGTP) e o Sindicato dos Jornalistas referem-se negativamente à atuação policial, já a IGAI, o Governo através do MAI, o Presidente da República e a própria PSP descrevem-na de forma positiva.

Os motivos que conduzem à atuação policial são descurados pelos jornalistas (B.4=7,36%). Esta subcategoria parece-nos fundamental para que seja dado um enquadramento mais próximo da realidade das intervenções policiais. Através desta lacuna informativa pode ocorrer um enviesamento na perceção que o público tem da atuação policial, fazendo com que a mesma não seja vista como legítima.

Quanto ao número de elementos policiais, à subunidade/origem desses elementos e ao dispositivo utilizado, são as subcategorias com menos ocorrências, podendo indicar uma falta de conhecimento mais especializado, por parte dos jornalistas, relativamente à PSP e à sua forma de atuar (e.g., "com a deslocação de esquadrões da polícia de choque para determinados locais" – notícia 126).

IV. Conclusões

Chegando ao final do trabalho, interessa apresentar algumas reflexões sobre o caminho percorrido e entender se aquilo a que nos propusemos foi alcançado.

Os OCS têm um papel único na vida de cada um de nós. Conhecer o mundo e ter notícia daquilo que acontece seria praticamente impossível se não existissem. Eles próprios definem o que é ou não notícia, consequentemente, é como se definissem o que é ou não real, já que é através deles que grande parte do público tem noção dos acontecimentos. Dessa forma, os OCS funcionam como os olhos do público. As agências noticiosas, também elas OCS, são hodiernamente indispensáveis para proporcionar um serviço noticioso de qualidade, assumindo um papel deveras importante na definição daquilo a que o público acede noticiosamente, uma vez que difundem a mesma informação para todos os seus subscritores que, por sua vez, transmitem-na aos consumidores. Assim sendo, as agências de notícias conseguem, de certo modo, estabelecer um perfil de informação nos diversos OCS.

O nosso estudo incidiu sobre a única agência de notícias existente em Portugal, a Agência Lusa. A sua importância na definição daquilo a que grande parte do público português e internacional tem acesso relativamente a acontecimentos nacionais é fundamental, nomeadamente no que é relativo aos grandes eventos de cariz político. O número de pessoas que tem acesso indireto à informação disponibilizada pela Lusa é substancialmente superior àquela que é partilhada por outro OCS, como os jornais.

Para definir o que é ou não notícia, a normalidade dos factos tem elevado relevo. Quanto mais "anormal" for um acontecimento, muito provavelmente, maior será a atenção disponibilizada pelos jornalistas. São os critérios de noticiabilidade que impõem estas regras, que colaboram para o estabelecimento do que merece ser notícia, do que merece ser real e parte do conhecimento do público. Partindo destes pressupostos percebemos quando é que a atuação policial em contexto de grandes eventos merece mais atenção jornalística. Nos eventos onde não se registam tensões e confrontos, a atenção mediática é menor do que naqueles onde se verificam incidentes entre Polícia e manifestantes. Assim sendo, existe uma lacuna informativa relativamente à intervenção da Polícia, e o público acaba por não ter perceção, pelo menos através dos OCS, de que o evento decorreu dentro da normalidade, sem qualquer tipo de incidentes. Logo, o público não terá conhecimento de que, provavelmente, houve um trabalho prévio da Polícia realizado de forma profissional que conduziu à garantia do direito de manifestação, preservando a tranquilidade e ordem públicas.

A atuação policial durante um grande evento de cariz político pode criar um afastamento para com a população. Contudo, se o serviço de manutenção da ordem pública for cumprido de forma a que as pessoas reconheçam e legitimem essa atuação, poderá existir um reconhecimento pelo serviço desenvolvido que gera um impacto que vai além da multidão que se encontra no evento (Waddington, 2012). Mas, para isso, é necessário que tenham conhecimento desse serviço. Desta forma, se os OCS não difundem esta informação, consideramos que é importante que a PSP o faça, nomeadamente através do GIRP, quer através das redes sociais quer através de comunicados de imprensa. Estes podem ser realizados antes dos eventos (como é comum em alguns jogos de futebol), durante (caso se afigure necessário, em função de eventuais alterações das circunstâncias) ou após, procurando que o público tenha conhecimento de informações que a PSP considera pertinentes.

No momento em que formulámos o problema de investigação deste trabalho afirmámos que iríamos verificar que atores ganhavam voz nas notícias da Lusa referentes à atuação policial. Como foi possível verificar através dos resultados apresentados, há uma panóplia de atores intervenientes, contudo, destacamos o facto de ter ficado bastante claro que os membros do Governo e o Presidente da República se expressam de forma positiva relativamente à atuação policial nestes eventos. Os restantes atores que intervêm expressam-se, de modo geral, negativamente. Isto leva-nos a supor que existe uma legitimação da atuação policial por parte dos representantes do Governo e do Estado, por oposição a uma reprovação dos restantes. Consideramos que seria uma mais-valia para este estudo verificar se esta tendência se mantém independentemente dos políticos que se encontram no Governo, contudo, isto só será possível através de um estudo longitudinal que esperemos que seja exequível através da continuação das pesquisas no âmbito da linha de investigação onde este trabalho se insere.

Na formulação do problema de investigação levantámos ainda uma questão relativa à apresentação das fontes nas notícias. Verificámos que, no que concerne às fontes policiais, é muito frequente a ausência da sua identificação. Consideramos que seria vantajoso para a Agência Lusa e para a PSP que as fontes fossem identificadas, acabando por dar mais qualidade à notícia, além de a tornar mais credível (Fontcuberta, 1999). Sem fontes não haveria grande parte das notícias, pois é praticamente impossível os jornalistas criarem-nas de forma totalmente autónoma, já que não conseguem estar presentes em todos os acontecimentos de relevo jornalístico. Importa também referir que a Agência Lusa se socorre de diversas fontes, contudo, também ela é uma fonte e deve estar consciente de que qualquer enviesamento na qualidade da informação que disponibilizada se multiplica (Cascais, 1996).

Relativamente às teorias da comunicação que apresentámos na fundamentação teórica deste trabalho, foi feito um esforço para estabelecer uma ligação entre os resultados a que chegámos e aquelas. No âmbito deste trabalho consideramos que o *gatekeeping* assume um papel deveras importante. O efeito do *gatekeeper* ao sentir-se nas notícias da Lusa, irá sentir-se conseqüentemente em todos os OCS que recorrerem à informação que esta agência disponibiliza. Enquanto os OCS como os jornais, as rádios ou as televisões têm limites de espaço ou tempo que não podem exceder, a Lusa tem também limites no trabalho que produz, nomeadamente no que concerne ao número médio de notícias produzidas por dia, de 300 a 400. Estas limitações implicam, obrigatoriamente, uma seleção da informação a ser transformada em notícia. Assim sendo, o *gatekeeping* é uma necessidade da Lusa, contudo, não deixa de ter repercussões na informação a que o público acede.

O *framing* ocorrerá também, muito provavelmente, nas notícias da Lusa sobre a atuação policial. No momento em que os jornalistas produzem as notícias torna-se bastante difícil apresentarem toda a informação de forma detalhada. No caso da Lusa, as notícias não deverão exceder os 3000 caracteres (Livro de estilo da Lusa, 2011). Estas imposições relativas à extensão das notícias levam a que os jornalistas tenham necessidade de enquadrar os acontecimentos, optando por apresentar uma fotografia em vez de um filme. Esta necessidade pode conduzir a uma deficiência na avaliação dos acontecimentos por parte do público, ficando o seu conhecimento limitado a determinada ação que, por vezes, poderá estar desprovida de contexto. Consideramos que este contexto é determinante para que se tenha uma clara perceção do ambiente em que se desenrolam as ações policiais.

No âmbito das intervenções policiais, o *framing* poderá fazer com que a realidade mude para o olhar do público. Verificámos nos resultados que é dada atenção à descrição da atuação da PSP e às consequências dessa atuação, olvidando-se os motivos das mesmas, acabando por não se apresentar todo o contexto da intervenção. Mais uma vez, tratando-se a Lusa de uma agência noticiosa, o seu enquadramento será utilizado pelos restantes OCS que recorram à informação que disponibiliza, acabando, possivelmente, por influir de forma indireta na perceção que parte significativa do público tem sobre a atuação da Polícia nestes eventos.

O enquadramento das notícias poderá ainda fazer com que sejam transmitidos determinados esquemas interpretativos ao público que, de algum modo, estabelece contacto com as notícias difundidas pela Lusa. Caso o enquadramento das atuações policiais em contexto de grandes eventos de cariz político recaia maioritariamente sobre factos que tenham uma conotação negativa, os esquemas interpretativos transmitidos terão por base essa conexão, fazendo com que o público se habitue a ouvir, e porventura

a falar, negativamente no que concerne às intervenções policiais e, quem sabe, à PSP como instituição.

Os OCS assumem um papel decisivo na definição dos assuntos que merecem a atenção do público. É isso que nos diz a teoria do agendamento e explica-nos que é também graças a eles que o público presta maior ou menor atenção a determinados assuntos do quotidiano (Shaw, 1979). A importância dada pelos OCS a um acontecimento influencia a atenção que o público disponibiliza para esse mesmo assunto. Verificámos que a Lusa deu maior importância à atuação policial nos eventos onde se verificaram confrontos entre manifestantes e Polícia, podendo assim contribuir para que a atenção do público recaia sobre esses acontecimentos, em detrimento das ações policiais que foram levadas a cabo sem qualquer incidente. Esta teoria defende que os órgãos de comunicação não dizem às pessoas o que pensar, mas sobre o que pensar (Bourdon, 2006), deste modo, o público estará mais atento e terá mais presente a atuação policial quando existem confrontos, acabando por praticamente não pensar nos grandes eventos em que não houve incidentes, porque isso quase não é noticiado. Uma vez mais, verificamos a transmissão de um esquema interpretativo que estabelece uma relação entre a atuação policial e a violência. O agendamento existente na Agência Lusa é indireto, mas não é por essa razão que é menos relevante, acabando por interferir no agendamento existente nos OCS que são seus subscritores. Contudo, quanto ao agendamento das notícias e aos seus reais efeitos no público, seria interessante a realização de estudos posteriores, direcionados apenas para o agendamento e de modo a perceber qual a relação existente entre as diversas agendas (a mediática, a pública e a política) relativamente à atuação policial e à transmissão de esquemas interpretativos.

Nas referências feitas nas notícias da Lusa a fontes policiais, verificámos que em praticamente todos os eventos não são dados conselhos pela PSP relativamente ao evento, limitando-se a referir as limitações de trânsito existentes, em que vias e durante que período de tempo. Contudo, o serviço policial pré-evento deveria ir além das matérias de trânsito. Na nossa opinião, seria importante apresentar uma Polícia que tem um plano relativamente ao evento, que se mostra preparada e que define que comportamentos serão tolerados ou não para que o evento decorra dentro da normalidade, sem incidentes, podendo a multidão manifestar-se de forma pacífica.

Através da análise das diversas notícias do nosso *corpus*, constatámos que a Polícia é um dos atores centrais dos grandes eventos, contudo, este papel principal só se revela, sobremaneira, aquando da existência de confrontos. Parece-nos importante que a Polícia não apareça apenas como ator na consequência ou associada a atos violentos. Para que a Polícia apareça antes do evento, não deverá esperar que sejam os OCS, nomeadamente a Lusa, a procurar informação, antes pelo contrário, parece-nos que

deverá ser a PSP a ter predisposição para dar conselhos essenciais aos cidadãos, conseguindo, deste modo, mostrar-se numa parte significativa dos eventos a grande parte do público, em vez de se mostrar apenas a quem se desloca aos eventos ou através das notícias difundidas pelos OCS, principalmente naqueles em que ocorrem conflitos, visto ser aí que merece mais atenção.

Importa reter que a Lusa transmite informação para vários OCS, possuindo assim um papel deveras importante na construção da realidade noticiosa portuguesa. Assim, e seguindo esse raciocínio, a Lusa colabora na construção da realidade das atuações policiais em grandes eventos de cariz político, principalmente para o público que toma conhecimento destes acontecimentos exclusivamente através da comunicação social, que será deverá ser a maioria dele. Consideramos relevante que a Polícia se inteire destas questões e que desenvolva estratégias comunicacionais por forma a surgir nos OCS noutras situações que não aquelas em que a sua intervenção tem uma conotação com a escalada da violência. O que importa, na nossa opinião, não é deixar de mostrar uma Polícia que intervém nestes eventos quando há uma escala de violência, mas mostrar, além dessas situações, aquelas em que a Polícia se revela importante para garantir que tudo decorre de forma normal, sem incidentes. Assim, a PSP contribuirá, possivelmente, para a interrupção da transmissão de esquemas interpretativos primordialmente negativos que, como vimos, assumem preponderância no discurso noticioso da Agência Lusa.

Relativamente aos resultados apresentados, discutidos e às conclusões a que chegámos, é importante afirmar que deverão ser vistos de forma ponderada. Estamos cientes de que este trabalho possui algumas limitações, nomeadamente a sua incidência em apenas um ano de estudo, 2012. De qualquer forma, este trabalho insere-se numa linha de investigação, foi construído com o objetivo de lhe dar continuidade e, acima de tudo, visando contribuir positivamente para possíveis estudos vindouros, que possam melhorar, de algum modo, o serviço prestado e a imagem da Polícia de Segurança Pública.

Referências

- Agee, W., & Traquina, N. (1993). *O quarto poder frustrado: Os meios de comunicação social no Portugal pós-revolucionário*. Lisboa: Vega.
- Andringa, D. (2005). O impacto social dos media. Revista FORUM DC (Org.), *Os media e a cidadania global: Conferência internacional - comunicações* (pp. 115-119). Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS.
- Anselmo, A. (1981). *Origens da imprensa em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Araújo, S. (1988). *Vamos falar de jornalismo*. Lisboa: Direção-Geral da Comunicação Social.
- Aristóteles (1979). *Metafísica*: Livro I e II. São Paulo: Editora Abril.
- Bardin, L. (1995). *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70.
- Barreto, M. (1979). *História da polícia em Portugal: Polícia e sociedade* (12ª ed.). Lisboa: Braga Editora.
- Berger, A. A. (1995). *Essentials of mass communication*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Bielsa, E. (2008). The pivotal role of news agencies in the context of globalization: A historical approach. *Global Networks*, 8(3), 347-366.
- Bishop, G. F., Oldendick, R. W., & Tuchfarer, A. J. (1982). Effects of presenting one versus two sides of an issue survey questions. *Public Opinion Quarterly*, 46(1), 69-85.
- Black, J. (1982). Opinion leaders: Is anyone following? *Public Opinion Quarterly*, 46, 169-176.
- Bourdon, J. (2006). *Introdução aos media*. Porto: Campo das Letras.
- Brandão, N. G. (2008). A responsabilidade social da televisão, novos mercados e incertezas. In M. L. Martins & M. Pinto (Orgs.), *Comunicação e cidadania: Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação* (pp. 2590-2599). Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho.
- Brandão, N. G. (2009). A informação televisiva. *Jornalismo & Jornalistas*, 39, 32-34.
- Breed, W. (1955). Social control in the newsroom: A functional analysis. *Social Forces*, 33(4), 326-335.

- Breton, P., & Proulx, S. (1997). *A explosão da comunicação*. Lisboa: Bizâncio.
- Cabral, F. S. (2005). Responsabilidade social dos media. Revista FORUM DC (Org.), *Os media e a cidadania global: Conferência internacional - comunicações* (pp. 37-39). Lisboa: Instituto Marquês de Valle Flôr e OIKOS.
- Caetano, J., & Raquilha, L. (2004). *Gestão da comunicação*. Lisboa: Quimera.
- Caetano, M. (1990). *Manual de direito administrativo* (10ª ed., Vol. 2). Coimbra: Almedina.
- Canotilho, J. J. G., & Moreira, V. (1985). *Constituição da República Portuguesa anotada* (2ª ed., Vol. 2). Coimbra: Coimbra Editora.
- Cardet, R. (1980). *Manual de jornalismo* (5ª ed.). Lisboa: Editorial Caminho.
- Cascais, F. (1996). Como se atinge o rigor em agência noticiosa. In Alta Autoridade para a Comunicação Social (Ed.), *O rigor da notícia: Colóquio Maio 1996* (pp. 123-127). Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.
- Cascais, F. (1999). Prefácio. In M. Fontcuberta, *A notícia: Pistas para compreender o mundo* (pp. 7-10). Lisboa: Editorial Notícias.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de jornalismo: As palavras dos media*. Lisboa: Verbo.
- Castro, L. (1972). *Comunicação: Subsídios para o seu estudo*. Lisboa: Edição do Autor.
- Cazeneuve, J. (Org.) (1976). *Guia alfabético das comunicações de massas*. Lisboa: Edições 70.
- Clemente, P. J. L. (2000). *A polícia em Portugal: Da dimensão política contemporânea da segurança pública* (Vol 1). (Tese de Doutoramento, não publicada). Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Lisboa.
- Código deontológico do jornalista (1993). Consultado em <http://www.jornalistas.eu/?n=24>.
- Colombo, F. (1998). *Conhecer o jornalismo hoje: Como se faz a informação*. Lisboa: Presença.
- Constituição da República Portuguesa. (2008), Coimbra, Almedina.
- Contrato de prestação de serviço noticioso e informativo de interesse público celebrado entre o Estado e a Lusa – Agência de Notícias de Portugal, SA (2012). Consultado em http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/Contrato_ServicoNoticiosoInteressePublico_Estado_Lusa_21_12_2012.pdf
- Correia, J. (2011). *O admirável mundo das notícias: Teorias e métodos*. Covilhã: Livros LabCom.

- Crato, N. (1992). *Comunicação social: A imprensa* (4ª ed.). Lisboa: Presença.
- Dearing, J. W., & Rogers, E. M. (1996). *Communication concepts 6: Agenda-setting*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Decreto-Lei n.º 330/75 de 1 de julho, Diário da República, Iª Série, n.º 149.
- DeFleur, M. L., & Ball-Rokeach, S. (1993). *Teorias da comunicação de massa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Dias, H. V. (2012). *Metamorfoses da polícia: Novos paradigmas de segurança e liberdade*. Coimbra: Almedina.
- Druckman, J. (2001). On the limits of framing effects: Who can frame? *The Journal of Politics*, 63(4), 1041-1066.
- Erbolato, M. (1979). *Técnicas de codificação em jornalismo: Redação, captação e edição no jornal diário* (2ª ed.). Petrópolis: Vozes.
- Fernandes, L. (1997). Etnografia urbana das drogas e do crime. In C. Agra (Ed.), *Droga-crime: Estudos interdisciplinares*, 10. Lisboa: Gabinete de Planeamento e de Coordenação de Combate à Droga.
- Fields, B. (2006). *School discipline coverage in Australian newspapers: Impact on public perceptions, educational decisions and policy*. Paper presented at the Australian Association for Research in Education 2005, Parramatta, NSW, Australia.
- Fiske, J. (1999). *Introdução ao estudo da comunicação* (5ª ed.). Porto: Edições ASA.
- Flick, U. (2005). *Métodos qualitativos na investigação científica*. Lisboa: Monitor.
- Flick, U. (2009). *Introdução à pesquisa qualitativa* (3ª ed.). Porto Alegre: Artmed.
- Fontcuberta, M. (1999). *A notícia: Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Franco, G. (1993). *A censura à imprensa (1820 – 1974)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda.
- Ghiglione, R., & Matalon, B. (1997). *O inquérito: Teoria e prática* (3ª ed.). Oeiras: Celta Editora.
- Gillig, P., & Greenwald, A. (1974). Is it time to lay the sleeper effect to rest? *Journal of Personality and Social Psychology*, 29(1), 132-139.
- Gradim, A. (2000). *Manual de jornalismo*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

- Gruder, C., Cook, T., Hennigan, K., Flay, B., Alessis, C., & Halamaj, J. (1978). Empirical tests of the absolute sleeper effect predicted from the discounting cue hypothesis. *Journal of Personality and Social Psychology*, 36(10), 1061-1074.
- Guerra, I. C. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise de conteúdo: Sentidos e formas de uso*. Cascais: Princípia.
- Guinote, H. B. (2009). Respostas táctico-policiais ao fenómeno da droga. In M. M. G. Valente (Coord.), *Criminalidade organizada e criminalidade de massa: Interferências e ingerências mútuas* (pp. 122-158). Coimbra: Almedina.
- Hannah, D., & Sternthal, B. (1984). Detecting and explaining the sleeper effect. *Journal of Consumer Research*, 11, 632-642.
- Hardt, H. (2004). *Myths for the masses: An essay on mass communication*. Oxford: Blackwell.
- Haškovec, S. (1983). *A agência de notícias no sistema de "mass media"*. Praga: Organização Internacional de Jornalistas.
- Hovland, C., & Weiss, W. (1951). The influence of source credibility on communication effectiveness. *Public Opinion Quarterly*, 15(4), 635-650.
- Hylander, I., & Guvå, G. (2010). Misunderstanding of out-group behaviour: Different interpretations of the same crowd events among the police officers and demonstrators. *Nordic Psychology*, 62(4), 25-47.
- International Permanent Observatory on Security during Major Events (2007). *IPO Security planning model*. Torino: UNICRI.
- Krippendorff, K. (2004). *Content analysis: An introduction to its methodology* (2^a ed.). London: Sage.
- Lage, N. (1979). *Ideologia e técnica da notícia*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Lei n.º 19/78, de 11 de abril, Diário da República, I^a Série, n.º 84.
- Lei n.º 53/2007, de 31 de agosto, Diário da República, I^a Série, n.º 168.
- Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, Diário da República, I^a Série, n.º 167.
- Livro de estilo da Lusa (2011). Lusa Agência de Notícias de Portugal, SA. Retirado de <http://www.lusa.pt/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf>
- Machado, H. J. D. (2012). *A comunicação social e a polícia: A percepção da imprensa escrita sobre a actuação policial nos grandes eventos de cariz político*

- (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Marinho, L. (1993). Comunicação do Director de Informação da Agência Lusa. In Alta Autoridade para a Comunicação Social (Ed.), *Colóquio internacional sobre o pluralismo na comunicação social* (pp. 247-252). Lisboa: Alta Autoridade para a Comunicação Social.
- Mattelart, A., & Mattelart, M. (1997). *História das teorias da comunicação*. Porto: Campo das Letras.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1972). The agenda-setting function of mass media. *The Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176-187.
- McCombs, M. E., & Shaw, D. L. (1993). The evolution of agenda-setting research: Twenty-five years in the marketplace of ideas. *Journal of Communication*, 43(2), 58-67.
- McLuhan, M. (1994). *Understanding media: The extensions of man*. Londres: MIT.
- McQuail, D. (2003). *Teoria da comunicação de massas*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mealha, T. I. M. (2009). *“Exclusão ou reintegração?”: Um estudo qualitativo sobre a reintegração social de reclusos*. (Tese de mestrado, não publicada). Instituto Superior de Psicologia Aplicada, Lisboa.
- Miller, J. M. (2007). Examining the mediators of agenda-setting: A new experimental paradigm reveals the role of emotions. *Political Psychology*, 28(6), 689-717.
- Mills, W. (1981). *A elite do poder* (4ª ed.). Rio de Janeiro: Zahar Editores.
- Montalbán, M. V. (1979). *As notícias e a informação*. Rio de Janeiro: Salvat.
- Monteiro, A. C., Caetano, J., Marques, H., & Lourenço, J. (2008). *Fundamentos de comunicação*. Lisboa: Sílabo.
- Morse, J. M. (2007). Aspectos essenciais de metodologia de investigação qualitativa: Facto ou Fantasia? In J. M. Morse (Ed.), *Metodologia de investigação qualitativa* (pp. 12-18). Coimbra: FORMASAU - Formação e Saúde.
- Oliveira, J. F. (2000). *A manutenção da ordem pública em Portugal*. Lisboa: ISCPSP.
- Ortega y Gasset, J. (1971). *A rebelião das massas* (3ª ed.). Rio de Janeiro: Livro Ibero-americano.

- Pais, L. G. (2004) *Uma história das ligações entre psicologia e o direito em Portugal: Perícias psiquiátricas médico-legais e perícias sobre a personalidade como analisadores*. (Tese de doutoramento, não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Porto.
- Park, R. (1940). News as a form of knowledge: A chapter in the sociology of knowledge. *The American Journal of Sociology*, 45(5), 669-686.
- Pereira, H. F. S. (2012). *Grandes eventos de cariz político: A percepção da Agência Lusa sobre a actuação policial*. (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Perles, J. B. (2007). *Comunicação: conceitos, fundamentos e história*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/perles-joao-comunicacao-conceitos-fundamentos-historia.pdf>
- Pratkanis, A., Greenwald, A., Leippe, M., & Baumgardner, M. (1988). In search of reliable persuasion effects: III. The sleeper effect is Dead. Long live the sleeper effect. *Journal of Personality and Social Psychology*, 54(2), 203-218.
- Raposo, J. (2006). *Direito policial* (Vol. 1). Coimbra: Almedina.
- Reiner, R. (2007). Media made criminality: The representation of crime in the mass media. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford handbook of criminology* (pp. 302-337). Oxford, UK: Oxford University Press.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/82 de 14 de agosto, Diário da República, Iª Série, n.º 187.
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/84 de 26 de março, Diário da República, Iª Série, n.º 72.
- Roberts, D. F. (1971). The nature of communication effects. In W. Schramm, & D. F. Roberts (Eds.), *The process and effects of mass communication* (pp. 347-387). Urbana, IL: University of Illinois Press.
- Rodrigues, A. (1994). *A comunicação social: Noção, história, linguagem* (2ª ed.). Lisboa: Vega.
- Rodrigues, A. D., Dionísio, E., & Neves, H. G. (1981). *Comunicação social e jornalismo* (Vol. 2: Os media escritos). Lisboa: A Regra do Jogo.
- Santos, J. R. (1992). *Comunicação*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Saperas, E. (2000). *Os efeitos cognitivos da comunicação de massas* (2ª ed.). Porto: Edições ASA.

- Serra, A. O. (2012). *A comunicação social e a actividade policial: As notícias televisivas dos grandes eventos de cariz político*. (Dissertação de Mestrado, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Serra, J. P. (2007). *Manual de teoria da comunicação*. Covilhã: Livros Labcom.
- Shaw, E. F. (1979). Agenda-setting and mass communication theory. *International Communication Gazette*, 25, 96-105.
- Silva, M. P. (2002). *Contributos para uma história das agências noticiosas portuguesas*. Trabalho para o Seminário de História dos Média, Mestrado em Comunicação e Jornalismo, Universidade da Beira Interior, Covilhã.
- Sousa, J. P. (2004). *Construindo uma teoria multifactorial da notícia como uma teoria do jornalismo*. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-multifactorial-jornalismo.pdf>
- Sousa, J. P. (2006). *Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e dos media* (2ª ed.). Porto. Retirado de <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-elementos-teoria-pequisa-comunicacao-media.pdf>
- Tidmarch, C. M., Hyman, L. J., & Sorkin, J. E. (1984). Press issue agendas in the 1982 congressional and gubernatorial election campaigns. *The Journal of Politics*, 46(4), 1226-1242.
- Traquina, N. (1993). As notícias. In N. Traquina (Org.), *Jornalismo: Questões, teorias e "estórias"* (pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- Traquina, N. (2002). *O que é jornalismo?* Lisboa: Quimera.
- Troldahl, V. C. (1966). A field test of modified "two-step flow of communication" model. *Public Opinion Quarterly*, 30(4), 609-623.
- Tuchman, G. (2002). The production of news. In K. B. Jensen (Ed.), *A handbook of media and communication research: Qualitative and quantitative methodologies* (pp. 78-90). London: Routledge.
- Turner, J. (2007). The messenger overwhelming the message: Ideological cues and perceptions of bias in television. *Political Behaviour*, 29, 441-464.
- Uscinski, J. E. (2009). When does the public's issue agenda affect the media's issue agenda (and vice-versa)? Developing a framework for media-public influence. *Social Science Quarterly*, 90(4), 796-815.
- Vala, J. (1986). A análise de conteúdo. In A. S. Silva, & J. M. Pinto (Orgs.), *Metodologia das ciências sociais* (pp. 101-128). Porto: Edições Afrontamento.

- Valente, M. M. G. (2012). *Os desafios emergentes de uma polícia de um estado de direito democrático*. (Lição Inaugural, não publicada). Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna, Lisboa.
- Veiga, J. C. (1992). *Introdução ao estudo da comunicação social*. Porto: Fundação Fernando Pessoa.
- Waddington, D. (2012). *Policing public disorder: Theory and practice*. Devon: Routledge.
- Weimann, G., Tustin, D. H., Vuuren, D. V., & Joubert, J. P. R. (2007). Looking for opinion leaders: Traditional vs. modern measures in traditional societies. *International Journal of Public Opinion Research*, 19(2), 173-190.
- White, D. M. (1950). The "gate keeper": A case study in the selection of news. *Journalism Quarterly*, 27(4), 383-390.
- Wolf, Mauro. (2009). *Teorias da comunicação* (10ª ed.). Lisboa: Presença.

ANEXOS

ANEXO 1. Aparecimento e chegada das agências noticiosas a Portugal

No século XIX a imprensa passou por grandes transformações na Europa e nos Estados Unidos da América (Crato, 1992). Viveu-se um período próspero quanto aos progressos técnicos e científicos, nomeadamente ao nível das técnicas de impressão, marcando assim o aparecimento da comunicação social como indústria.

A invenção do telégrafo aéreo, e posteriormente do telégrafo elétrico em 1832 por Samuel Morse, permitiu exponenciar a velocidade com que a informação circulava, alterando por completo o modo de produção das notícias (Bielsa, 2008). A partir desse momento a noção de distância alterou-se, a rapidez e a urgência tornam-se, daí em diante, "condições essenciais e indissociáveis da circulação de informação" (Silva, 2002, p. 4).

Segundo Breton e Proulx (1997, p. 79), se "o século XIX tinha sido o século da imprensa escrita, o século XX seria o da comunicação em todos os sentidos". Foi impossível qualquer homem ficar indiferente às alterações no mundo da transmissão das mensagens. O mundo abriu portas ao conhecimento, a informação já não era monopolizada pelas elites e, se os caracteres móveis de Gutenberg permitiram a divulgação do conhecimento pelo mundo (Anselmo, 1981), o telégrafo elétrico também o fez, mas a uma velocidade muito mais alucinante. A partir do momento em que o telégrafo se espalhou pelo mundo, criando condições para comunicações ao nível mundial, estavam criadas as condições ideais para o aparecimento das primeiras agências noticiosas (Bielsa, 2008).

Com o surgimento das primeiras agências nasce ainda a noção de que os jornais já não se limitam a relatar assuntos económicos, políticos e sociais. A informação apresentada nas notícias começa a aduzir novos factos, as histórias de crimes, os escândalos, enfim, todo o tipo de notícias que o homem médio gosta de ler simplesmente pelo facto de serem interessantes ou divertidas (Crato, 1992).

A primeira agência de notícias surgiu em França em 1835 fundada por Charles Havas, denominada Agência *Havas* que, posteriormente, deu origem à *France-Presse* (Silva, 2002). Mais tarde, dois colaboradores de *Havas* fundaram a Agência *Wolff* na Alemanha (1848) e a Agência *Reuters* em Inglaterra (1851). A *Associated Press* inicia também a sua atividade no ano de 1848 nos Estados Unidos da América. Segundo Havas, nenhum jornal, por si só, teria capacidade para manter uma rede suficientemente complexa que conseguisse ter correspondentes em todos os locais considerados de relevância ao nível da pesquisa de informação. A principal ideia da agência noticiosa seria criar uma rede de correspondentes de tal forma complexa que conseguisse alimentar as necessidades de informação de um vasto leque de redações. Desta forma,

poderia vender os seus despachos informativos e garantir o suporte das despesas da rede pelos seus clientes (Crato, 1992).

Em Portugal, é no ano de 1866 que há contacto com agências noticiosas pela primeira vez. Segundo Silva (2002) terá sido a 10 de março desse ano que o Diário de Notícias fez a sua primeira referência aos despachos informativos da Agência *Havas*. Este jornal publicou uma nota referindo o enorme esforço que estava a ser feito para trazer aos seus leitores a atualidade de todos os acontecimentos europeus. O objetivo da contratação deste serviço era, segundo a nota publicada pelo jornal, tornar as notícias mais interessantes (Pereira, in Silva, 2002).

Portugal entra numa ditadura no ano de 1926, com o golpe militar de 28 de maio. Este regime perdurou quase por meio século e, para a imprensa, as consequências foram desmedidas, desde logo com a perda da liberdade de expressão e de publicação devido à instauração da censura (Franco, 1993; Silva, 2002). Relativamente às agências noticiosas, nesta altura, a única a laborar em Portugal era a *Havas*, isto devido a um acordo existente entre as diversas agências referidas que dividiram entre si o direito de distribuição de notícias pelas várias regiões do mundo.

Perante o regime político a vigorar em Portugal, seria de esperar que o Governo pretendesse deter o monopólio da informação podendo, dessa forma, promover um pensamento único e propagandear os ideais do regime. No entanto, tal não aconteceu, nunca foi criada uma agência de notícias nacional diretamente ligada ao Estado, que funcionasse unicamente como organismo de propaganda (Silva, 2002). Ao invés, a Agência *Havas* perdeu o monopólio da distribuição noticiosa em território nacional e o mercado nacional abriu-se a outras agências de notícias. Contudo, tal alteração não implicou um aumento da informação acessível à população, uma vez que a censura continuou a cumprir a tarefa para a qual foi criada.

ANEXO 2. As agências noticiosas portuguesas

O aparecimento das agências noticiosas portuguesas só acontece praticamente a meio do século XX. Luís Caldeira Lupi, jornalista em Portugal correspondente das agências *Reuters* e *Associated Press*, sentia-se descontente com as notícias difundidas nos jornais das colónias portuguesas, uma vez que a informação por eles utilizada era fornecida por agências noticiosas estrangeiras (Silva, 2002).

Por essa razão, na década de 1930, Lupi começa a planear a criação da primeira agência noticiosa portuguesa, a Agência Lusitânia. Este jornalista pretendia criar um serviço que permitisse que os portugueses, onde quer que estivessem, fossem informados relativamente aos factos ocorridos com outros portugueses, fossem ou não os factos afortunados (Fonseca, in Silva, 2002). No entanto, o Estado português, imbuído num regime ditatorial, não compreendeu as vantagens desse serviço. Mesmo assim, após vários anos de negociação com o Governo português, Luís Lupi consegue que a Agência Lusitânia inicie atividade em 1944 (Silva, 2002).

A Agência Lusitânia manteve-se dividida entre duas missões totalmente ambíguas: informar e fazer propaganda (Silva, 2002). Esta agência estava dependente do poder político, prossequindo vetores orientados para a propaganda política e não somente para a divulgação de informação.

No ano de 1947 é fundada em Portugal a Agência de Notícias e Informação (ANI), sendo a primeira agência de notícias portuguesa a merecer esse mesmo título. Com o seu aparecimento a Lusitânia perde a liderança no domínio da informação. Apontam-se vários fatores que contribuíram para a ascensão da ANI: a qualidade da sua equipa de jornalistas; maior credibilidade junto dos OCS por ser mais liberal do que a Lusitânia, esta que estava mais ligada ao regime; o aumento do volume de informação difundida para os OCS das colónias e para os portugueses com o início da guerra colonial, já a Lusitânia contestou essa atitude; o facto de receber colaboração de agências estrangeiras e internacionais para a prossecução dos seus objetivos, enquanto a Lusitânia não detinha poder económico para contratar serviços de outras agências (Silva, 2002).

Após a Revolução de 25 de abril de 1974 há necessidade de banir todas as relações com o anterior regime. As agências noticiosas não foram exceção e, logo em 1974, a Agência Lusitânia foi extinta, tendo seguido o mesmo caminho a ANI no ano de 1975 após ser adquirida pelo Estado apenas com o intuito de a dissolver (Agee & Traquina, 1993; Decreto-Lei n.º 330/75, de 1 de julho; Silva, 2002). Foi entretanto criada uma nova agência constituída pelo Governo, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP) (Agee & Traquina, 1993). Os governantes reconheceram a importância de uma agência

de notícias num momento tão sensível, em que era necessário consolidar o espírito democrático numa população fragilizada pelos quase 50 anos de regime ditatorial.

Embora a ANOP fosse uma empresa pública, os seus estatutos proclamavam a sua independência para com o Governo e a Administração Pública (Lei n.º 19/78, de 11 de abril). No entanto, o Conselho de Gerência, órgão da ANOP (Lei n.º 19/78, de 11 de abril), era nomeado pelo Conselho de Ministros e, sempre que mudava o Governo, mudavam também os membros desse conselho (Silva, 2002). Desta forma, a independência nunca foi alcançada, sendo a história da ANOP escrita sob incertezas constantes que resultavam da instabilidade existente nos órgãos dirigentes.

A ANOP possuía uma vasta rede de delegações e correspondentes, tanto dentro do território nacional, com cerca de 80 por cento dos jornalistas a laborar em Lisboa (Agee & Traquina, 1993), como fora, mantendo uma rede de colaboradores nas principais capitais do mundo (Silva, 2002). Esta agência difundia em quatro línguas distintas: português, francês, inglês e espanhol (Rodrigues, 1994). No contexto dos OCS portugueses a ANOP era a principal fonte de informações, representando 60 por cento da informação difundida (Alfaia, in Silva, 2002). A ANOP acabou por ganhar grande poder quanto à definição da agenda, quase monopolizando a informação difundida pelos outros OCS.

Na década de 1980 a ANOP começa a apresentar dificuldades financeiras e denota-se uma ineficiência na continuidade da sua expansão. A Agência Noticiosa Portuguesa tinha alcançado o auge financeiro e agora, diante de uma crise financeira nacional, encontrava-se em grandes dificuldades e sem o apoio do Governo. Este sentiu necessidade de averiguar o que estava a acontecer com a ANOP e analisou vários trabalhos elaborados pelo conselho de gerência e pelos diretores da agência. Foram várias as falhas encontradas pelo Governo, desde logo a dependência direta que existia entre a agência e aquele, dificultando a relação com os utentes na prossecução dos objetivos da empresa pública. O quadro de pessoal foi considerado "empolado" e "distorcido", havendo 261 trabalhadores dos quais 62 se encontravam em cargos de chefia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 133/82, de 14 de agosto).

Segundo Silva (2002), em 1982 o Governo decide extinguir a Agência Noticiosa Portuguesa e apoiar a criação de uma nova agência de base cooperativista. Ainda hoje não são perceptíveis os verdadeiros motivos que levaram à decisão de encerrar a ANOP e à formação de uma nova agência, ainda mais quando a ANOP continuou a laborar durante vários anos.

A partir do momento que há notícia de que a ANOP possivelmente seria extinta, várias empresas ligadas ao ramo da comunicação social apresentam a sua intenção de criar uma nova agência noticiosa de base cooperativista, a *Porpress* (Silva, 2002).

Contudo, a dúvida relativamente ao que o Governo pretendia do futuro da ANOP mantinha-se e gerou-se alguma especulação na praça pública. Teria Portugal uma ou mais agências noticiosas? Era a pergunta para a qual não havia resposta, nem sequer da parte do Governo. A sua intenção era extinguir a ANOP, no entanto, essa medida, incluída na Resolução n.º 133/82, de 14 de agosto, não foi aceite por Ramalho Eanes, Presidente da República no momento, visto não ter promulgado o decreto de extinção da ANOP (Agee & Traquina, 1993).

Num momento de dúvida sobre as Agências Noticiosas em Portugal, nasce a *Notícias de Portugal, Cooperativa e Utentes de Serviços de Informação, C.R.L.* (NP) que coexistiu com a ANOP, mas nunca por vontade do Governo. Um dos principais argumentos dos governantes para a extinção da ANOP foi o excessivo esforço financeiro necessário. No entanto, agora encontrava-se a financiar duas agências de notícias, a antiga ANOP e a nova NP. A decisão de extinção da ANOP acabou por ser vetada pelo Presidente da República, mas já bastante tarde, tendo a agência alcançado um estado financeiro e de qualidade dos serviços tão negativo que a impediram de voltar ao mercado de concorrência da forma desejável. Perante os factos, o conselho de gerência da ANOP só teve uma opção, proceder a um despedimento massivo, afetando a maior parte dos seus funcionários.

Com a mudança de Governo em 1983, agora liderado por Mário Soares, são apresentadas novas soluções para as duas agências noticiosas. Inicialmente o Governo pretendia resolver este problema fundindo as duas agências, no entanto, a ANOP e a NP estavam em desacordo, a primeira a favor da fusão e a segunda contra. Impossibilitado de fundir as agências noticiosas, o Governo decide-se pela sua coexistência (Resolução do Conselho de Ministros n.º 20/84, de 26 de março). O objetivo principal seria não aumentar a despesa com as agências noticiosas, verificando-se tal esforço improfícuo já que a ANOP não se mostrou sustentável ao ponto de garantir a sua subsistência sem o apoio suplementar do Estado (Silva, 2002).

No ano de 1986 o Governo do Professor Cavaco de Silva e as agências noticiosas chegam finalmente a um acordo. As três partes envolvidas no processo compreendem que a opção de continuar com dois serviços de agências noticiosas a serem subsidiados pelo Estado é inoportuna, optando os responsáveis por assinar um protocolo que inclui a "extinção da ANOP e a alteração da personalidade jurídica da NP" (Silva, 2002, pp. 36-37). Neste momento é criada uma única agência de notícias estabelecida numa base cooperativa de utilidade pública, ficando definido que terá total autonomia, económica e financeira, de forma a garantir independência do poder público. A nova e única agência de notícias existente em Portugal denomina-se *Agência Lusa de Informação*.

ANEXO 3. Notícias que constituem o *corpus*

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
1	Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)	10-02-2012	16:52	Lisboa: Manifestação da CGTP-In vai provocar condicionamentos nas zonas da baixa e ribeirinha, alerta PSP	13790133
2	Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)	10-02-2012	17:42	Manifestação da CGTP-In vai provocar condicionamentos na baixa de Lisboa	13790561
3	Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)	11-02-2012	07:15	CGTP/Manif: "Centenas de autocarros" preparam deslocação a Lisboa - Arménio Carlos	13791069
4	Manifestação da CGTP (11 de fevereiro)	11-02-2012	07:15	"Centenas de autocarros" preparam deslocação a Lisboa - Arménio Carlos	13792481
5	Greve Geral (22 de março)	19-03-2012	19:58	Greve geral: Sindicatos de Coimbra e PSP colaboram para evitar anomalias na cidade	14011239
6	Greve Geral (22 de março)	21-03-2012	12:39	Greve Geral: PSP com operação preparada para eventuais conflitos	14019809
7	Greve Geral (22 de março)	21-03-2012	17:31	Greve Geral/Lisboa: PSP prevê condicionamentos ao trânsito entre o Marquês, Rossio e S.Bento	14022194
8	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	08:57	Greve Geral: PSP foi chamada a intervir em estações da STCP no Porto para permitir saída de autocarros, sindicato	14025450
9	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	09:12	PSP foi chamada a intervir em estações da STCP no Porto para permitir saída de autocarros	14025562
10	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	11:07	Greve geral: PSP registou hoje maior afluência de trânsito nos acessos a Lisboa	14025887
11	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	16:38	Greve geral: 150 manifestantes, alguns da Plataforma 15 Outubro, atiram ovos a instituições bancárias	14028330
12	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	16:45	150 manifestantes, alguns da Plataforma 15 Outubro, atiram ovos a instituições bancárias	14028384
13	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	17:19	Greve geral/Porto: Manifestantes agredidos pela polícia, PSP diz não ter registo de agressões	14028530
14	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	17:17	Greve geral: Confrontos entre polícia e manifestantes no Largo do Chiado com feridos ligeiros	14028625
15	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	17:24	Confrontos entre polícia e manifestantes no Largo do Chiado com feridos ligeiros	14028675
16	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	17:39	SMS: Confrontos entre polícia e manifestantes no Largo do Chiado com feridos ligeiros	14028721
17	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	18:22	Greve geral/Porto: Manifestantes responsabilizam "polícias à paisana" por incidentes frente à Reitoria	14028798
18	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	18:14	Greve geral: Manifestantes atiram ovos a bancos e envolvem-se em confrontos com PSP	14028846
19	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	19:40	Greve Geral: Um detido e três feridos nos confrontos com PSP em manifestação em Lisboa	14029562
20	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	20:01	Greve geral: Direção de Informação da Lusa protesta contra agressão de fotógrafo pela PSP	14029618

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
21	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	19:48	Um detido e três feridos nos confrontos com PSP em manifestação em Lisboa	14029619
22	Greve Geral (22 de março)	22-03-2012	22:57	Greve geral: PSP averigua incidentes com jornalistas para "verificar legalidade" dos atos fotografados	14030404
23	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	02:13	PSP averigua incidentes com jornalistas em manifestação em Lisboa para "verificar legalidade dos atos"	14030836
24	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	09:35	Greve geral: SJ quer inquérito "rigoroso" da IGAI e explicações do MAI por agressões a fotojornalistas	14031578
25	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	09:51	Greve Geral: Identificação de jornalistas pode transformá-los em alvos a abater - SJ (C/ÁUDIO)	14031697
26	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	12:30	Greve geral: BE chama ministro da Administração Interna ao Parlamento para explicar agressões a jornalistas	14032775
27	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	12:40	BE chama ministro da Administração Interna ao Parlamento para explicar agressões a jornalistas	14032814
28	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	13:06	Greve geral: Ministério de Miguel Macedo lamenta incidentes com jornalistas, IGAI abre processo de averiguações	14033002
29	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	13:11	Ministério de Miguel Macedo lamenta incidentes com jornalistas, IGAI abre processo de averiguações	14033043
30	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	13:17	Greve geral: BE quer que ministro Miguel Macedo explique "violência gratuita" e "desproporcionada" sobre manifestantes e jornalistas (C/ÁUDIO)	14033052
31	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	14:15	Greve Geral: Bastonário dos Advogados acusa a polícia de "continuar com tiques da ditadura"	14033386
32	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	15:06	Greve Geral: PS questiona ministro da Administração Interna sobre agressões policiais	14033783
33	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	17:52	Greve Geral: PSP quer "perceber o que se passou" na agressão a jornalistas	14034729
34	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	18:20	PSP quer "perceber o que se passou" na agressão a jornalistas na manifestação do Chiado	14035014
35	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	18:55	Greve geral: Amnistia Internacional condena incidentes e quer rápido apuramento da atuação da PSP	14035075
36	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	18:55	Greve geral: Plataforma 15 de outubro acusa Governo de querer criminalizar movimentos sociais em Portugal	14035169
37	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	19:56	Greve geral: PS espera que Governo apure responsabilidades dos incidentes com jornalistas – Alberto Martins (C/ÁUDIO)	14035427
38	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	20:32	Greve geral: Manifestantes atiram punhados de pétalas de rosas a polícias junto ao MAI (C/FOTOS)	14035608
39	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	20:35	Manifestantes atiram punhados de pétalas de rosas a polícias junto ao MAI	14035627
40	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	23:41	Greve geral: PSP abre inquérito e auditoria sobre atuação policial	14036252

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
41	Greve Geral (22 de março)	23-03-2012	23:59	Greve geral: MRPP diz que "repressão policial" não é "facto excecional"	14036303
42	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	00:17	PSP abre inquérito e auditoria sobre atuação policial na manifestação de Lisboa	14036347
43	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	13:48	Greve Geral: Partido da Terra exige pedido de desculpas "urgente" após "carga policial" em manifestação	14037860
44	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	16:02	Greve geral: Estudantes da crise académica de 1962 aprovam moção contra "violência policial"	14038401
45	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	16:21	Estudantes da crise académica de 1962 aprovam moção contra "violência policial"	14038553
46	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	16:39	Greve geral: Estudantes da crise académica de 1962 aprovam moção contra "violência policial"	14038613
47	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	17:19	Greve Geral: Miguel Macedo lamenta "situação dos jornalistas" e distingue protesto do Chiado de manifestações da CGTP	14038829
48	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	17:29	MAI lamenta "situação dos jornalistas" e distingue protesto do Chiado de manifestações da CGTP	14038911
49	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	17:59	Greve geral: Sindicato vai transmitir a Miguel Macedo preocupação com "escalada de violência contra jornalistas"	14038958
50	Greve Geral (22 de março)	24-03-2012	18:08	Sindicato vai transmitir a Miguel Macedo preocupação com "escalada de violência contra jornalistas"	14039054
51	Greve Geral (22 de março)	26-03-2012	13:15	PR: Cavaco defende necessidade de "saber bem tudo" o que aconteceu nos "distúrbios" no Chiado	14047156
52	Greve Geral (22 de março)	26-03-2012	13:19	Cavaco defende necessidade de "saber bem tudo" o que aconteceu nos "distúrbios" no Chiado	14047185
53	Greve Geral (22 de março)	26-03-2012	17:17	Greve geral: Seguro diz que não gostou de ver imagens dos confrontos entre polícias e manifestantes	14048691
54	Greve Geral (22 de março)	28-03-2012	13:30	Media: MAI promove encontros da polícia com jornalistas para evitar incidentes em manifestações	14059679
55	Greve Geral (22 de março)	28-03-2012	13:14	AR: PSD pediu "clarificação" ao conselho de fiscalização das secretas sobre relatório com cenários para greve geral	14059794
56	Greve Geral (22 de março)	28-03-2012	13:47	MAI promove encontros da polícia com jornalistas para evitar incidentes em manifestações	14060061
57	Greve Geral (22 de março)	30-03-2012	14:25	Greve Geral: Estivador que terá provocado carga policial foi hoje absolvido pelo Tribunal - PSP	14073588
58	Greve Geral (22 de março)	01-04-2012	17:00	Greve geral: MAI recebe na 2ª feira relatório das averiguações aos incidentes do Chiado (C/ ÁUDIO)	14083866
59	Greve Geral (22 de março)	01-04-2012	17:13	MAI recebe na 2ª feira relatório das averiguações aos incidentes do Chiado	14084023
60	Greve Geral (22 de março)	02-04-2012	21:02	Lisboa: Dezenas pintam cartazes no Chiado contra repressão policial	14089962
61	Greve Geral (22 de março)	02-04-2012	21:07	Dezenas pintam cartazes no Chiado contra repressão policial	14090197
62	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	06:11	Segurança: Miguel Macedo explica hoje no Parlamento atuação policial no Chiado	14095277

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
63	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	06:11	Miguel Macedo explica hoje no Parlamento atuação policial no Chiado	14095399
64	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	15:12	Segurança: MAI abre processo disciplinar e inquérito sobre agressões a jornalistas(ATUALIZADA)	14099701
65	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	15:15	Segurança: MAI abre processo disciplinar e inquérito sobre agressões a jornalistas	14099734
66	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	15:41	Segurança: Reação da polícia foi "adequada" e jornalistas não estavam visivelmente identificados - IGAI	14099896
67	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	15:49	Reação da polícia foi "adequada" e jornalistas não estavam visivelmente identificados - IGAI	14099963
68	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	16:09	Segurança: Reação da polícia foi "adequada" e jornalistas...(ATUALIZADA)	14100048
69	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	17:07	Segurança: Inquérito permitirá "apurar a verdade", diz presidente da ASPP (C/ÁUDIO)	14100477
70	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	17:13	Inquérito permitirá "apurar a verdade", diz presidente da ASPP	14100576
71	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	19:33	Segurança: Abrir inquéritos é "desautorizar forças de segurança" , diz presidente do SPP/PSP	14101457
72	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	19:52	Segurança: Intervenção da PSP na manifestação foi "legítima" - Miguel Macedo	14101590
73	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	20:01	Intervenção da PSP na manifestação foi "legítima" - Miguel Macedo	14101679
74	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	20:03	SMS: Segurança: Intervenção da PSP na manifestação foi "legítima" - Miguel Macedo	14101698
75	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	20:17	Segurança: Presidente do Sindicato dos Jornalistas quer julgamento de polícias envolvidos (C/ÁUDIO)	14101709
76	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	20:48	Presidente do Sindicato dos Jornalistas quer julgamento de polícias envolvidos nos confrontos	14101946
77	Greve Geral (22 de março)	04-04-2012	21:48	Segurança: Intervenção da PSP na manifestação...(ATUALIZADA)	14102111
78	Greve Geral (22 de março)	11-04-2012	20:58	Segurança: PSP admite que subavaliou ameaça de dois grupos na manifestação de 22 de março	14134973
79	Greve Geral (22 de março)	11-04-2012	21:27	PSP admite que subavaliou ameaça de dois grupos na manifestação de 22 de março	14135295
80	Greve Geral (22 de março)	14-07-2012	18:09	PSP: Agressões a manifestantes no Chiado resultam em dois processos disciplinares	14657899
81	Greve Geral (22 de março)	14-07-2012	18:30	Agressões da PSP a manifestantes no Chiado resultam em dois processos disciplinares	14657937
82	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	13-09-2012	16:17	Austeridade: Manifestações marcadas para mais de 20 cidades	14981345
83	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	06:12	Crise/protestos: Manifestações convocadas para 40 cidades, esperadas mais de 50 mil pessoas em Lisboa	14988684
84	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	06:12	Manifestações convocadas para 40 cidades, esperadas mais de 50 mil pessoas em Lisboa	14989574
85	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	14-09-2012	22:30	Crise/Protestos: "Manif" de sábado em Lisboa obriga a condicionamentos de trânsito	14989580

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
86	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	14:03	Crise/Protestos: PSP no Porto com especial atenção a transportes públicos e locais de concentração	14991494
87	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	14:49	PSP no Porto com especial atenção a transportes públicos e locais de concentração	14991703
88	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	17:36	Manifestantes de Lisboa começaram a partir em direção à Praça de Espanha	14992461
89	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	18:21	Crise/Protestos: Manifestantes de Lisboa começaram a chegar à Praça de Espanha às 18:00	14992646
90	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	18:24	Crise/Protestos: Uma pessoa detida em Lisboa junto aos escritórios do FMI (C/VÍDEO)	14992693
91	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	18:29	Uma pessoa detida em Lisboa junto aos escritórios do FMI	14992713
92	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	19:32	Crise/Protestos: De Braga a Portimão, milhares manifestaram-se por todo o país	14992748
93	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	19:40	De Braga a Portimão, milhares manifestaram-se por todo o país	14993031
94	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:00	Crise/Protestos: Organização fala em 50 mil pessoas na manifestação no Porto	14993067
95	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	19:51	Crise/Protestos: De Braga a Portimão, milhares manifestaram-se... (ATUALIZADA)	14993077
96	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:32	Crise/Protestos: Centenas de manifestantes concentrados em frente ao Parlamento	14993138
97	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:29	Crise/Protestos: Um detido e um imolado entre milhares que se manifestaram em todo o país (SÍNTESE)	14993255
98	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:45	Centenas de manifestantes concentrados em frente ao Parlamento	14993326
99	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:52	Crise/Protestos: Centenas de manifestantes concentrados em frente ao Parlamento (ATUALIZADA)	14993349
100	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	21:33	Crise/Protestos: Detido em frente ao FMI foi identificado e material explosivo apreendido - PSP	14993365
101	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	20:47	Um detido e um imolado entre milhares que se manifestaram em todo o país	14993376
102	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	21:20	Crise/Protestos: Manifestantes sentados no chão cortam Avenida dos Aliados, no Porto (C/ VIDEO)	14993466
103	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	21:28	Crise/Protestos: Rebentam petardos em frente à Assembleia da República	14993491
104	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	21:38	Rebentam petardos em frente à Assembleia da República	14993559
105	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	23:17	Crise/Protestos: Três detidos em Lisboa em frente ao parlamento	14993571
106	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	22:03	Crise/Protestos: Manifestantes sentados no chão cortam... (ATUALIZADA)	14993584
107	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	21:42	Detido em frente ao FMI foi identificado e material explosivo apreendido - PSP	14993597
108	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	15-09-2012	23:38	Três detidos em Lisboa em frente ao parlamento	14993940

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
109	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	00:26	Crise/Protestos: Tensão mantém-se, manifestantes desmobilizam lentamente (C/FOTO)	14993979
110	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	00:33	Tensão mantém-se, manifestantes desmobilizam lentamente	14994011
111	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	00:53	Crise/Protestos: Tensão mantém-se, manifestantes desmobilizam... (ATUALIZADA)	14994042
112	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	02:03	Crise/Protestos: Manifestantes abandonam pacificamente corte da Avenida dos Aliados no Porto	14994133
113	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	02:13	Crise/Protestos: Polícia abandonou Parlamento quando apenas 20 manifestantes se mantinham no local	14994150
114	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	02:22	Polícia abandonou Parlamento quando apenas 20 manifestantes se mantinham no local	14994156
115	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	03:29	Crise/Protesto: Quatro pessoas detidas e um jornalista ferido nas manifestações em todo o país - PSP	14994212
116	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	03:33	Quatro pessoas detidas e um jornalista ferido nas manifestações em todo o país - PSP	14994214
117	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	18:02	Crise/Protestos: Dois detidos junto ao Parlamento ficam presos até irem a tribunal	14996355
118	Que se lixe a troika! (...) (15 de setembro)	16-09-2012	18:07	Dois detidos junto ao Parlamento ficam presos até irem a tribunal	14996436
119	Terreiro do Povo (29 de setembro)	28-09-2012	16:42	Crise/Protestos: Manifestação da CGTP condiciona trânsito em várias ruas de Lisboa	15060029
120	Terreiro do Povo (29 de setembro)	29-09-2012	15:35	Crise/Protesto: Polícia protege entradas dos ministérios no Terreiro do Paço	15064646
121	Terreiro do Povo (29 de setembro)	29-09-2012	18:47	Crise/Protestos: Centenas de manifestantes concentrados em frente à Assembleia da República	15065752
122	Terreiro do Povo (29 de setembro)	29-09-2012	19:07	Centenas de manifestantes concentrados em frente à Assembleia da República	15065832
123	Terreiro do Povo (29 de setembro)	29-09-2012	23:23	Crise/Protestos: Nove pessoas mantêm-se frente ao parlamento, trânsito normalizado - PSP	15066920
124	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	13-11-2012	08:00	Greve geral: Movimentos sociais e estivadores juntam-se à manifestação da CGTP em Lisboa	15293162
125	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	13-11-2012	08:07	Greve geral: Movimentos sociais e estivadores juntam-se à manifestação da CGTP em Lisboa	15293405
126	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	07:31	Greve geral: CGTP acusa Governo de nervosismo e de intimidar trabalhadores com polícia de choque	15300129
127	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	08:44	Greve Geral: Sindicato indica adesão total entre os motoristas da STCP	15300443
128	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	08:53	CGTP acusa Governo de nervosismo e de intimidar trabalhadores com polícia de choque	15300494
129	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	09:13	Greve Geral: PSP deteve um grevista por agressão a agente da polícia (C/ ÁUDIO)	15300504
130	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	10:47	Greve Geral: "Pessoas estranhas" à STCP impediram autocarros de sair das estações de recolha	15301061
131	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	11:09	Greve Geral: "Pessoas estranhas" à STCP impediram autocarros de sair das estações de recolha	15301302

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
132	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	14:19	Greve geral/Madeira: Momentos de tensão na residência oficial de João Jardim obrigam... (ATUALIZADA)	15302284
133	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	14:11	Greve geral: Primeiro-ministro escusa-se a entrar em "guerra de números" (C/ÁUDIO e FOTO)	15302487
134	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	14:32	Greve geral: Centenas de pessoas na manifestação dos estivadores, petardos lançados	15302641
135	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	15:22	Greve geral: Milhares de pessoas em desfile de protesto até à Assembleia da República	15302982
136	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	15:30	Greve geral: Milhares de pessoas em desfile de protesto até à Assembleia da República	15303057
137	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	16:05	Greve geral: Manifestação chegou à Assembleia da República pelas 15:30	15303251
138	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	16:08	Greve geral: Manifestação chegou à Assembleia da República pelas 15:30	15303332
139	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	16:42	"Esta é uma das maiores greves gerais de sempre" – Arménio Carlos	15303450
140	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	16:58	"Esta é uma das maiores greves gerais de sempre" – Arménio Carlos	15303721
141	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	17:07	Greve geral: Manifestantes derrubam grades de proteção e atiram balões com tinta à polícia	15303790
142	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	17:22	Greve geral: Manifestantes derrubam grades de proteção e atiram balões com tinta à polícia	15303839
143	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	17:17	Manifestantes derrubam grades de proteção à frente da Assembleia	15303859
144	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	17:52	Greve geral: Polícias junto ao parlamento alvo de chuva de pedras	15304086
145	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	17:55	Polícias junto ao parlamento alvo de chuva de pedras	15304133
146	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	18:26	URGENTE: Greve geral: Carga policial contra manifestantes junto ao parlamento	15304308
147	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	18:29	Carga policial contra manifestantes junto ao parlamento em dia de Greve Geral	15304364
148	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	18:52	Greve geral: Carga policial contra manifestantes junto ao parlamento (ATUALIZADA)	15304375
149	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:01	PSP pede a agentes que fiquem mais tempo nas esquadras por prevenção - ASPP/PSP	15304501
150	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:09	PSP pede a agentes que fiquem mais tempo nas esquadras por prevenção - ASPP/PSP	15304675
151	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:22	Greve Geral: Primeiro-ministro não viu imagens e não fala por enquanto sobre carga policial (C/ ÁUDIO)	15304676
152	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	14:42	Amnistia Internacional condena carga policial e pede inquérito a Governo	15304754
153	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:24	URGENTE: Greve geral: Polícia faz meia dúzia de disparos na rua D. Carlos I	15304757
154	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:27	Primeiro-ministro não viu imagens e não fala por enquanto sobre carga policial	15304792

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
155	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:29	Polícia faz meia dúzia de disparos na rua D. Carlos I	15304817
156	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:47	SÍNTESE/Greve Geral: Milhares participam num protesto contra a austeridade com desfecho violento	15304846
157	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:44	Greve geral: Polícia faz meia dúzia de disparos na avenida D. Carlos I	15304879
158	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:11	Greve Geral: Resposta da PSP foi proporcional para controlar grupos organizados - OSCOT (C/ÁUDIO)	15304992
159	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	20:19	Greve Geral: Quinze manifestantes identificados no Cais do Sodré após nova carga policial	15305008
160	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	19:59	Arménio Carlos considera "lamentáveis" confrontos junto ao parlamento	15305017
161	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	20:38	Greve geral: Governo lamenta incidentes, sem relação com CGTP	15305307
162	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	20:42	Governo lamenta incidentes junto ao Parlamento, sem relação com CGTP	15305329
163	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:26	Greve geral: "Desacatos provocados por profissionais da desordem e da provocação" - MAI (C/ ÁUDIO)	15305577
164	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:24	Greve geral: Sete detidos e 48 feridos nos incidentes junto ao parlamento	15305612
165	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:19	Resposta da PSP foi proporcional para controlar grupos organizados - OSCOT	15305637
166	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:27	Sete detidos e 48 feridos nos incidentes junto ao parlamento	15305681
167	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	21:42	Greve geral: "Desacatos provocados por profissionais da desordem e da provocação" - MAI	15305777
168	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	22:23	Greve Geral: Escadas do parlamento e ruas circundantes ostentam marcas de confrontos	15305841
169	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	14-11-2012	23:59	Greve Geral: PSP terminou pelas 23:15 com policiamento junto à AR	15306264
170	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	00:27	Greve geral: PSP deteve sete adultos por distúrbios e identificou mais 20 pessoas	15306327
171	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	10:34	Cavaco Silva condena desacatos e louva "profissionalismo" da polícia (C/áudio)	15308022
172	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	10:45	Cavaco Silva condena desacatos e louva "profissionalismo" da polícia	15308061
173	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	10:49	Greve geral: Cavaco Silva condena desacatos e louva "profissionalismo"... (C/ÁUDIO) (ATUALIZADA)	15308114
174	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	11:02	SMS: Cavaco Silva condena desacatos e louva "profissionalismo" da polícia	15308206
175	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	13:21	Passos expressa "sentimento nacional" de "repúdio pela violência" e reconhecimento pela atuação da polícia	15308859
176	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	13:42	Passos expressa "sentimento nacional" de repúdio pela violência e reconhecimento pela atuação da polícia	15309327
177	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	14:02	Passos expressa "sentimento nacional" de "repúdio pela violência" ... (ATUALIZADA) (C/ÁUDIO)	15309371

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
178	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	13:52	Confrontos junto ao parlamento resultaram em 9 detidos e 21 identificados - PSP	15309394
179	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	13:57	Seguro condena violência junto ao Parlamento e isenta de responsabilidades CGTP e PSP (C/ÁUDIO)	15309453
180	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	14:13	PCTP/MRPP acusa Polícia e Governo de atuação "fascista e provocatória"	15309585
181	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	14:32	Confrontos junto ao parlamento resultaram em 9 detidos e 21 identificados - PSP	15309725
182	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	15:23	Confrontos junto ao parlamento resultaram em 9 detidos...(ATUALIZADA) (C/VÍDEO E ÁUDIO)	15310066
183	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	16:31	Greve Geral: Igreja Católica critica desacatos e alerta que violência fragiliza as causas (C/ÁUDIO)	15310263
184	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	16:48	Detidos na manifestação em frente ao parlamento ainda não foram presentes a tribunal	15310428
185	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	17:12	PSD diz que atuação da polícia no Parlamento foi "impecável" (C/ÁUDIO)	15310920
186	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	17:22	PSD diz que atuação da polícia no Parlamento foi "impecável"	15311010
187	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	18:16	Advogado de jovens detidos acusa PSP de comportamento "inaceitável"	15311110
188	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	18:14	Acusação dos nove detidos na manifestação chegou ao tribunal às 16:00	15311217
189	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	18:22	CDS-PP felicita polícia por resistência "estoica" e ação proporcionada (C/ÁUDIO)	15311392
190	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	20:49	Marinho e Pinto denuncia obstáculos criados a advogados de detidos na manifestação (C/ÁUDIO)	15311723
191	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	20:45	Dois dos nove detidos na manifestação de quarta-feira vão a julgamento em processo comum	15311997
192	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	15-11-2012	21:03	Marinho e Pinto denuncia obstáculos criados a advogados de detidos na manifestação	15312182
193	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	16-11-2012	12:14	Detidos na manifestação de quarta-feira vão ser julgados em processo comum	15315090
194	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	16-11-2012	12:32	Detidos na manifestação de quarta-feira vão ser julgados em processo comum	15315279
195	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	16-11-2012	18:34	BE questiona Governo sobre detenções após carga policial de quarta-feira	15318101
196	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	20-11-2012	19:39	Movimentos sociais condenam "violência gratuita e indiscriminada" da polícia no dia 14	15338861
197	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	21-11-2012	21:49	REPORTAGEM: Foram pedras, foram velas no chão em frente à Assembleia da República (C/FOTO)	15346030
198	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	22-11-2012	19:25	A polícia não atuou "propositadamente" em tempo útil na manifestação de 14 de novembro - CGTP	15351013
199	Manifestação CGTP (27 de novembro)	25-11-2012	09:35	Sindicatos, movimentos sociais, agricultores e estivadores manifestam-se terça-feira junto à AR	15356777
200	Manifestação CGTP (27 de novembro)	25-11-2012	10:16	Sindicatos, movimentos sociais, agricultores e estivadores manifestam-se terça-feira junto à AR	15363370

Nº	Evento	Data	Hora	Título	ID
201	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	26-11-2012	17:52	As manifestações não são um problema de segurança, são um exercício de cidadania – Ministro	15370156
202	Manifestação CGTP (27 de novembro)	27-11-2012	06:15	OE2013: Várias manifestações previstas para hoje junto ao parlamento	15370223
203	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	26-11-2012	18:08	As manifestações não são um problema de segurança, são um exercício de cidadania – MAI	15370438
204	Manifestação CGTP (27 de novembro)	26-11-2012	19:31	CGTP prevê elevada participação na manifestação de terça-feira e diz que protesto não será violento	15370844
205	Manifestação CGTP (27 de novembro)	26-11-2012	19:40	CGTP prevê elevada participação na manifestação de terça-feira e diz que protesto não será violento	15370918
206	Manifestação CGTP (27 de novembro)	27-11-2012	06:15	OE2013: Várias manifestações previstas para hoje junto ao parlamento	15371469
207	Manifestação CGTP (27 de novembro)	27-11-2012	12:01	OE2013: Milhares de pessoas contra orçamento à porta do Parlamento	15373421
208	Manifestação CGTP (27 de novembro)	27-11-2012	12:23	Milhares de pessoas contra orçamento à porta do Parlamento	15373622
209	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	30-11-2012	16:35	Garcia Pereira exige explicações da PSP sobre "factos gravíssimos" de 14 de novembro	15389844
210	Vários eventos	13-12-2012	10:00	2012: Atuação da PSP em manifestações obrigou ministro a intervir	15408149
211	Vários eventos	12-12-2012	10:00	2012: Duas greves gerais marcaram ano de grande contestação social	15418743
212	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	05-12-2012	17:22	IGAI abriu processo sobre intervenção da PSP após carga policial de 14 de novembro	15419323
213	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	05-12-2012	17:44	IGAI abriu processo sobre intervenção da PSP após carga policial de 14 de novembro	15419578
214	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	11-12-2012	19:14	IGAI quer saber o que se passou nas esquadras de Monsanto e Calvário no dia 14 de novembro	15451685
215	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	11-12-2012	19:33	IGAI quer saber o que se passou nas esquadras de Monsanto e Calvário no dia 14 de novembro	15451979
216	Vários eventos	13-12-2012	10:00	2012: O manifestante foi a figura do ano e marcou na rua uma nova dinâmica social	15452679
217	Vários eventos	13-12-2012	10:00	2012: Do abraço à bastonada em dois meses, manifestações contra austeridade marcaram o ano	15453158
218	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	17-12-2012	16:21	Ministério Público notificou manifestantes suspeitos de atirarem pedras à PSP a 14 de novembro	15482082
219	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	17-12-2012	16:54	Ministério Público notificou manifestantes suspeitos de atirarem pedras à PSP a 14 de novembro	15483091
220	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	20-12-2012	13:17	MP abre sete inquéritos para investigar motim e coação em manifestação de 14 de novembro	15497531
221	Greve Geral Europeia (14 de novembro)	20-12-2012	13:41	MP abre sete inquéritos para investigar motim e coação em manifestação de 14 de novembro	15497847

ANEXO 4. Grelha Categorial

Categorias		Subcategorias	
A	Manifestantes	A.1	Razões intrínsecas
		A.2	Razões extrínsecas
		A.3	Caracterização
B	PSP	B.1	Nº de elementos policiais
		B.2	Subunidade/origem
		B.3	Dispositivo
		B.4	Motivos da atuação
		B.5	Descrição da atuação
		B.6	Resultados/Consequências da atuação policial
C	Discurso Direto	C.1	Manifestante
		C.2	Fonte Policial
		C.3	Político
		C.4	Membros do Governo
		C.5	Perito/ comentador/ especialista/líder de opinião
		C.6	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma
		C.7	Sindicatos
		C.8	Palavras de ordem
		C.9	Outros
D	Instâncias	D.1	Governo
		D.2	Assembleia da República
		D.3	Agências Noticiosas
		D.4	Instâncias Judiciárias
		D.5	Instituições
E	Discurso Indireto	E.1	Manifestante
		E.2	Fonte Policial
		E.3	GNR
		E.4	Político
		E.5	Membros do Governo
		E.6	Perito/ comentador/ especialista/líder de opinião
		E.7	Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma
		E.8	Sindicatos
		E.9	Outros
F	Enquadramento/ Descrição	F.1	Data/Hora
		F.2	Local
		F.3	Nome do evento
		F.4	Percurso
		F.5	Objetivos
		F.6	Justificação/Motivos
		F.7	Caracterização
		F.8	Nº Manifestantes
G	Sistema Explicativo Espontâneo	G.1	Atuação policial
		G.2	Manifestantes
		G.3	Enquadramento/Descrição do Evento

A – Categoria “Manifestantes” - Inclui-se nesta categoria toda a informação acerca das características dos manifestantes presentes nos eventos bem como acerca dos circunstancialismos que os levaram à participação.

A.1 – Subcategoria “Razões intrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito aos motivos pessoais ou relativos à sua família apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: *"Descontei 45 anos e quero o dinheiro que me roubaram"* – notícia 94.

A.2 – Subcategoria “Razões extrínsecas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes aos motivos de ordem social, política e/ou ideológica apresentados como justificativos para a participação nos eventos.

Ex.: *"Não vejo qualquer futuro em Portugal e é preciso estar contra isso"* – notícia 18.

A.3 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem os manifestantes e a sua participação no evento.

Ex.: *"Gritando palavras de ordem contra deputados"* – notícia 98.

B – Categoria “PSP” - Codifica-se nesta categoria toda a informação relacionada com a Polícia, proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como é caracterizada a Polícia pelos OCS, no contexto da sua atuação em grandes eventos.

B.1 – Subcategoria “N.º de elementos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas à informação relacionada com o número de elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: *"Dez polícias seguiam na cabeça da manifestação, cinco de cada lado"* – notícia 89.

B.2 – Subcategoria “Subunidade/origem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes à informação relacionada com a subunidade a que pertencem os elementos policiais envolvidos no policiamento do evento.

Ex.: *"Esquadrões da polícia de choque"* – notícia 126.

B.3 – Subcategoria “Dispositivo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes à informação relacionada com o dispositivo utilizado pelos elementos policiais, entenda-se, como se encontram enquadrados no terreno.

Ex.: *"Tentaram forçar o cordão de segurança"* – notícia 117.

B.4 – Subcategoria “Motivos da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que fundamentam ou justificam a atuação policial.

Ex.: *"A polícia foi obrigada a intervir para acalmar os manifestantes"* – notícia 14.

B.5 – Subcategoria “Descrição da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que descrevam e caracterizem a atuação policial.

Ex.: *"A PSP reforçou a sua presença na manifestação"* – notícia 15.

B.6 – Subcategoria “Resultados/Consequências da atuação” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito à informação relacionada com os resultados ou consequências da atuação policial (detenções, feridos, etc.).

Ex.: *"Dois jornalistas, um da agência Lusa e outra da Agência France Presse, ficaram feridos em incidentes com as forças policiais"* – notícia 124.

C – Categoria “Discurso Direto” – Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso direto. Pretende-se aceder a quem é que o OCS dá voz, quem fala.

C.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: *"Bernardete Francisco rejeita a tese de que «vivemos acima das nossas possibilidades porque a ganhar 500 ou 600 euros por mês não dá para isso, tem de se ter muita cautela para passar um mês e ainda ter dinheiro para comprar um bocado de feijão»"* – notícia 208.

C.2 – Subcategoria “Fonte policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por qualquer membro da instituição PSP.

Ex.: *"PSP termina a comunicação desejando «bom descanso para todos»"* – notícia 115.

C.3 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações proferidas por políticos, exceto membros do Governo.

Ex.: *"não é esta a primeira vez que a fúria dos esbirros da polícia do Governo de traição nacional PSD/CDS se manifesta"* – notícia 43.

C.4 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às declarações proferidas exclusivamente por membros do Governo.

Ex.: *"Este não vai ser um daqueles casos em que se manda averiguar no país e depois nunca há conclusões"* – notícia 59.

C.5 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às declarações proferidas por peritos, comentadores, especialistas.

Ex.: *"É lamentável que num Estado de Direito democrático tenhamos uma polícia com os mesmos tiques com que atuava nos tempos da ditadura"* – notícia 31.

C.6 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas pelos organizadores do evento e representantes de movimentos/plataformas.

Ex.: *"Eram esperadas 25 mil pessoas. Acredito que esse número duplicou"* – notícia 94.

C.7 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às declarações proferidas por elementos dos sindicatos.

Ex.: *"Nem os serviços mínimos estão a ser cumpridos, porque o tribunal arbitral exclui o SNM da negociação e, portanto, o sindicato considera que os motoristas estão excluídos dessa decisão"* – notícia 127.

C.8 – Subcategoria “Palavras de ordem” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. relativas às palavras de ordem proferidas pelos manifestantes.

Ex.: *"Passos ladrão, não vales um tostão"* – notícia 93.

C.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas por outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: “*«Hoje ainda não se verificou a saída de qualquer viatura», confirmou a empresa*” – notícia 130.

D – Categoria “Instâncias” – Inclui-se nesta categoria todas as menções a instâncias diversas, e não aos seus membros, por qualquer ator. Pretende-se perceber quais as instâncias que entram em cena quando se fala da atuação policial em grandes eventos, quais os mais e menos referenciados.

D.1 – Subcategoria “Governo” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referido o Governo e/ou Governos das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores.

Ex.: “*[A figura de 2012 tem milhares de rostos diferentes e saiu este ano à rua pela primeira vez para gritar contra (...)] o Governo*” – notícia 216.

D.2 – Subcategoria “Assembleia da República” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde seja referida a Assembleia da República.

Ex.: “*A Assembleia da República [é a casa da democracia]*” – notícia 186.

D.3 – Subcategoria “Agências Noticiosas” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. onde sejam mencionadas agências noticiosas, como por exemplo a agência LUSA.

D.4 – Subcategoria “Instâncias Judiciárias” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. às instituições adstritas ao sistema judiciário.

Ex.: “*As acusações do Ministério Público (...) chegaram ao Tribunal de Pequena Instância Criminal de Lisboa*” – notícia 188.

D.5 – Subcategoria “Instituições” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. acerca das Instituições Públicas ou Privadas, e demais entidades que não se enquadrem nas subcategorias anteriores.

Ex.: "A *Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI)* abriu um processo de averiguações" – notícia 58.

E – Categoria “Discurso Indireto” - Codificam-se nesta categoria todas as declarações proferidas por quaisquer atores em discurso indireto, ou seja, todas as declarações efetuadas pelos diversos atores através das palavras dos OCS.

E.1 – Subcategoria “Manifestante” – Incluem-se nesta subcategoria todas as menções sobre os manifestantes e/ou participantes no evento.

Ex.: "Carmo Marques garantiu que até à entrada em cena da polícia à paisana tudo estava a decorrer de forma pacífica" – notícia 17.

E.2 – Subcategoria “Fonte Policial” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a PSP ou sobre os seus elementos policiais, que não se enquadrem na categoria B.

Ex.: "O porta-voz da PSP, comissário Paulo Flor, disse à agência que a Polícia de Segurança Pública não tem preparado um dispositivo especial para a manifestação de sábado" – notícia 3.

E.3 – Subcategoria “GNR” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre a GNR ou sobre os seus elementos policiais.

Ex.: "Fonte da Brigada de Trânsito da GNR afirmou que cerca das 10:15 o trânsito estava a decorrer (...) sem acidentes, na vias sob a sua jurisdição" – notícia 10.

E.4 – Subcategoria “Político” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. referentes às declarações emitidas sobre políticos, exceto Membros do Governo.

Ex.: "O secretário-geral do PS afirmou hoje que não gostou de ter visto as imagens dos confrontos entre polícias e manifestantes" – notícia 53.

E.5 – Subcategoria “Membros do Governo” – Incluem-se nesta subcategoria exclusivamente, as referências sobre Membros do Governo.

Ex.: "O ministro da Administração Interna, Miguel Macedo, considera que as manifestações não são um problema de segurança interna" – notícia 210.

E.6 – Subcategoria “Perito/comentador/especialista” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às referências feitas sobre peritos, comentadores, especialistas.

Ex.: *"Marinho Pinto apelou à participação ativa dos jovens na sociedade"* – notícia 31.

E.7 – Subcategoria “Organizador do evento/ Representante de movimento/plataforma” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. concernentes às declarações proferidas sobre os organizadores do evento e representantes e/ou membros de movimentos/plataformas.

Ex.: *"Os signatários do protesto já afirmaram que a manifestação de sábado pretende ser o início de uma revolta popular pacífica contra as políticas criminosas"* – notícia 83.

E.8 – Subcategoria “Sindicatos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes às afirmações emitidas acerca de elementos dos sindicatos.

Ex.: *"O dirigente apelou ainda aos trabalhadores para não terem medo de ir para a rua lutar, porque esse trabalho não deve ser deixado aos representantes sindicais"* – notícia 132.

E.9 – Subcategoria “Outros” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes às declarações proferidas sobre outras pessoas que não se enquadrem em qualquer outra das anteriores subcategorias.

Ex.: *"Felipe Pathé Duarte realçou que, contrariamente a Portugal, a violência na Grécia (...) é uma violência estruturada, planeada, organizada, com estratégias bem definidas"* – notícia 158.

F – Categoria “Enquadramento/Descrição” - Incluem-se nesta categoria todas as u.r. que digam respeito à descrição ou à caracterização do evento proferidas por qualquer um dos atores. Pretende-se aceder ao modo como são caracterizados os eventos.

F.1 – Subcategoria “Data/hora” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito ao hiato temporal em que decorre o evento.

Ex.: *"Passavam poucos minutos das 19:30"* – notícia 159.

F.2 – Subcategoria “Local” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. respeitantes ao espaço físico em que se realiza o evento.

Ex.: "*Nas ruas próximas da Assembleia da República*" – notícia 158.

F.3 – Subcategoria “Nome do evento” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que digam respeito às designações associadas ao evento.

Ex.: "*Que se lixe a troika! Queremos as nossas vidas!*" – notícia 82.

F.4 – Subcategoria “Percurso” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o trajeto utilizado pelos manifestantes durante o evento.

Ex.: "*O desfile de protesto desceu a Avenida, passou pela rua de Sá da Bandeira e regressou aos Aliados*" – notícia 102.

F.5 – Subcategoria “Objetivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. atinentes aos fins do evento, ou seja, o que se pretende atingir com a sua realização.

Ex.: "*A manifestação (...) tem como objetivo (...) protestar contra a precariedade*" – notícia 4.

F.6 – Subcategoria “Justificação/Motivos” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que expressem os motivos que levaram à convocação do evento.

Ex.: "*Vão protestar contra as medidas penalizadoras do OE*" – notícia 202.

F.7 – Subcategoria “Caracterização” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que caracterizem, descrevam o evento.

Ex.: "*Com dezenas de pequenas velas colocadas a formar a palavra PAZ no local que há uma semana acabou cheio de (...) vidros partidos*" – notícia 197.

F.8 – Subcategoria “N.º de manifestantes” – Incluem-se nesta subcategoria todas as u.r. que informam sobre o número de participantes/manifestantes no evento.

Ex.: "*Terão participado à volta de 500 mil pessoas*" – notícia 117.

G – Categoria “Sistema Explicativo Espontâneo” - São contabilizadas nesta categoria todas as u.r. onde são realizadas referências, de forma subjetiva, que digam respeito a atribuições e causalidades implícitas para descrever as diversas ocorrências em grandes eventos, geradas pelos OCS ou reformuladas a partir das fontes.

Pretendemos aceder ao que é referido subjetivamente para justificar atores e atos que acabam por corresponder a categorias e subcategorias já abordadas.

G.1 – Subcategoria “Atuação policial”

Ex.: *"Levando tudo à frente [a polícia]"* – notícia 217.

G.2 – Subcategoria “Manifestantes”

Ex.: *"Um grupo de manifestantes (...) mais adepto de protestos pacíficos"* – notícia 109

G.3 – Subcategoria “Enquadramento/Descrição do Evento”

Ex.: *"Regressada a calma à capital, há trabalho de sobra nas imediações de São Bento para pelo menos duas classes profissionais: os cantoneiros de limpeza e os calceteiros"* – notícia 168.

ANEXO 5. Resultados obtidos na codificação das notícias

Categorias		Σ u.r.	Subcategorias		Σ u.r
A	Manifestantes	293	A.1	Razões intrínsecas	15
			A.2	Razões extrínsecas	23
			A.3	Caracterização	255
B	PSP	2159	B.1	Nº de elementos policiais	19
			B.2	Subunidade/origem	137
			B.3	Dispositivo	18
			B.4	Motivos da atuação	159
			B.5	Descrição da atuação	711
			B.6	Resultados/Consequências da atuação policial	1115
C	Discurso Direto	561	C.1	Manifestante	49
			C.2	Fonte Policial	60
			C.3	Político	51
			C.4	Membros do Governo	73
			C.5	Perito/comentador/especialista	15
			C.6	Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma	55
			C.7	Sindicatos	52
			C.8	Palavras de ordem	108
			C.9	Outros	98
D	Instâncias	153	D.1	Governo	25
			D.2	Assembleia da República	7
			D.3	Agências Noticiosas	0
			D.7	Instituições judiciárias	52
			D.8	Instituições	69
E	Discurso Indireto	523	E.1	Manifestante	36
			E.2	Fonte Policial	123
			E.3	GNR	2
			E.4	Político	30
			E.5	Membros do Governo	82
			E.6	Perito/comentador/especialista	3
			E.7	Organizador do evento/Representante de movimento/plataforma	69
			E.8	Sindicatos	51
			E.9	Outros	127
F	Enquadramento	2584	F.1	Data/ hora	300
			F.2	Local	663
			F.3	Nome do evento	97
			F.4	Percurso	152
			F.5	Objetivos	51
			F.6	Justificação	164
			F.7	Caracterização	1002
			F.8	N.º Manifestantes	155
G	Sistema Explicativo Espontâneo	20	G.1	Atuação Policial	1
			G.2	Manifestantes	4
			G.3	Enquadramento/ Descrição do Evento	15
		6293	Total de u.r.		6293